

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
5.3.5 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	4
CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DEVIDO À EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO.....	4
CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO USO DO SOLO.....	6
PRINCIPAIS USOS RURAIS.....	25
PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS.....	33
VETORES DE CRESCIMENTO URBANO.....	35
INTERFERÊNCIAS PREVISTAS NA AII.....	39
ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	40
INTERCEPTAÇÃO DE RESERVAS LEGAIS.....	43
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AII.....	43
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AID.....	48
5.3.6 – REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÕES	49
ESTIMATIVA DAS POSSÍVEIS ÁREAS A SEREM DESAPROPRIADAS.....	49
CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO, RENDA E EMPREGO DAS POPULAÇÕES NAS ÁREAS DE DESAPROPRIAÇÃO POR MUNICÍPIO.....	64
PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PARA REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS.....	65
5.3.7 – CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS	66
ASPECTOS GERAIS.....	66
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS.....	67
POPULAÇÕES RIBEIRINHAS E EXTRATIVISTAS.....	70
A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	71
5.3.8 – COMUNIDADES INDÍGENAS	79
ASPECTOS GERAIS.....	79
PANKARÚ.....	84
TUPINAMBÁ.....	91
5.3.9 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO	93
O CONTEXTO ETNOHISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO REGIONAL.....	93
O SERTÃO.....	96
GOIÁS – TOCANTINS.....	99
IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	100

LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS (PESQUISAS REALIZADAS)	101
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS	105
ÁREAS DE VALOR HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO	131
TURISMO.....	139
5.3.10 – SÍNTESE	140
• O PROCESSO DE OCUPAÇÃO	140
• ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	141
• AS PRESSÕES PRODUTIVAS	141
• EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE.....	143
• PROGRAMAS COLOCALIZADOS.....	145
• IMPACTOS SOBRE AS POPULAÇÕES FRÁGEIS	146
• IMPACTOS SOBRE AS ÁREAS DE ASSENTAMENTO	147
• IMPACTOS SOBRE AS PROPRIEDADES.....	148
• IMPACTOS SOBRE OS BENS CULTURAIS	148

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 5.3.90 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS POR MUNICÍPIO DA AII, 2006	26
TABELA 5.3.91 – ÁREA COLHIDA DE CULTURAS DA LAVOURA TEMPORÁRIA (HECTARE), 1996 E 2006	32
TABELA 5.3.92 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA 2006.	33
TABELA 5.3.93 – UNIDADES LOCAIS POR REGIÕES E MUNICÍPIOS DA AII, 2004	37
TABELA 5.3.94 – CRESCIMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA DOS NÚCLEOS	39
TABELA 5.3.95 – NÚMERO, ÁREA E TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA AII, 2006	41
TABELA 5.3.96 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA AII	44
TABELA 5.3.97 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AII, 2008	68
TABELA 5.3.98 – TERRAS INDÍGENAS NO NORDESTE	80
TABELA 5.3.99 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO RIO DE CONTAS E JUSSIAPE (BA-148)	103
TABELA 5.3.100 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO CAMAMU – ITACARÉ (BA-001)	103
TABELA 5.3.101 – SÍTIOS RUPESTRES LEVANTADOS POR VALENTIN CALDERÓN NA BAHIA	104
TABELA 5.3.102 – SÍTIOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN.	106
TABELA 5.3.103 – SÍTIOS NA AII NÃO CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN	108
TABELA 5.3.104 – BENS REPRESENTATIVOS DA CULTURA E DA HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS	134
TABELA 5.1.105 – MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ARTÍSTICAS NA AII	137

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 5.3.15-A – ÓRBITAS / PONTO E DATAS DE OBTENÇÃO DAS IMAGENS DO SATÉLITE LANDSAT 5 QUE ABRANGEM A AID DO EMPREENDIMENTO	7
FIGURA 5.3.15 – MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO – AID	8
FIGURA 5.3.16 – MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO – AII	24
FIGURA 5.3.17 – PARTICIPAÇÃO (%) DAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL UTILIZADA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006	25
FIGURA 5.3.18 – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES: LAVOURAS DE ALGODÃO, MILHO E SOJA, 1996-2008	31
FIGURA 5.3.19 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIAS (% A.A.) - QUANTIDADE PRODUZIDA E PRODUTIVIDADE (TON./HA) SOJA, MILHO, ALGODÃO, 1996 E 2006	32
FIGURA 5.3.20 – HIERARQUIA DOS NÚCLEOS REGIONAIS E MUNICIPAIS	36
FIGURA 5.3.21 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE S. DESIDÉRIO E SANTA MARIA ...	52
FIGURA 5.3.22 – SECCIONAMENTO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL, SANTA MARIA	52
FIGURA 5.3.23 – SECCIONAMENTO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA	53
FIGURA 5.3.24 – POVOADO DE MOCAMBO, MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA	53
FIGURA 5.3.25 – AGLOMERADO RURAL EM DE SANTA MARIA DA VITÓRIA	54
FIGURA 5.3.26 – AGLOMERADO RURAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA	54
FIGURA 5.3.27 – POVOADO DE CANA BRAVA DOS EUGÊNIO, SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA	55
FIGURA 5.3.28 – PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO (PEC) SERRA DO RAMALHO, MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO, BAHIA	56
FIGURA 5.3.29 – AGROVILA DO PEC SERRA DO RAMALHO, SERRA DO RAMALHO, BAHIA	56
FIGURA 5.3.30 – AGROVILA DO PEC SERRA DO RAMALHO, SERRA DO RAMALHO, BAHIA	57
FIGURA 5.3.31 – FRONTEIRA MUNICIPAL RIO DO ANTÔNIO/ LAGOA REAL	58
FIGURA 5.3.32 – AGLOMERADO RURAL, MUNICÍPIO DE RIO DO ANTÔNIO, BAHIA	58
FIGURA 5.3.33 – AGLOMERADO RURAL, MUNICÍPIO DE RIO DO ANTÔNIO, BAHIA	59
FIGURA 5.3.34 – SEDE MUNICIPAL DE LAVANDEIRA, TOCANTINS	60
FIGURA 5.3.35 – SEDE MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE E SANTA MARIA, BAHIA ..	60

FIGURA 5.3.36 – SEDE MUNICIPAL DE GUANAMBI, BAHIA.....	61
FIGURA 5.3.37 – SEDE MUNICIPAL DE JEQUIÉ, BAHIA.....	61
FIGURA 5.3.38 – SEDE MUNICIPAL DE IPIAÚ, BAHIA, E DISTRITO DE JAPOMIRIM, MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ, BAHIA.....	62
FIGURA 5.3.39 – SEDE MUNICIPAL DE BARRA DO ROCHA, BAHIA.....	63
FIGURA 5.3.40 - SEDE MUNICIPAL DE GONGOGI, BAHIA.....	63
FIGURA 5.3.41 – INTERCEPÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO – CRUZEIRO DO SUL, MUNICÍPIO DE UBAITABA, BAHIA	64
FIGURA 5.3.42 – A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	72
FIGURA 5.3.43 – MODALIDADES DE ACESSO À TERRA NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, 2006.....	75
FIGURA 5.3.44 – LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA AII.....	84
FIGURA 5.3.45 – POVOS QUE HABITARAM A ÁREA DE INFLUÊNCIA	94
FIGURA 5.3.46 – ÁREAS DE EXPANSÃO DA PECUÁRIA	97
FIGURA 5.3.47 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MINERAÇÃO DE OURO E DIAMANTE E DE CAMINHOS DE POVOAMENTO PARA O INTERIOR.....	98
FIGURA 5.3.48 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA AII	110
FIGURA 5.3.49 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	130

APRESENTAÇÃO

Este estudo se destina à obtenção da LICENÇA PRÉVIA, segundo as resoluções CONAMA 001/86 e 237/97, compreendendo a Avaliação da Viabilidade Ambiental da Ferrovia Leste Oeste, conforme está Previsto no Plano Nacional de Viação, segundo a Lei N° 11.772, de 17 de Setembro de 2008. Nessa fase, é definida uma diretriz básica e um corredor, no qual serão estudadas as alternativas de traçado. O levantamento ambiental enfoca esse corredor de forma que as sugestões e recomendações devem ser incorporadas no futuro projeto básico.

O Estudo compreendeu a realização de um conjunto de atividades técnicas que incluíram o levantamento dos recursos naturais e antrópicos, proporcionando a elaboração do diagnóstico ambiental, a identificação, previsão e avaliação dos impactos significativos, as medidas mitigadoras e compensatórias e o monitoramento dos impactos ambientais.

A presente análise considerou os impactos de caráter regional e antrópico com um todo, embora se saiba que o empreendedor da Ferrovia não é o responsável institucional e legal por implantar possíveis programas estratégicos ambientais e de desenvolvimento associados.

Os estudos foram divididos em quatro volumes, sendo o segundo subdividido em treze tomos, para facilitar sua leitura e manuseio. O conteúdo de cada volume e tomo segue a itemização estabelecida no Termo de Referência, conforme está apresentado no quadro abaixo.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O TERMO DE REFERÊNCIA

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
Volume 1 O Empreendimento	Único	1 - Identificação do Empreendedor e da Consultora 2 - Dados do Empreendimento 3 - Alternativas Tecnológicas e Locacionais 4 - Área de Influência do Empreendimento
Volume 2 Diagnóstico Ambiental	2A – Meio Físico	5.1.1 – Metodologia Aplicada 5.1.2 – Clima 5.1.3 – Geologia 5.1.4 – Geomorfologia 5.1.5 – Solos
	2B – Meio Físico	5.1.6 - Recursos Hídricos 5.1.6.1 – Hidrologia 5.1.6.2 – Hidrogeologia 5.1.6.3 – Qualidade da Água

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
	2C – Meio Biótico - Flora	5.2.1 – Metodologia Aplicada 5.2.2 – Flora (Caracterização da All, Caracterização da AID e Caracterização das áreas amostradas)
	2D – Meio Biótico - Flora	5.2.2 – Flora (Resultados, conclusão e Dados brutos)
	2E – Meio Biótico - Fauna	5.2.3 – Fauna 5.2.3.1 – Caracterização do Ecossistema da AID
	2F – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.2 – Metodologia dos Levantamentos
	2G – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Mastofauna)
	2H – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Avifauna)
	2I – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Herpetofauna)
	2J – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Ictiofauna – Levantamento Preliminar)
	2K – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.4 - Conclusões 5.2.4 – Unidades de Conservação 5.2.5 – Corredores Ecológicos 5.2.6 – Bioindicadores 5.2.7 – Síntese
		5.3.1 – Metodologia Aplicada 5.3.2 – Caracterização Populacional 5.3.3 – Condições de Saúde e Endemias 5.3.4 – Estrutura Produtiva e de Serviços
2L – Meio Socioeconômico	5.3.5 – Uso e Ocupação do Solo 5.3.6 – Reassentamento e Desapropriação 5.3.7 – Comunidades Tradicionais e/ou Quilombolas 5.3.8 – Comunidades Indígenas 5.3.9 – Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	
2M – Meio Socioeconômico	5.3.5 – Uso e Ocupação do Solo 5.3.6 – Reassentamento e Desapropriação 5.3.7 – Comunidades Tradicionais e/ou Quilombolas 5.3.8 – Comunidades Indígenas 5.3.9 – Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	
Volume 3 Avaliação dos Impactos	Único	5.4 – Passivos Ambientais 5.4.1 – Meio Físico

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334

VOLUME 2M – MEIO SOCIOECONÔMICO

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
Ambientais		5.4.2 – Meio Biótico 6 - Análise Integrada 7 - Prognóstico e Avaliação dos impactos 8 – Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais; 9 – Conclusões; 10 – Bibliografia; e 11 – Glossário
RIMA	Único	Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

Este é o Volume 2M – Meio Socioeconômico, conforme o quadro acima.

5.3.5 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

▪ CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DEVIDO À EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO

A ocupação da Área de Influência e a transformação de sua paisagem iniciaram-se no período colonial, em fases distintas e por pontos de partida diferentes, como: São Luís, no Maranhão, pelos rios Mearim e Itapicuru; Belém, no Pará, pelo rio Tocantins; São Paulo, pelo rio Tietê e Paraná, alcançando os rios Tocantins e Araguaia; Bahia, pelos campos em direção noroeste, atravessando o Estado do Piauí. Na Bahia o Rio São Francisco teve um papel crucial no desbravamento das regiões mais interioranas, inclusive o semi-árido. Navegável de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia, era o caminho principal para se alcançar outros pontos do Nordeste, já que a densa caatinga, estendendo-se da faixa litorânea até suas margens, dificultava a colonização por via terrestre. Até a década de 1970, constituía-se efetivamente numa linha divisória intra-regional da Bahia, o vale do rio propriamente dito e as “Gerais”, representadas pelos municípios mais próximos à divisa da Bahia com Tocantins e Goiás.

Os rios Tocantins e Araguaia foram as únicas vias de acesso ao Tocantins/Goiás até a década de 1950. Isto explica porque o processo de ocupação, até então, ficou limitado às margens dos rios. A elaboração do Plano Viário Nacional, à época da construção de Brasília, tornou a capital um dos centros irradiadores do sistema de transportes, e facilitou a ocupação do interior.

A pavimentação, na década de 1970, da rodovia Belém-Brasília (BR-153), localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, provocou um impacto colonizador ao longo de sua área de influência. A partir da implantação da BR-153, surgiram especialmente ao sul, sistemas estaduais e municipais alimentadores daquela via - tronco formando a malha viária na forma de “espinha de peixe”. Ao mesmo tempo, implantou-se a BR-010 paralela à BR-153, no sentido sul/norte. A BR-010 alcança, em Goiás, a cidade de Teresina de Goiás e ao norte a cidade de Carolina (MA) e Belém (PA) e a BR-020 que atinge Barreiras (BA).

A região Sudeste do Tocantins, um dos espaços de ocupação humana mais antiga do Estado do Tocantins, teve sua formação e desenvolvimento influenciados pelas tradicionais frentes de expansão econômica: a extrativista, a mineral, a pecuária e a de produção de arroz, vindas principalmente do oeste baiano e do noroeste de Goiás. A transformação histórica recente da paisagem do foi impulsionada pelo desenvolvimento da rede viária. Contudo, o desenvolvimento e a ocupação ocorreram, a partir de então, especialmente em direção às áreas de melhor acesso à Rodovia BR-153. Neste contexto, o Sudeste do Tocantins permaneceu relativamente isolado devido à dificuldade de conexão com o eixo de desenvolvimento engendrado pela Rodovia.

Com a criação do Estado, em 1989, houve uma relativa melhora nos acessos à região, com a abertura, pavimentação e melhoria de pontes e rodovias, além do

desenvolvimento dos meios de comunicação e da eletrificação rural. A região do Sudeste integrou-se à Capital do Estado e a outras unidades da federação, especialmente com o Oeste Baiano, o Distrito Federal e o Estado de Goiás. Tal integração, combinada com as baixas densidades demográficas e o baixo valor das terras, contribuiu para atrair investidores e promover a transição de uma economia agrícola tradicional para uma região de expansão do agronegócio. O Sudeste do Tocantins tem se consolidado como uma área de “transbordamento” da frente de expansão agrícola moderna do Oeste baiano.

No que se refere à região do Oeste da Bahia, as principais transformações decorrentes da ocupação humana recente deram-se especialmente com a fundação, nos anos 1960, de Brasília, dada sua relativa proximidade ao seu “raio” de influência. No oeste da Bahia esta integração ocorreu no final da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola, aumentando a concentração fundiária na região e introduzindo a cultura de grãos, sobretudo a soja, que se estabeleceu como o principal produto.

O processo histórico de ocupação na Bahia esteve sempre ligado ao desenvolvimento de atividades econômicas com base em grandes propriedades. No litoral, a cana-de-açúcar, o fumo e o cacau; no semi-árido, o gado e o cultivo do algodão; e no cerrado, a Soja.

Na década de 1970, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) implantou projetos de colonização e irrigação na região, destacando-se os perímetros irrigados de Barreiras e São Desidério. Em fins da década de 1970, o processo de expansão da fronteira agrícola iniciou-se com mais nitidez, a partir especialmente de programas de incentivos ao crédito, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), do governo federal.

Os elevados investimentos públicos, o baixo preço da terra e a intensificação de investimentos em infra-estrutura rodoviária favoreceram a implantação do novo modelo de produção, atraindo grande contingente de imigrantes do próprio estado, mas principalmente do Sul do Brasil.

No que se refere às regiões da Bacia do São Francisco, Serra do Espinhaço e Médio Rio de Contas, a partir de fins da década de 1970 houve uma intensificação da ocupação a partir da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Destaca-se, em especial, a construção das três pontes sobre o rio São Francisco, em Juazeiro, Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, que permitiram a conexão rodoviária da região com Salvador e Brasília. A implantação de projetos de colonização e de reforma agrária pelo governo federal nas últimas décadas vem se constituindo de fator de extrema importância para a ocupação da mesma.

A ocupação da região da Mata Atlântica, no século XX, esteve diretamente ligada à ascensão da cultura do cacau em bases comerciais. A marca para o desenvolvimento da cultura cacauera deu-se com a implantação da linha ferroviária que interligava centros produtores como Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Itajuípe e a construção das rodovias entre Itabuna e Buerarema, em 1930, e entre

Itapebi e o porto fluvial do Jequitinhonha, em 1941. Este padrão de ocupação manteve-se hegemônico até aproximadamente a década de 1970 quando, com a implantação da Rodovia BR-101, interligando a região ao Norte e ao Sul do País, novas formas de ocupação se insinuam, como a exploração madeireira, a expansão da pecuária e o desenvolvimento do turismo.

▪ **CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO USO DO SOLO**

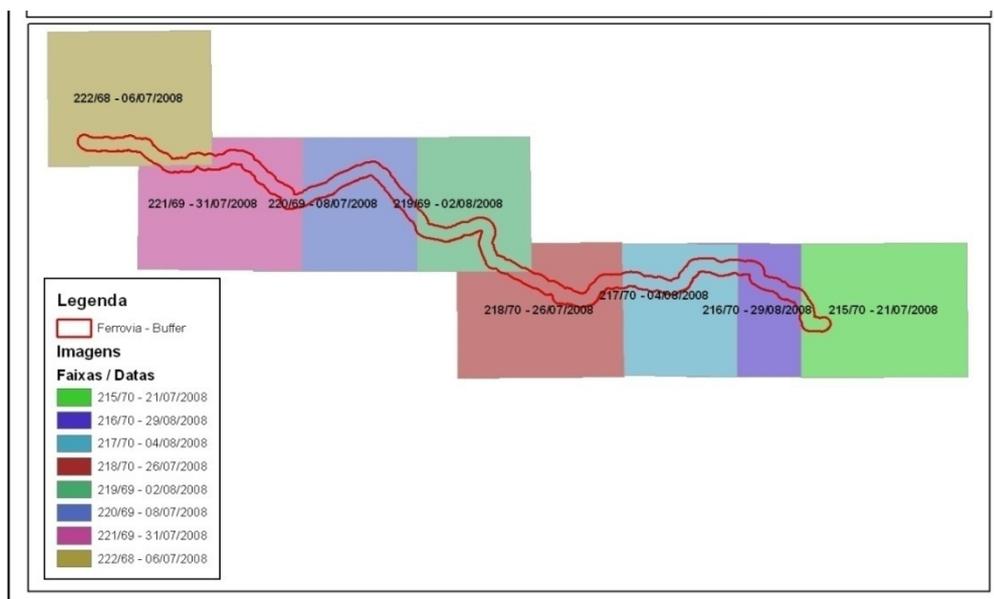
O mapa da Figura 5.3.15 permite uma apreciação do uso e ocupação do solo da Área de Influência Direta e a Figura 5.3.16 na Área de Influência Indireta, apreciação esta que será complementada a partir de dados secundários.

Os mapas foram elaborados a partir dos mapeamentos de cobertura vegetal e uso do solo disponibilizados pelo Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (SISCOM/IBAMA, 2007), pela Secretaria do Planejamento do Tocantins (SEPLAN/TO, 2007) e pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (SEPLAN/GO, 2007). Estes mapeamentos foram atualizados com base em imagens orbitais TM Landsat-5 obtidas em 2008 (Figura 5.3.15A). Foi empregada a técnica de classificação supervisionada, com auxílio do software ESRI ArcGIS 9.2, tomando como referência os elementos identificados em campo e as imagens (cenas) indicadas no Quadro 1.

QUADRO 1 - RELAÇÃO DAS IMAGENS ORBITAIS UTILIZADAS NA CLASSIFICAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL / USO DO SOLO

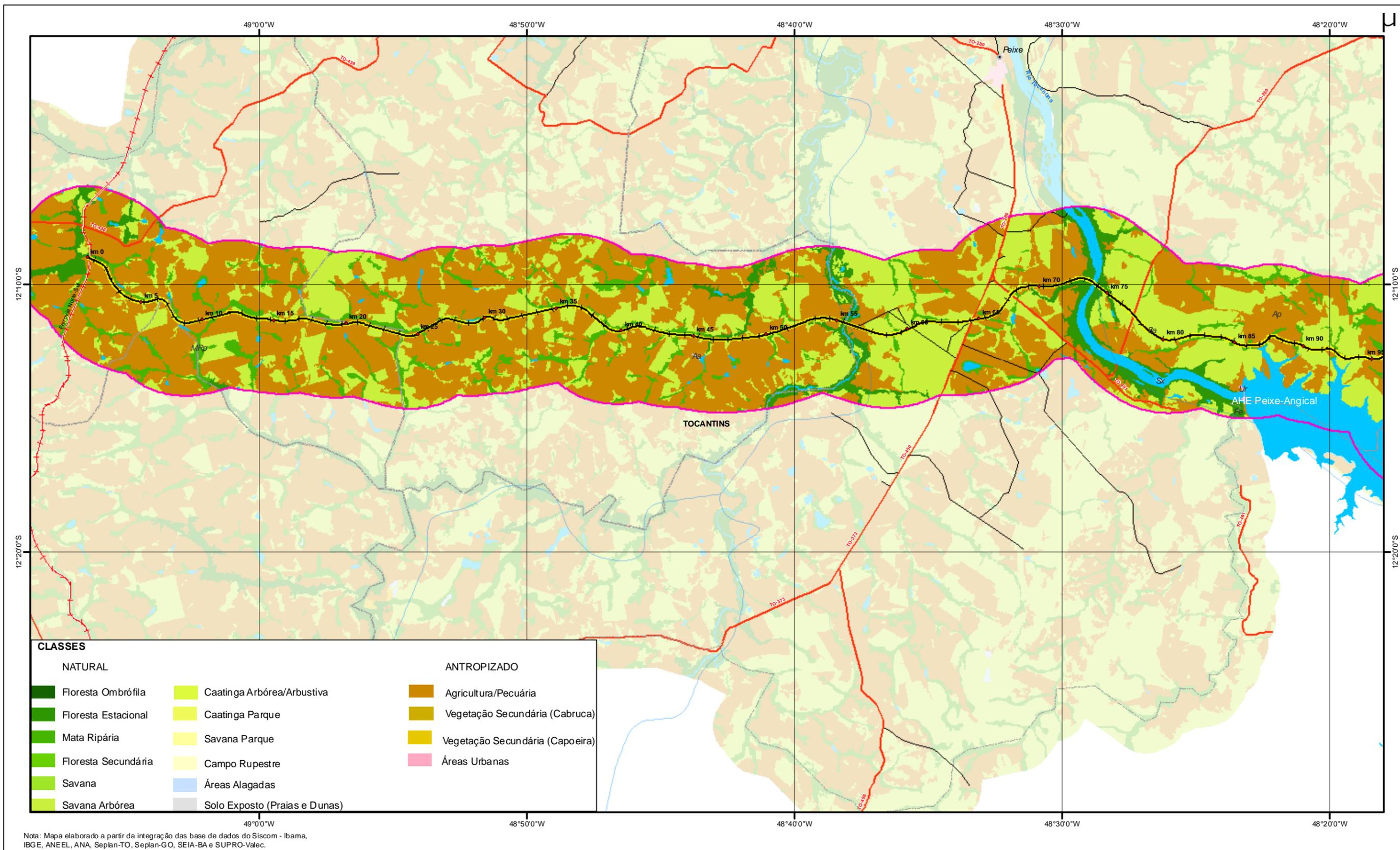
Faixa	Cena	Sensor/Res.	Reamostragem	Data	Bandas
215	070	TM	Não	21/07/2008	2,3 e 4
216	070	TM	Não	29/08/2008	2,3 e 4
217	070	TM	Não	04/08/2008	2,3 e 4
218	070	TM	Não	26/07/2008	2,3 e 4
219	069	TM	Não	02/08/2008	2,3 e 4
220	069	TM	Não	08/07/2008	2,3 e 4
221	069	TM	Não	31/07/2008	2,3 e 4
222	068	TM	Não	26/07/2008	2,3 e 4

FIGURA 5.3.15-A – ÓRBITAS / PONTO E DATAS DE OBTENÇÃO DAS IMAGENS DO SATÉLITE LANDSAT 5 QUE ABRANGEM A AID DO EMPREENDIMENTO

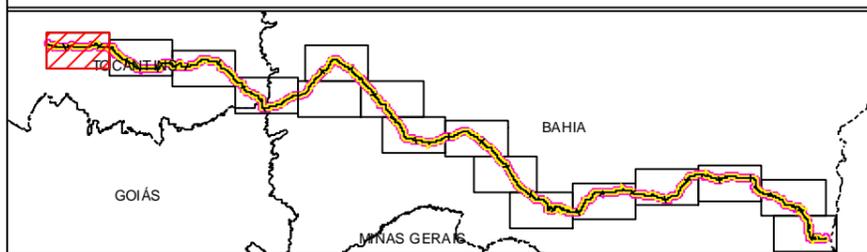


Obs: Satélite Landsat 5 TM (bandas 2, 3 e 4)

Fonte: Elaboração OIKOS, 2009



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

- | | | | |
|--|----------------------|--|--------------------------|
| | Cidade | | Rodovias pavimentadas |
| | Limite municipal | | Rodovias não pavimentada |
| | Limite interestadual | | Ferrovia em operação |
| | Cursos d'água | | Ferrovia em construção |
| | Área de infl. direta | | Ferrovia projetada |
| | | | Quilometragem estimada |

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

EIA-RIMA

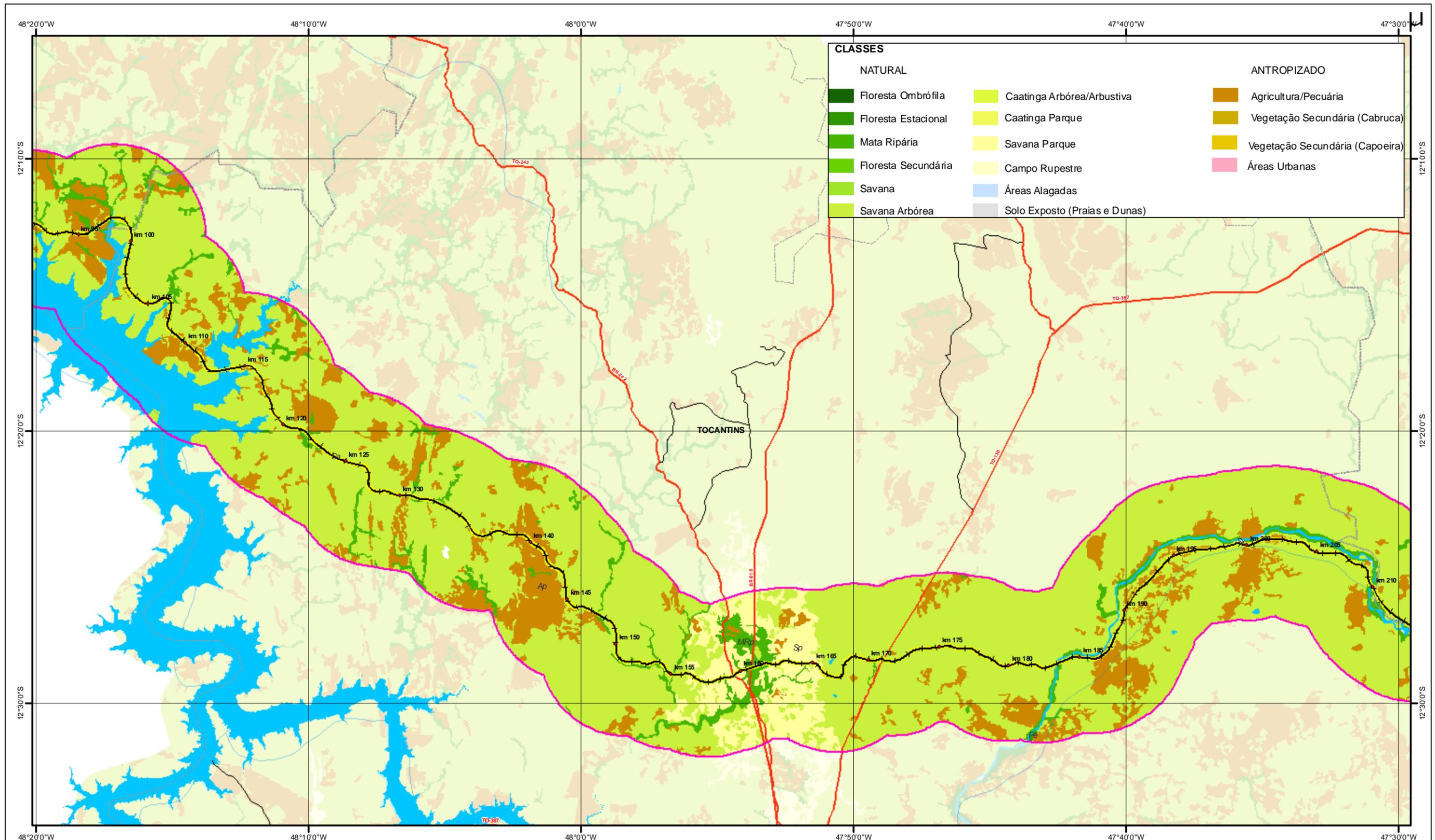
MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

VALEC

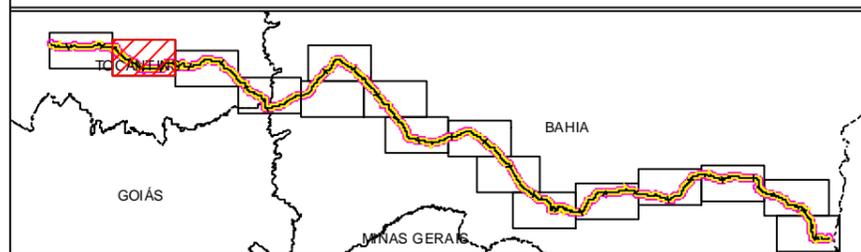
Escala: **1:250.000**



Figura: **5.3.15 (1/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

P	Cidade	—	Rodovias pavimentadas
---	Limite municipal	—	Rodovias não pavimentada
- - -	Limite interestadual	—+—	Ferrovia em operação
—	Cursos d'água	—+—+—	Ferrovia em construção
○	Área de infl. direta	—+—+—	Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por: **OIKOS**

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

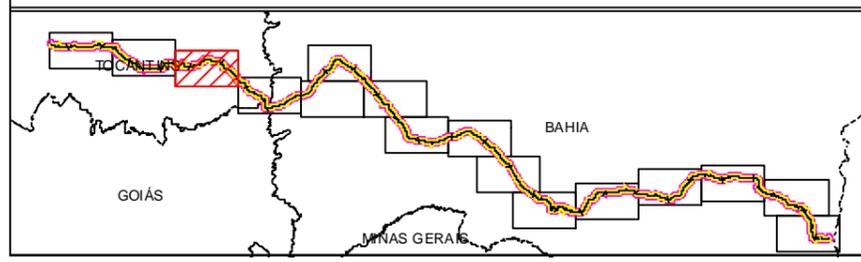
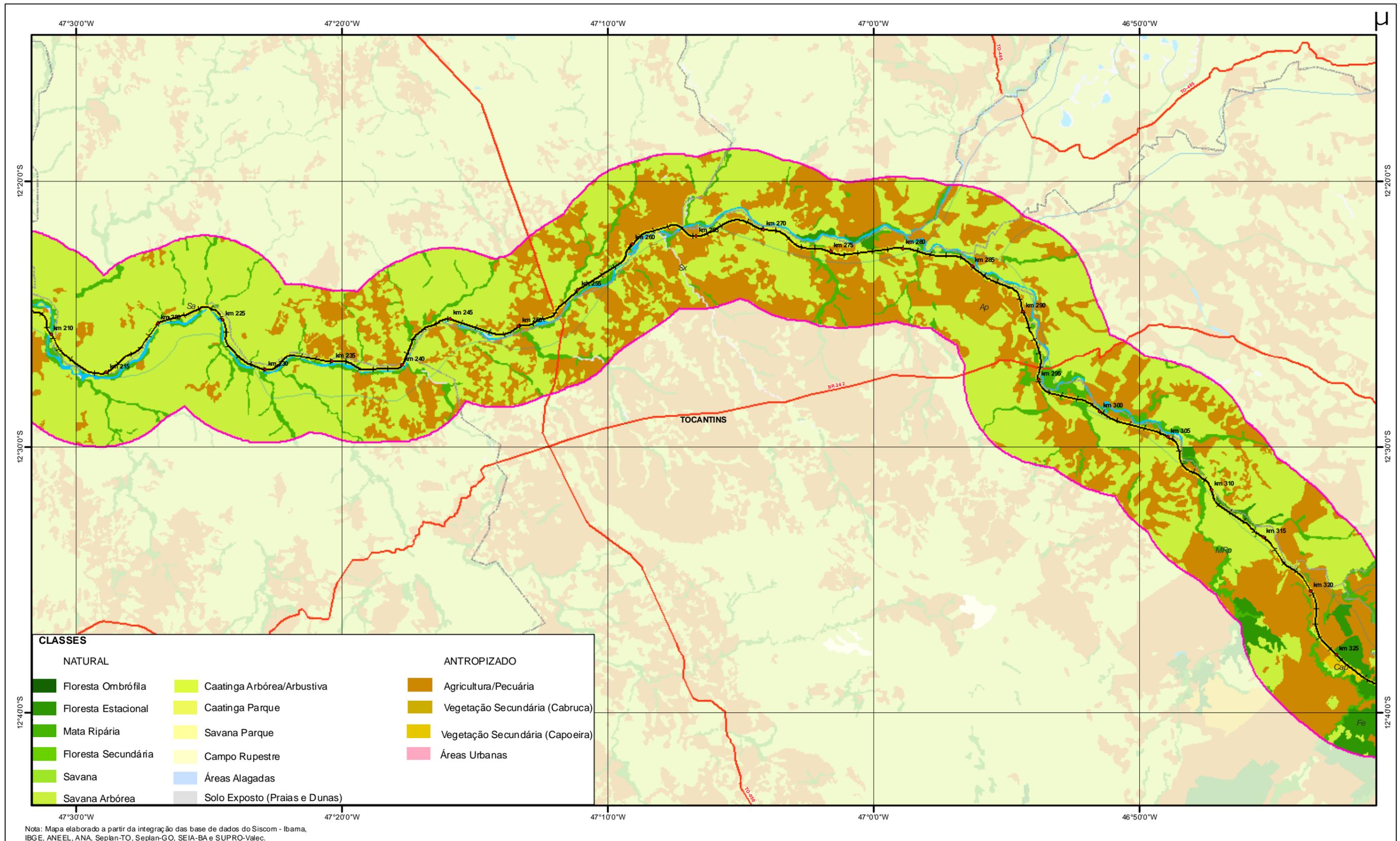
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (2/16)**



Convenções Cartográficas

	P Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

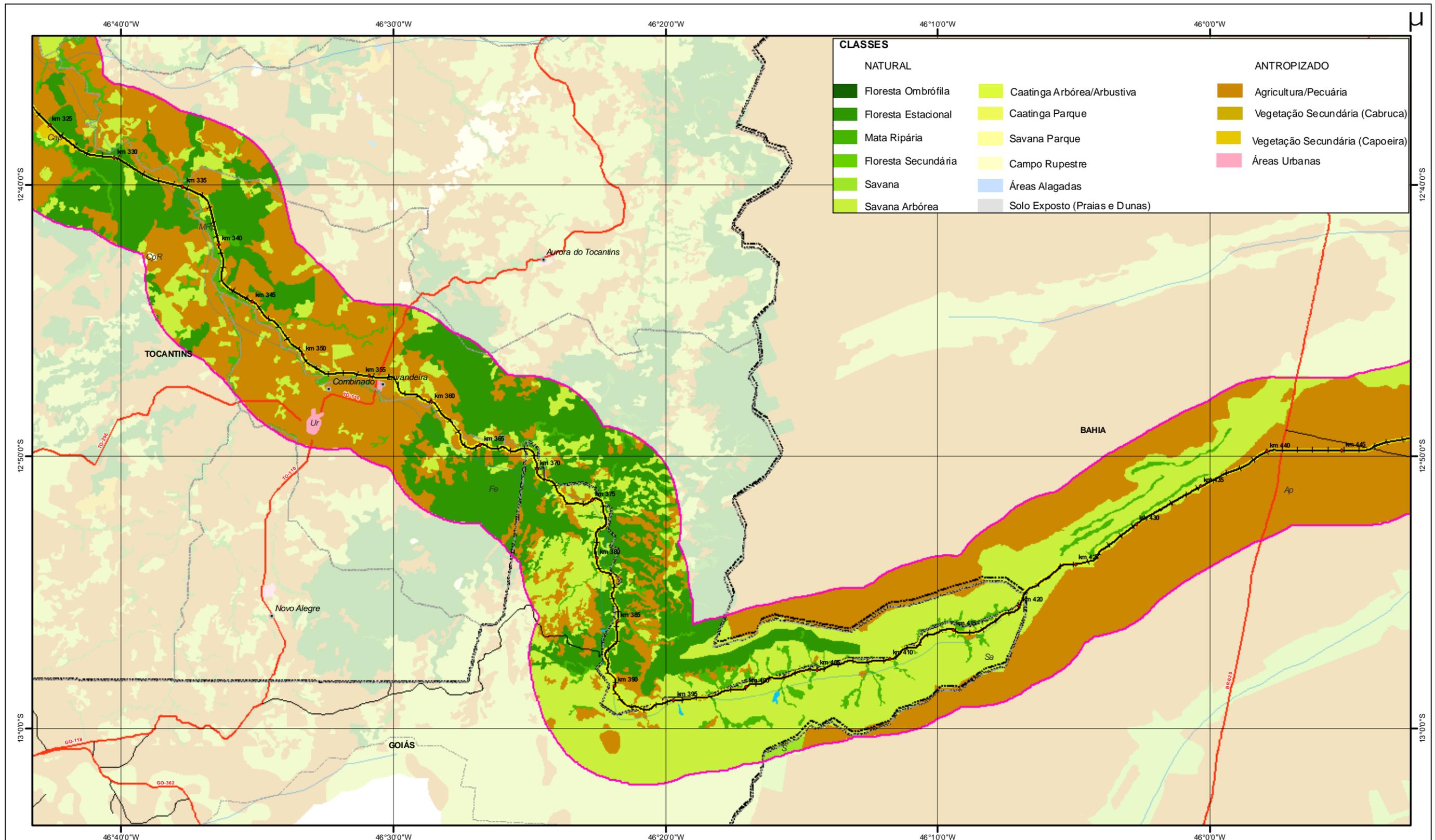
Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

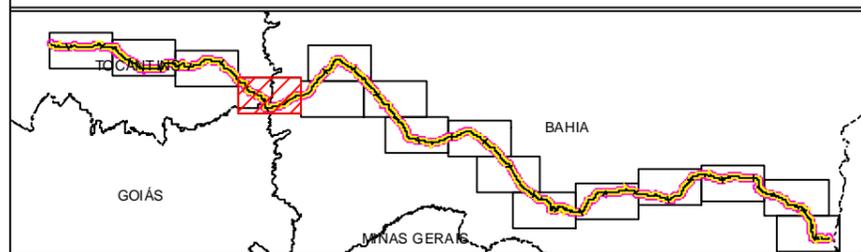
Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)	VALEC
EIA-RIMA	Escala: 1:250.000
MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO	Figura: 5.3.15 (3/16)





Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovias em operação
	Cursos d'água		Ferrovias em construção
	Área de infl. direta		Ferrovias projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

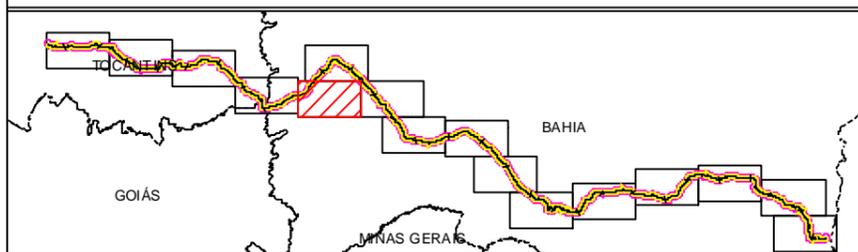
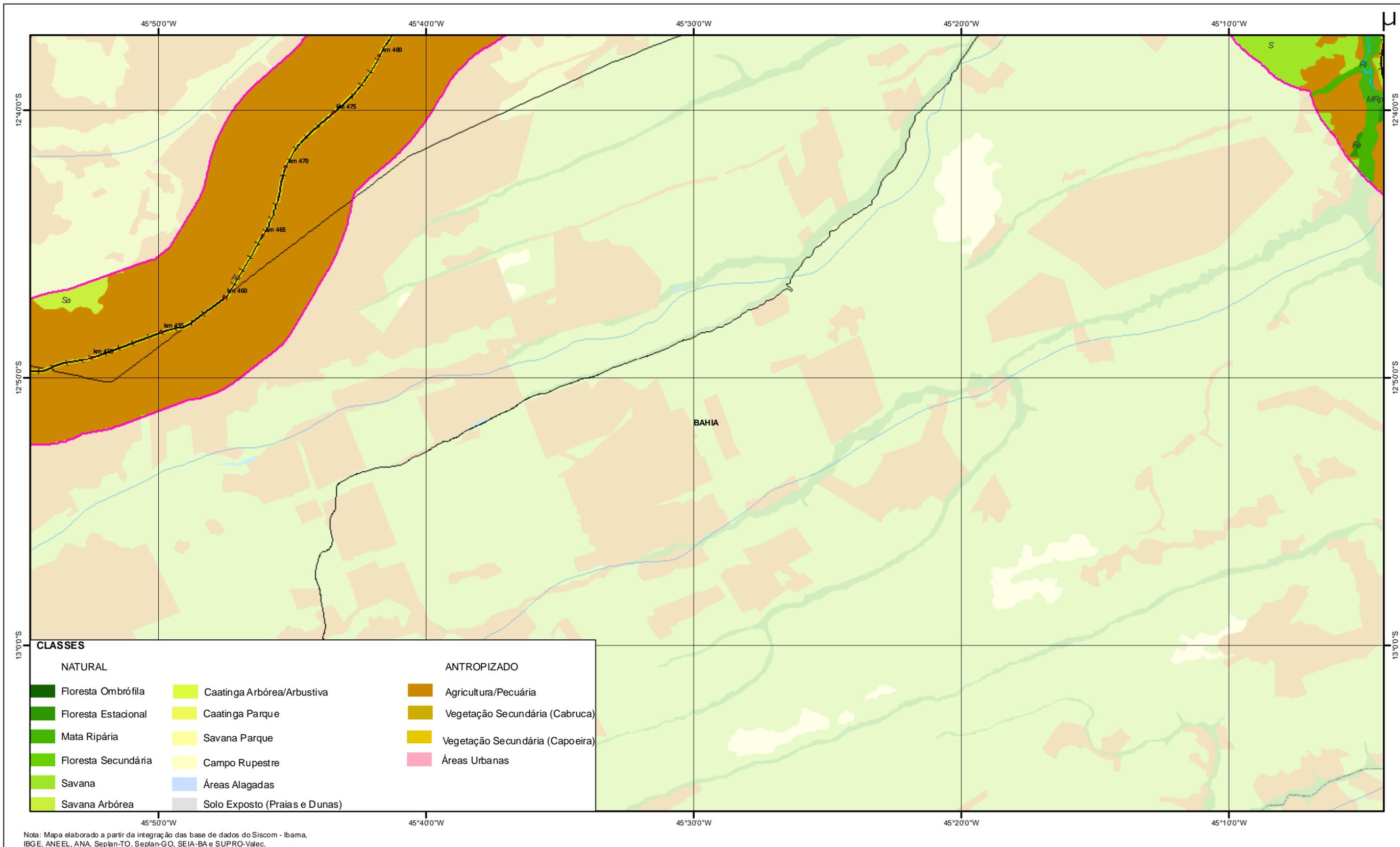
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (4/16)**



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

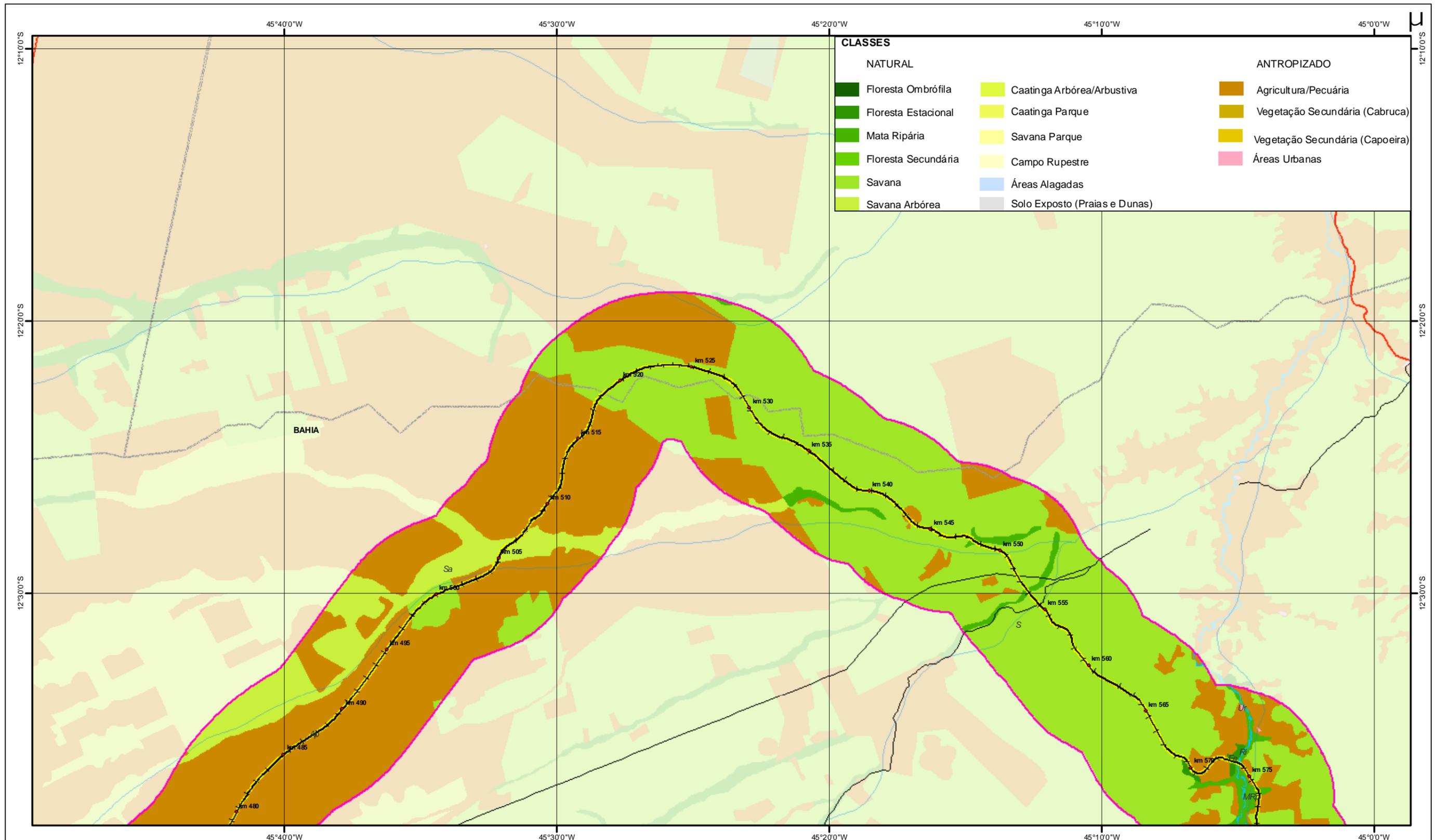
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

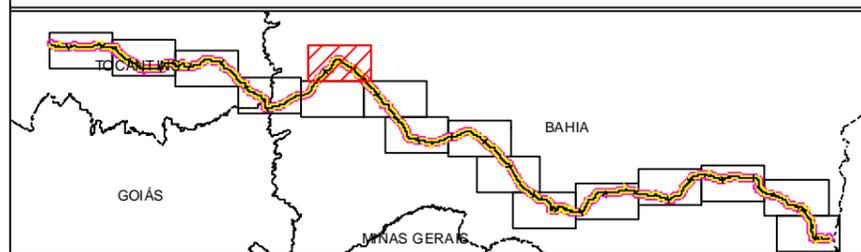
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (5/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

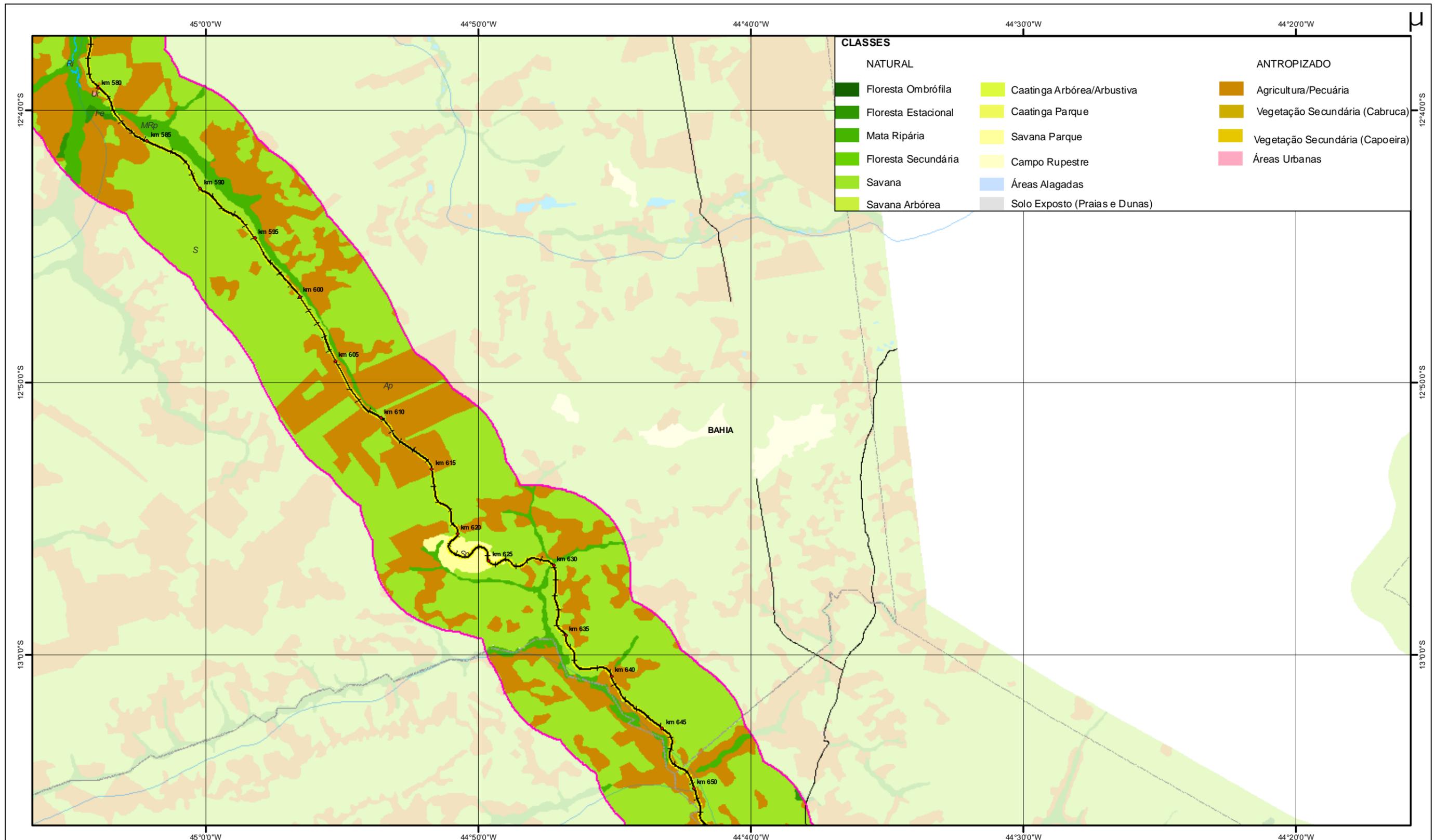
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

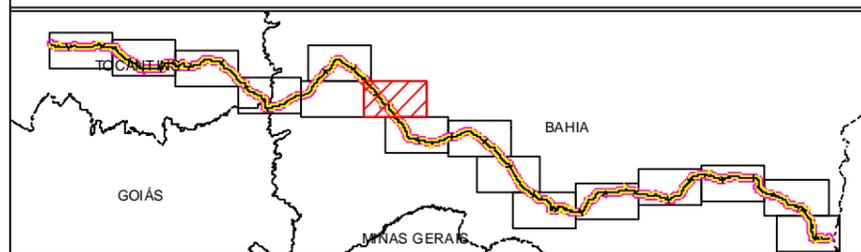
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (6/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovias em operação
	Cursos d'água		Ferrovias em construção
	Área de infl. direta		Ferrovias projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

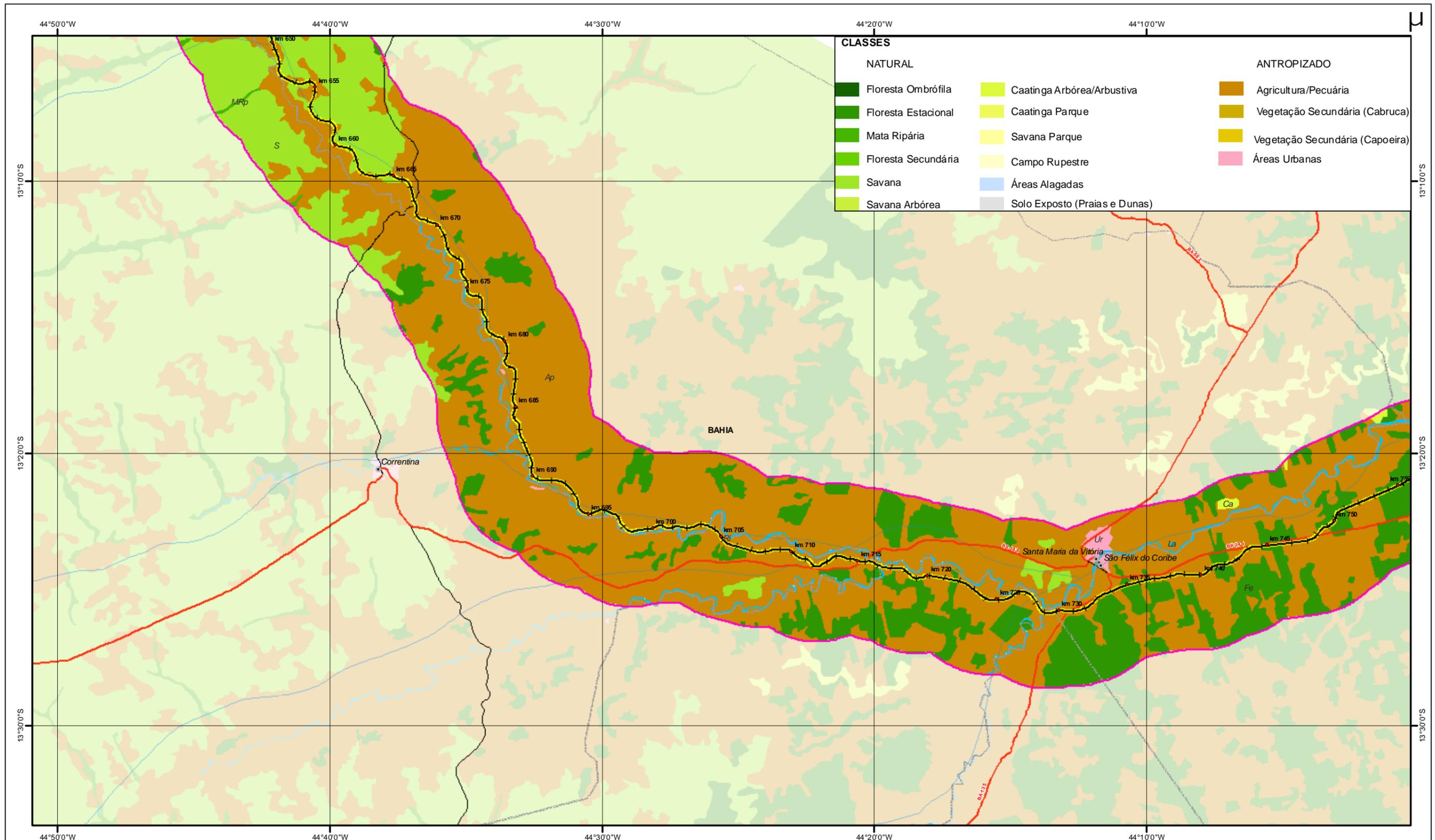
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

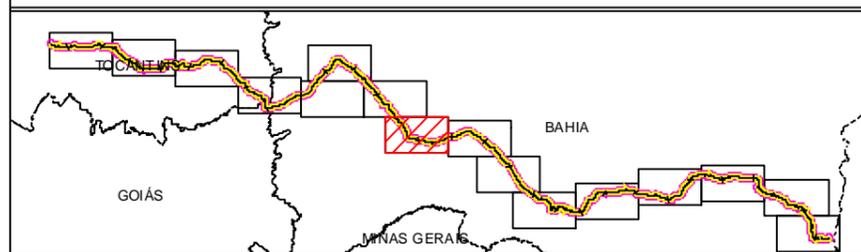
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (7/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

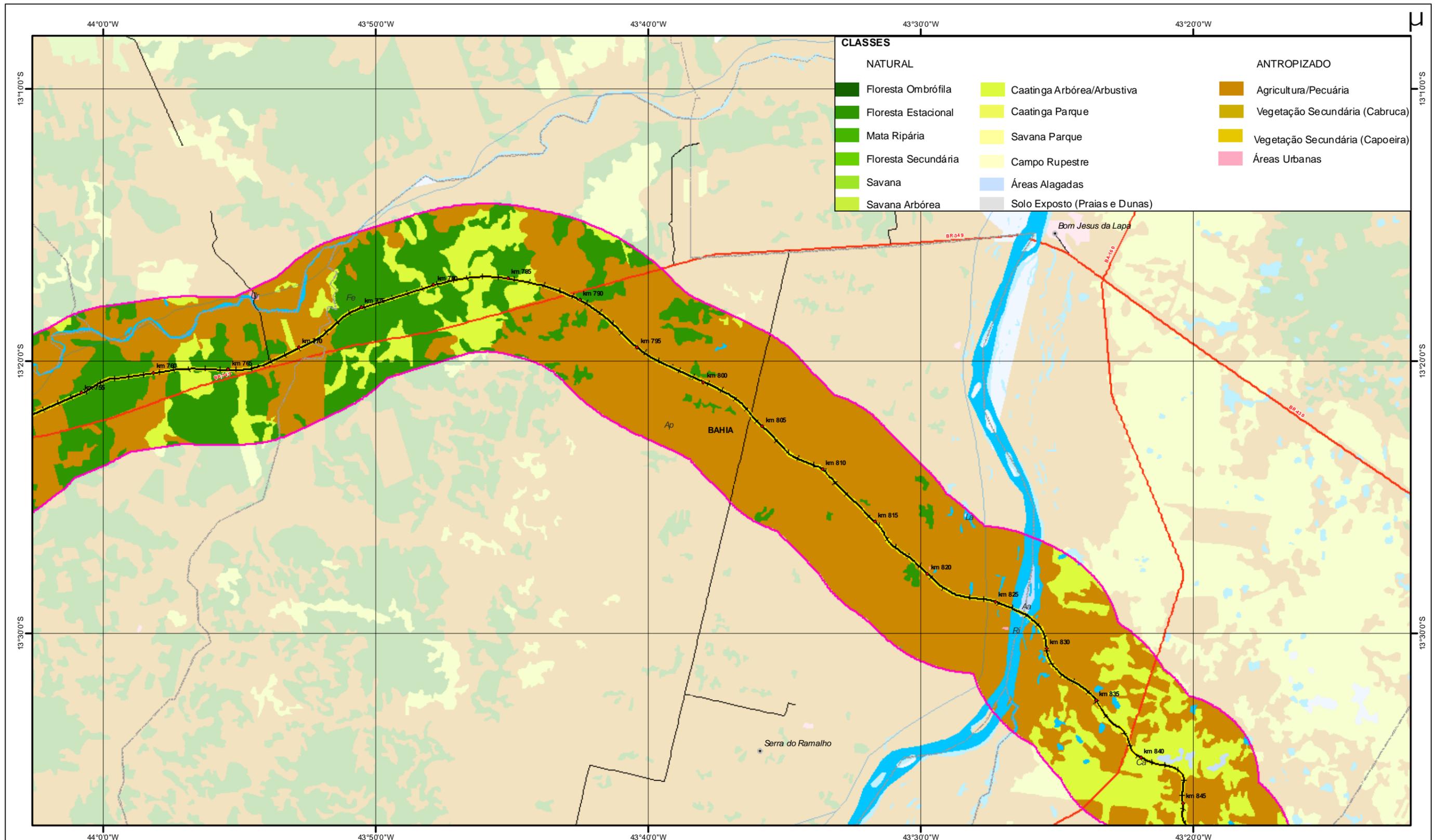
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

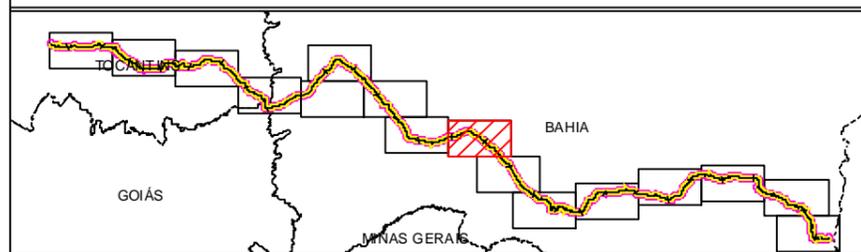
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (8/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

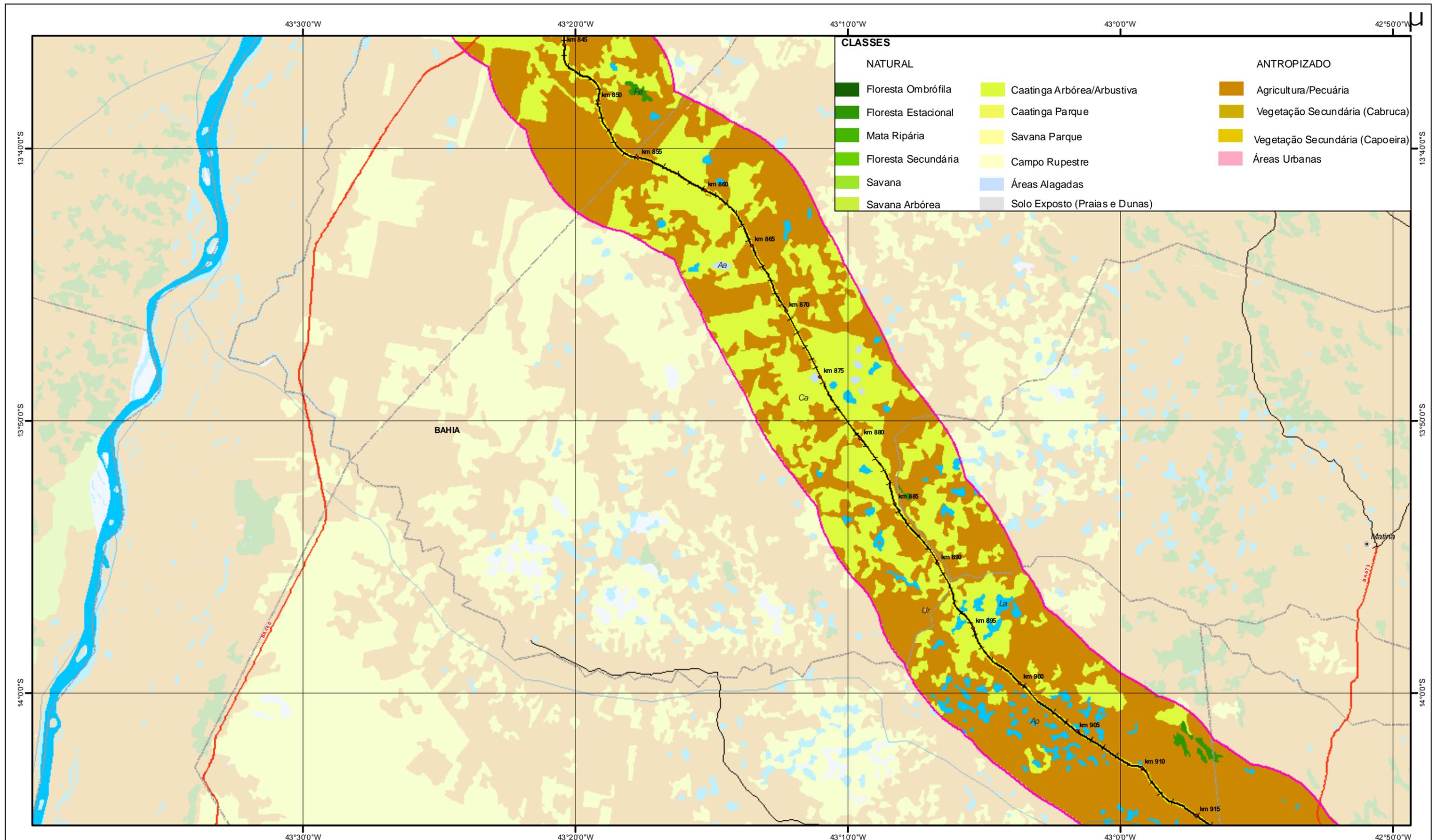
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

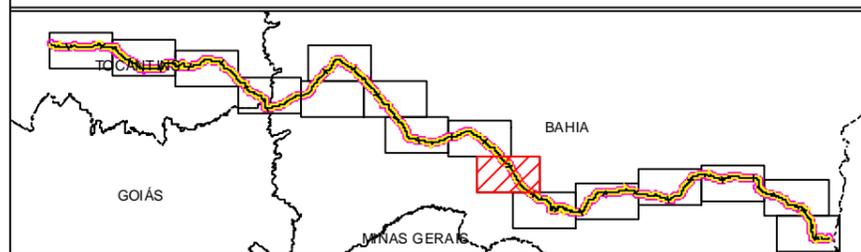
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (9/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

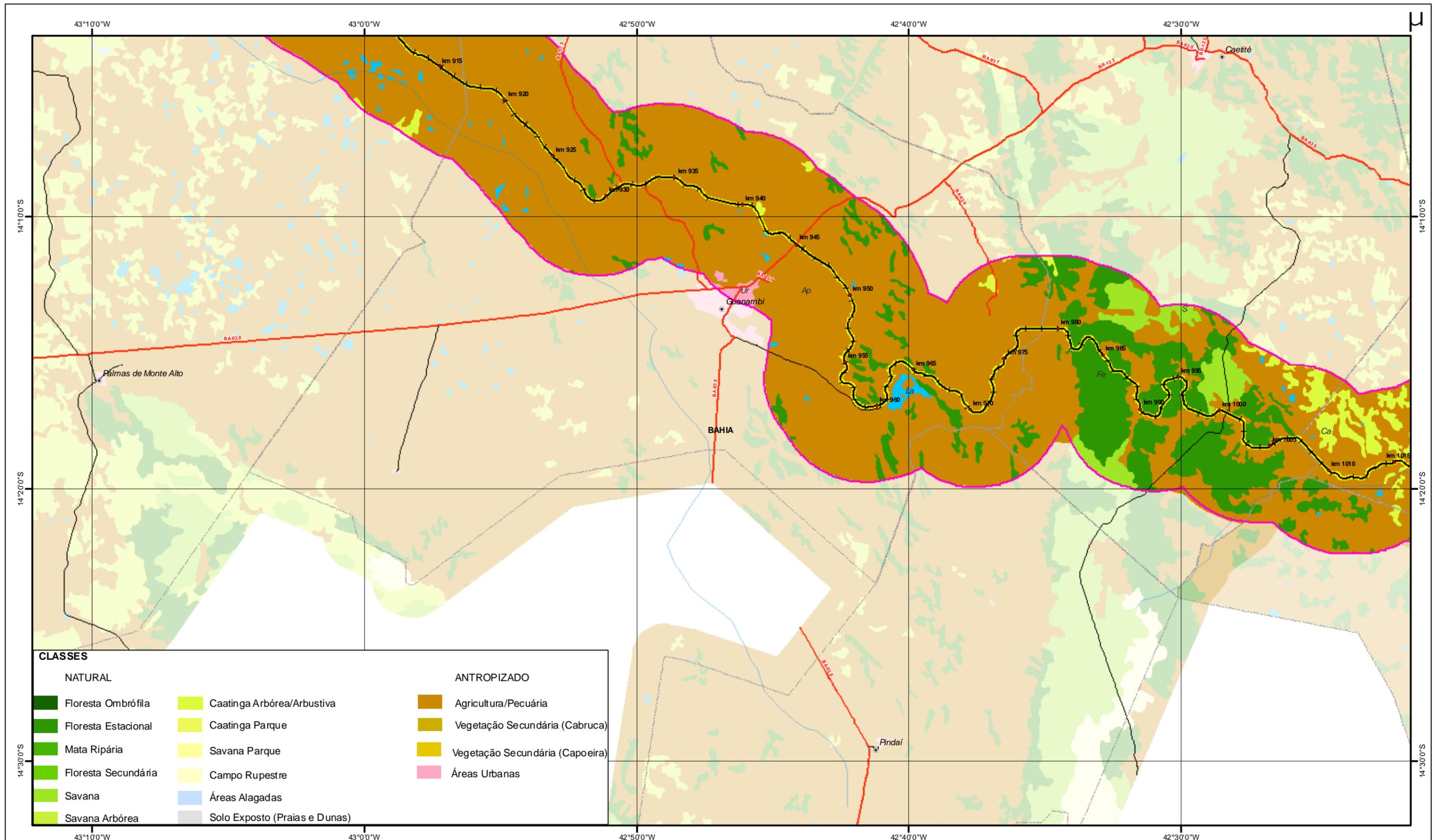
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

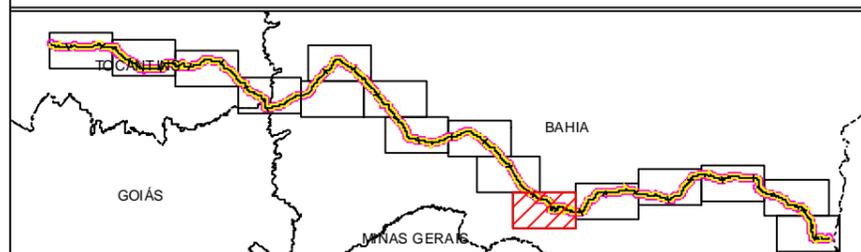
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (10/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

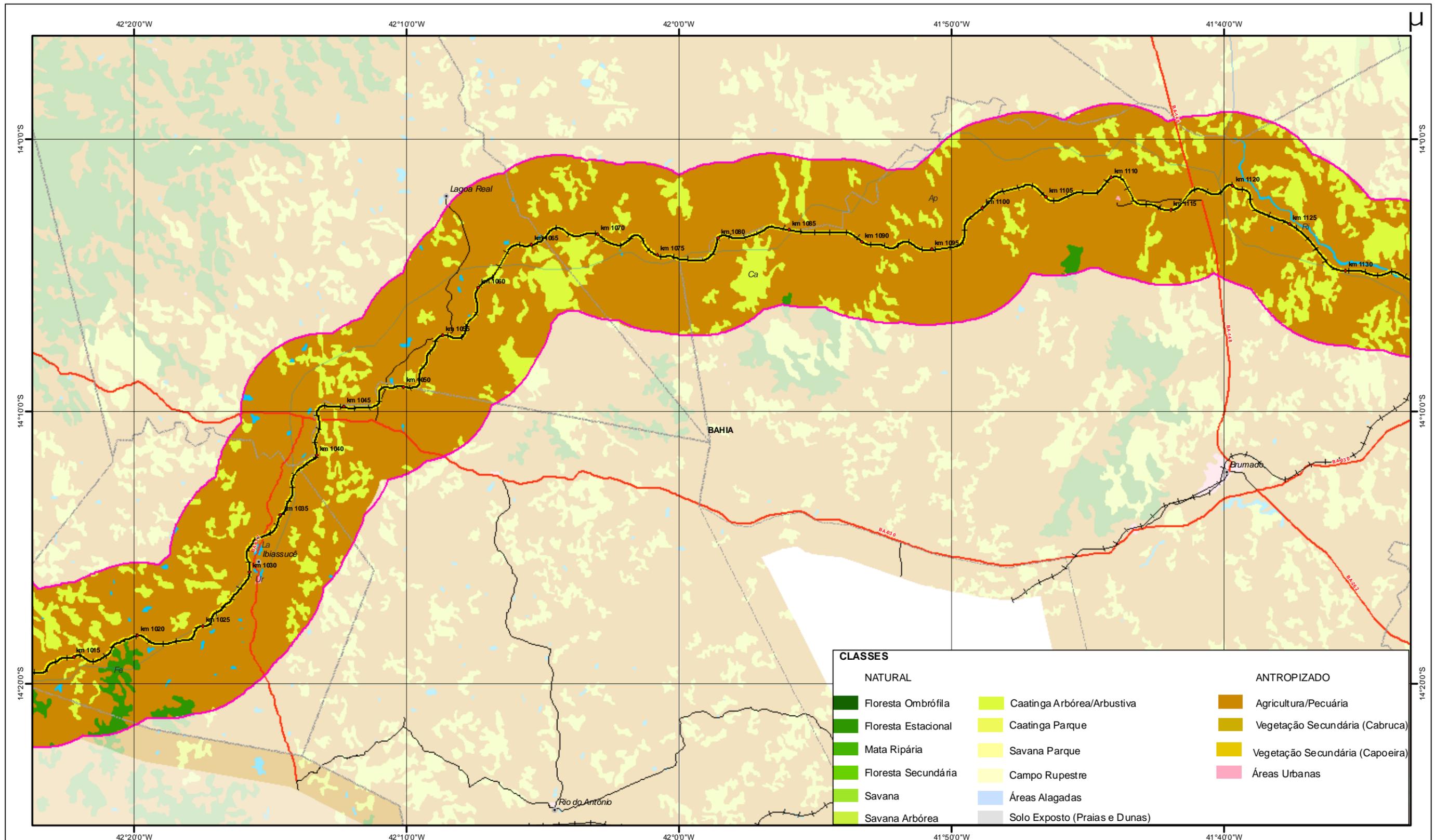
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

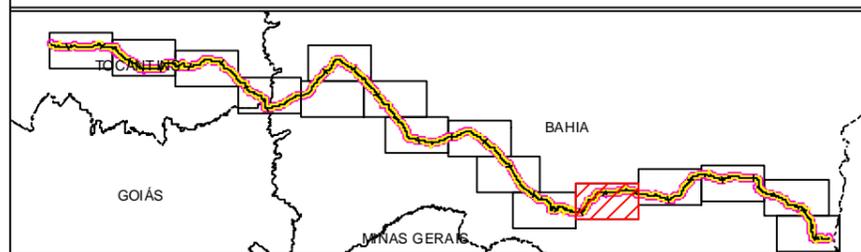
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (11/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

P	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

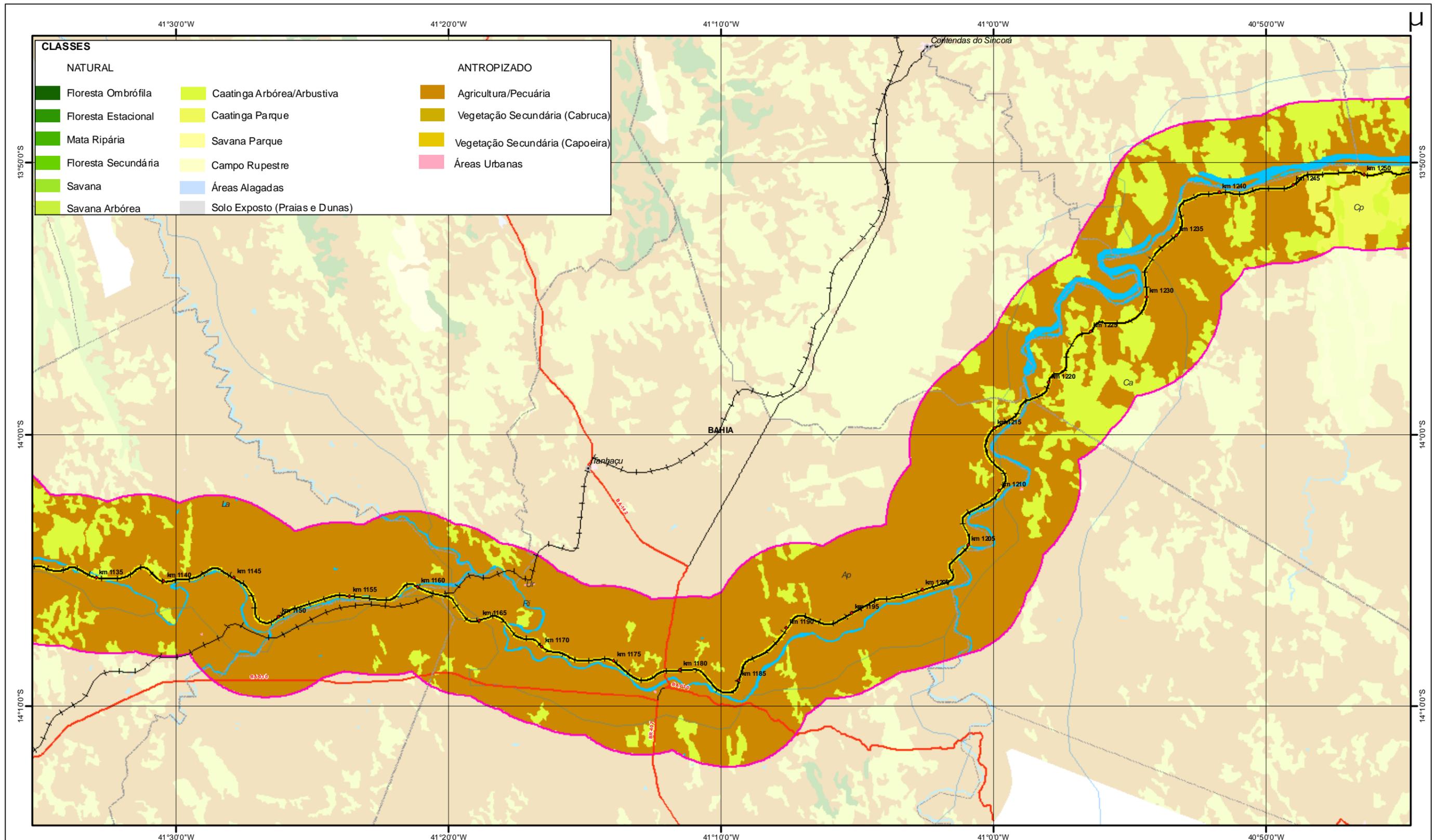
EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

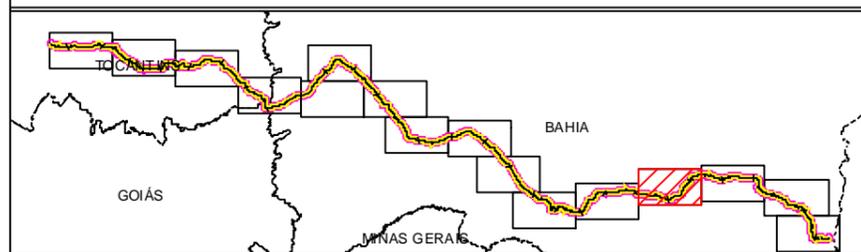
VALEC

Escala: **1:250.000**

Figura: **5.3.15 (12/16)**



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas	
	P Cidade
	Limite municipal
	Limite interestadual
	Cursos d'água
	Área de infl. direta
	Rodovias pavimentadas
	Rodovias não pavimentada
	Ferrovia em operação
	Ferrovia em construção
	Ferrovia projetada
	Quilometragem estimada

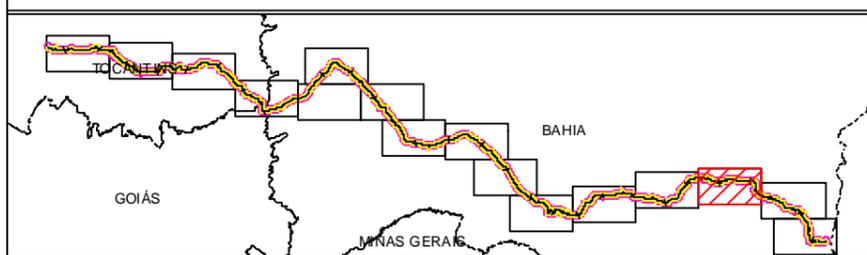
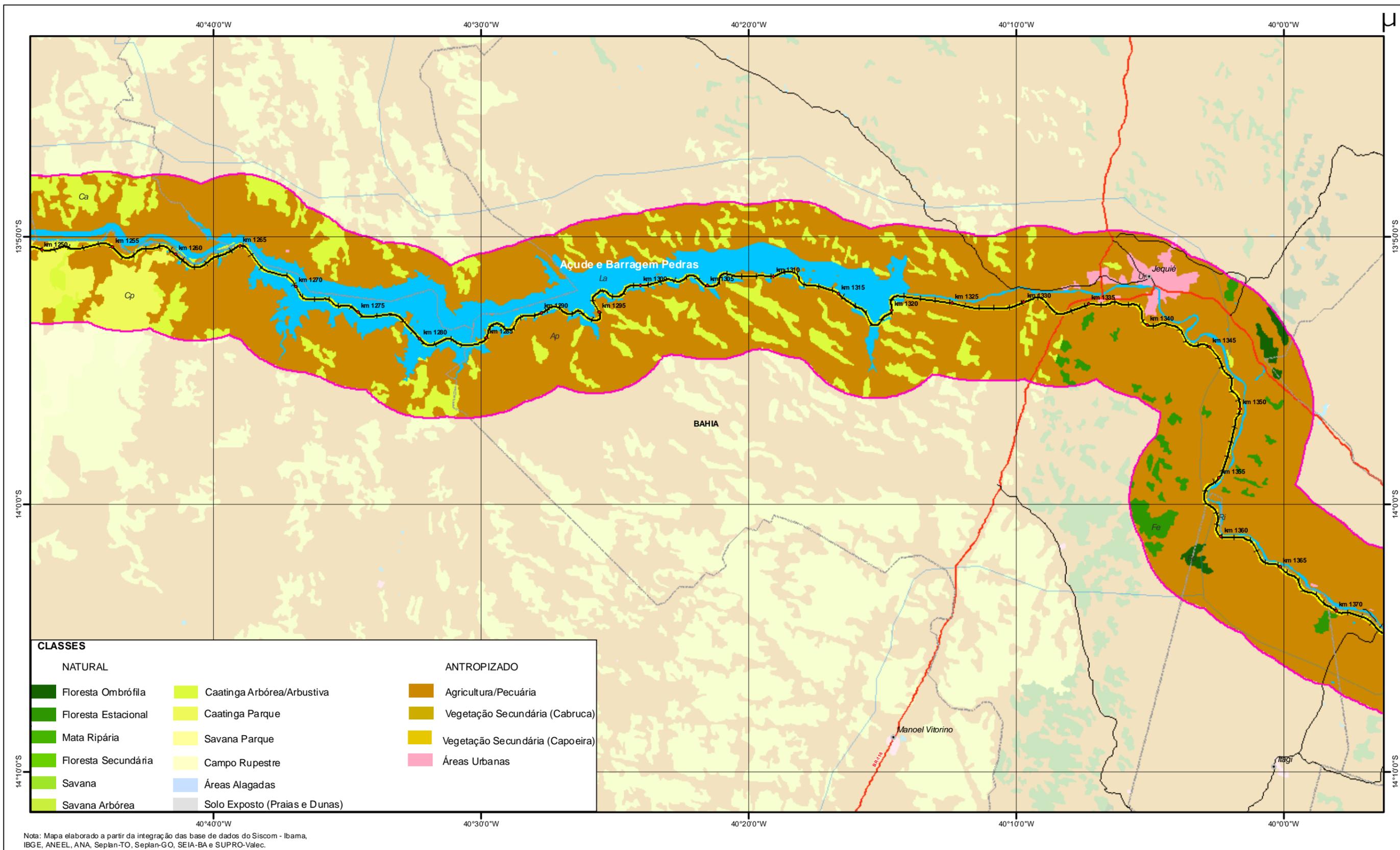
Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)	
EIA-RIMA	
MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO	

VALEC

Escala: 1:250.000

Figura: 5.3.15 (13/16)



Convenções Cartográficas

- | | | | |
|---|----------------------|--|--------------------------|
| P | Cidade | | Rodovias pavimentadas |
| | Limite municipal | | Rodovias não pavimentada |
| | Limite interestadual | | Ferrovia em operação |
| | Cursos d'água | | Ferrovia em construção |
| | Área de infl. direta | | Ferrovia projetada |
| | | | Quilometragem estimada |

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

EIA-RIMA

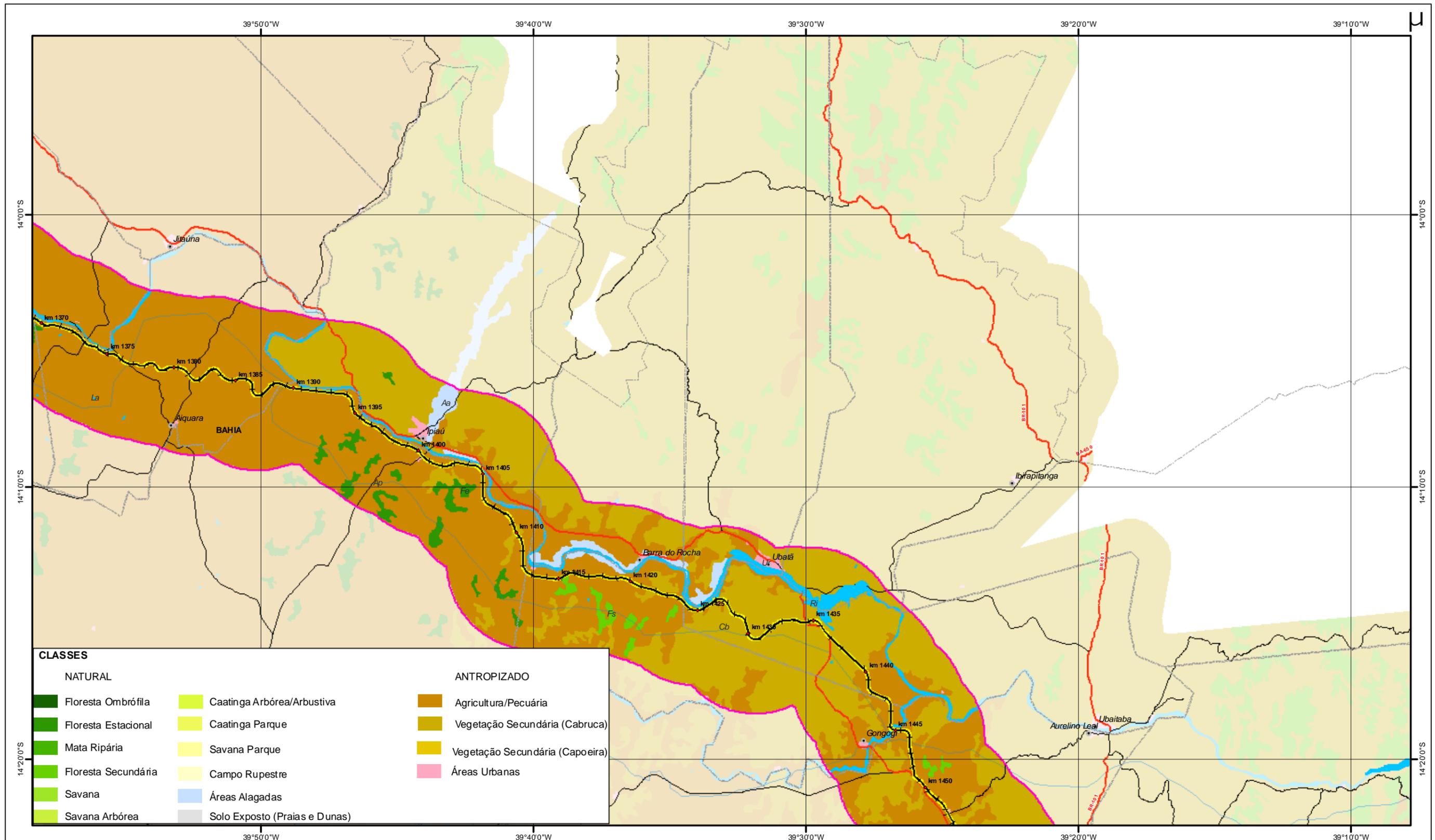
MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

VALEC

Escala: **1:250.000**

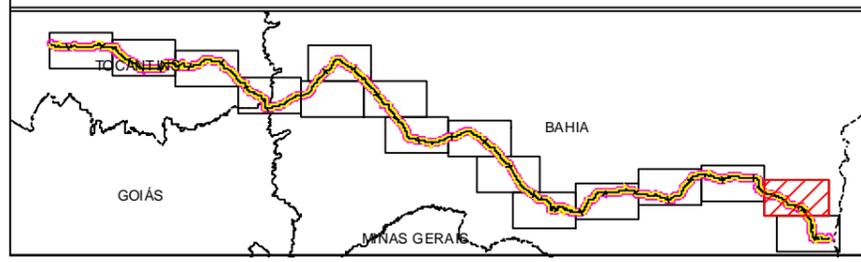


Figura: **5.3.15 (14/16)**



CLASSES	
NATURAL	
	Floresta Ombrófila
	Floresta Estacional
	Mata Ripária
	Floresta Secundária
	Savana
	Savana Arbórea
ANTROPIZADO	
	Caatinga Arbórea/Arbustiva
	Caatinga Parque
	Savana Parque
	Campo Rupestre
	Áreas Alagadas
	Solo Exposto (Praias e Dunas)
	Agricultura/Pecuária
	Vegetação Secundária (Cabruca)
	Vegetação Secundária (Capoeira)
	Áreas Urbanas

Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas	
	P Cidade
	Limite municipal
	Limite interestadual
	Cursos d'água
	Área de infl. direta
	Rodovias pavimentadas
	Rodovias não pavimentada
	Ferrovia em operação
	Ferrovia em construção
	Ferrovia projetada
	Quilometragem estimada

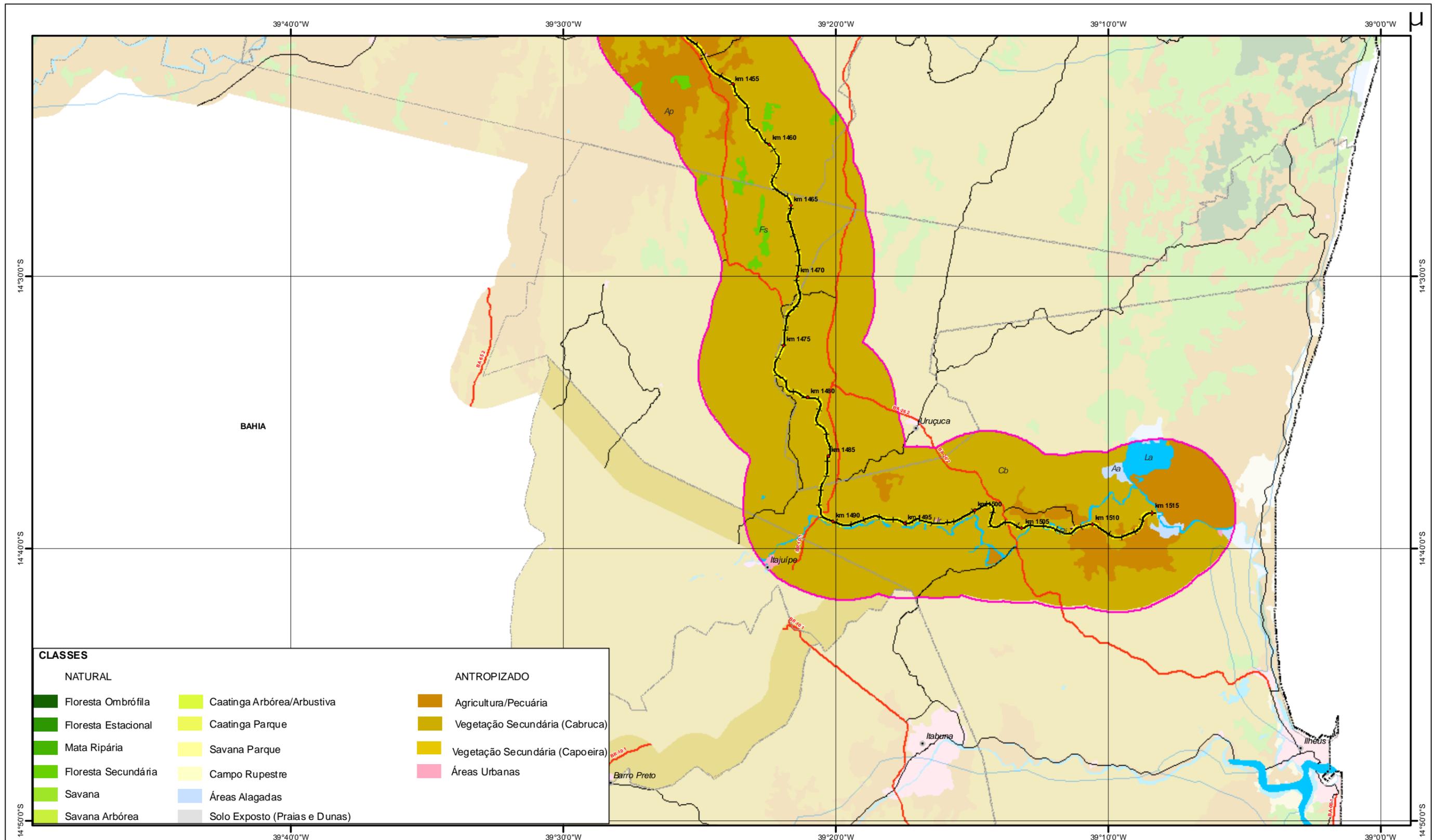
Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)	
EIA-RIMA	
MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO	

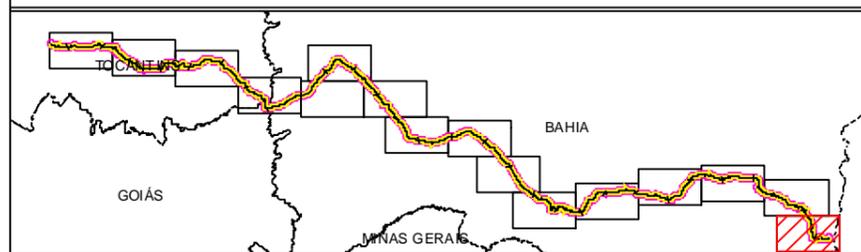
VALEC

Escala: 1:250.000

Figura: 5.3.15 (15/16)



Nota: Mapa elaborado a partir da integração das base de dados do Siscom - Ibama, IBGE, ANEEL, ANA, Seplan-TO, Seplan-GO, SEIA-BA e SUPRO-Valec.



Convenções Cartográficas

P	Cidade		Rodovias pavimentadas
	Limite municipal		Rodovias não pavimentada
	Limite interestadual		Ferrovia em operação
	Cursos d'água		Ferrovia em construção
	Área de infl. direta		Ferrovia projetada
			Quilometragem estimada

Elaborado Por:

Data: **Outubro/2009**

Versão: **01**

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

EIA-RIMA

MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO

VALEC

Escala: **1:250.000**

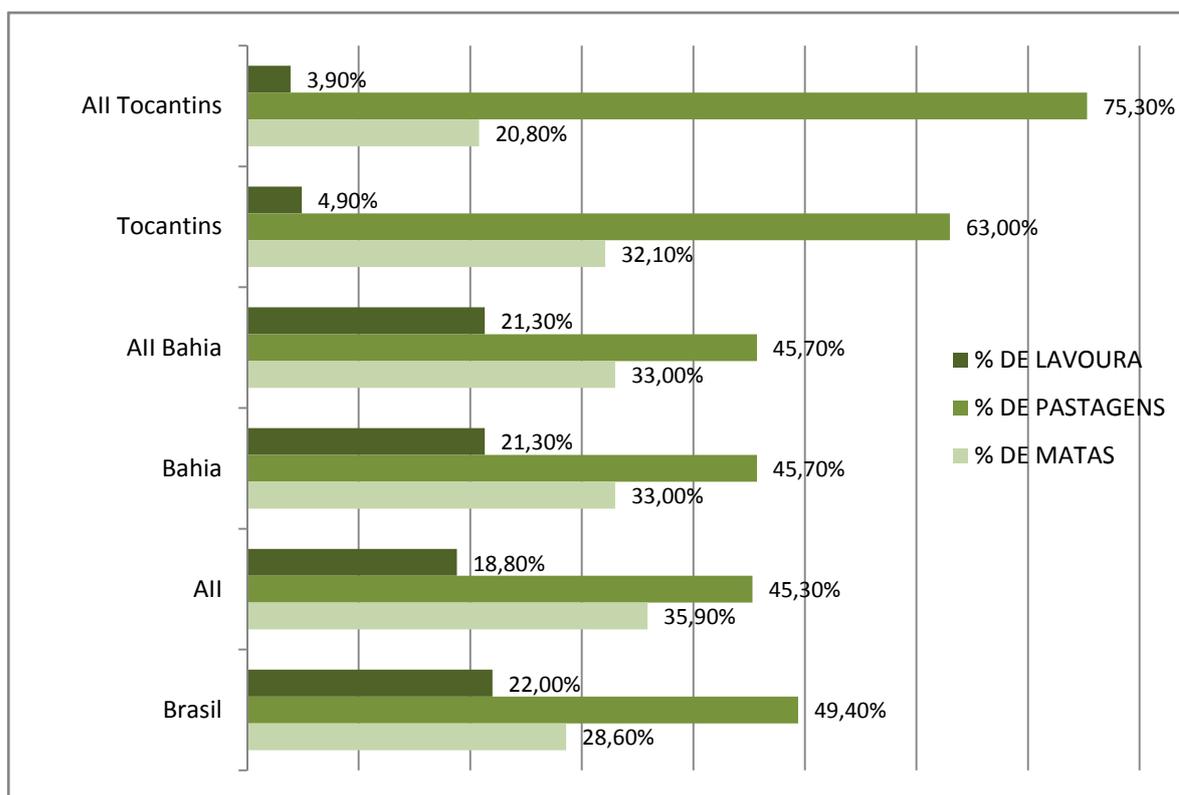
Figura: **5.3.15 (16/16)**

FIGURA 5.3.16 – MAPA DE COBERTURA E USO DO SOLO – AII

▪ PRINCIPAIS USOS RURAIS

Em linhas gerais, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, pode-se observar que, no conjunto da Área de Influência Indireta (All), há o predomínio das pastagens como forma de utilização das terras dos estabelecimentos rurais (45,3%), seguidas pelas matas e florestas (35,9%) e, por fim, pelas lavouras (18,8%). A Figura 5.3.17 abaixo ilustra a participação relativa de cada uma dessas formas de utilização das terras para o conjunto da All, assim como para as partes estaduais que a compõem e para os Estados do Tocantins e da Bahia.

FIGURA 5.3.17 – PARTICIPAÇÃO (%) DAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL UTILIZADA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006



Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de IBGE, Censo Agropecuário, dados preliminares de 2006.

No que se refere às porções estaduais da All, notam-se perfis bastante diferentes na forma de utilização do solo. Na porção tocantinense, verifica-se um amplo predomínio das pastagens (75,3%), enquanto matas e florestas (32,1%) e lavouras (4,9%) correspondem, respectivamente, a segunda e a terceira formas mais comuns de utilização do solo. Na All localizada no Estado da Bahia, a maior presença é de pastagens (45,7%) seguidas pela ocupação de matas e florestas (33,0%) e lavouras (21,3%).

A extensão dos municípios da AII localizados no Estado do Tocantins não é uniforme. Enquanto o maior município – Paranã – corresponde a 42,9% da área dos estabelecimentos agropecuários da porção tocantinense da AII, os seis menores municípios, juntos, correspondem a 6,9% desta mesma área.

A contribuição de cada município para as áreas totais de pastagens, de lavouras e de matas e florestas da AII também não é uniforme. O maior município, Paranã, detém as maiores áreas de pastagens e de lavouras, correspondendo a 52,5% e a 21,2% das áreas totais de pastagens e de lavouras da AII tocantinense, respectivamente. Em relação às áreas de matas e florestas, o município de Peixe apresenta a maior contribuição: sua área de matas e florestas corresponde a 20,8% das áreas totais de matas e florestas da AII no Estado do Tocantins.

No que se refere à porção baiana da AII, percebe-se que a utilização das terras é bastante diferenciada. O Oeste Baiano ocupa a maior área de estabelecimentos agropecuários, cerca de 31,0% do somatório das terras totais. Dentre seus municípios, os que mais se destacam são Correntina e São Desidério, que juntos ocupam quase 20,0% da AII total.

A composição do Oeste Baiano muda de perfil em relação à AII total. Não são as pastagens responsáveis pela maior área, mas as matas e florestas e as lavouras, com 45,6% e 32,6%, respectivamente (ver Tabela 5.3.90). As lavouras dominantes na região são provenientes, principalmente, do cultivo de soja, algodão e milho.

TABELA 5.3.90 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS POR MUNICÍPIO DA AII, 2006

MUNICÍPIOS DA AII	% DE LAVOURAS	% DE PASTAGENS	% MATAS
SUL TOCANTINENSE			
Alvorada	4,50%	63,50%	32,00%
Arraias	2,20%	68,50%	29,30%
Aurora do Tocantins	1,60%	58,00%	40,40%
Combinado	98,10%	0,80%	1,10%
Conceição do Tocantins	12,70%	67,80%	19,50%
Figueirópolis	2,30%	65,20%	32,50%
Gurupi	6,60%	64,00%	29,40%
Lavandeira	3,10%	63,40%	33,50%
Novo Alegre	6,90%	87,30%	5,80%
Paraná	1,90%	92,40%	5,70%
Peixe	2,50%	61,70%	35,80%
Ponte Alta do Bom Jesus	13,40%	75,00%	11,60%
Sucupira	2,50%	72,70%	24,80%
Taguatinga	1,10%	54,40%	44,50%
Taipas do Tocantins	27,40%	51,80%	20,80%
Campos Belos (Goiás)*	1,50%	40,70%	57,80%
Sul Tocantinense	3,90%	75,30%	20,80%

OESTE BAIANO			
Barreiras	37,80%	19,50%	42,70%
Correntina	17,50%	31,30%	51,20%
Jaborandi	21,80%	22,60%	55,60%
Luis Eduardo Magalhães	54,60%	16,70%	28,70%
São Desidério	43,70%	14,90%	41,40%
Oeste Baiano	32,60%	21,80%	45,60%
BACIA DO SÃO FRANCISCO			
Bom Jesus da Lapa	11,30%	41,60%	47,10%
Carinhanha	9,30%	31,70%	59,10%
Coribe	4,60%	51,20%	44,30%
Caculé	19,20%	46,10%	34,70%
Guanambi	19,30%	63,20%	17,50%
Palmas de Monte Alto	8,10%	57,70%	34,20%
Riacho de Santana	7,30%	38,70%	54,00%
Santa Maria da Vitória	6,30%	44,90%	48,80%
Santana	4,20%	43,30%	52,50%
São Félix do Coribe	3,60%	35,90%	60,50%
Serra do Ramalho	13,10%	46,20%	40,70%
Bacia do São Francisco	8,80%	45,50%	45,70%
SERRA DO ESPINHAÇO			
Aracatu	11,10%	61,10%	27,90%
Barra da Estiva	23,20%	43,60%	33,20%
Brumado	12,80%	60,60%	26,60%
Caetité	7,80%	26,20%	66,00%
Dom Basílio	14,00%	62,20%	23,80%
Ibiassucê	37,20%	35,20%	27,60%
Igaporã	14,00%	55,80%	30,20%
Ituaçu	21,80%	43,00%	35,20%
Lagoa Real	62,90%	16,40%	20,70%
Livramento Nossa Senhora	25,50%	50,70%	23,80%
Malhada	9,10%	53,80%	37,10%
Matina	13,3	52,5	34,2
Pindaí	18,90%	60,80%	20,30%
Rio do Antônio	12,70%	28,10%	59,20%
Serra do Espinhaço	20,30%	46,70%	33,00%
MÉDIO RIO DE CONTAS			
Contendas do Sincorá	2,70%	35,00%	62,30%
Iramaia	2,50%	42,70%	54,80%
Jequié	14,60%	45,30%	40,10%
Manoel Vitorino	2,10%	58,70%	39,20%
Maracás	12,70%	57,60%	29,70%
Mirante	8,30%	58,20%	33,50%
Tanhaçu	11,90%	61,90%	26,20%
Médio Rio de Contas	8,70%	51,10%	40,20%

MATA ATLÂNTICA			
Aiquara	29,60%	58,80%	11,60%
Aurelino Leal	54,70%	35,60%	9,80%
Barra do Rocha	41,30%	32,00%	26,70%
Barro Preto	67,00%	18,70%	14,30%
Gongogi	18,80%	69,10%	12,20%
Ibirapitanga	67,00%	13,60%	19,50%
Ilhéus	62,00%	16,40%	21,60%
Ipiaú	47,10%	34,40%	18,50%
Itabuna	45,90%	39,10%	15,10%
Itacaré	55,10%	13,50%	31,50%
Itagi	13,20%	33,20%	53,60%
Itagibá	15,60%	76,50%	8,00%
Itajuípe	73,50%	17,80%	8,70%
Jitaúna	17,40%	18,60%	64,00%
Maraú	35,40%	17,80%	46,80%
Ubaitaba	48,30%	40,80%	10,90%
Ubatã	41,50%	29,20%	29,30%
Uruçuca	75,50%	8,60%	15,90%
Mata Atlântica	44,40%	30,50%	25,10%
All Tocantins	3,90%	75,30%	20,80%
All Bahia	21,30%	45,70%	33,00%
All	18,80%	45,30%	35,90%
Tocantins	4,90%	63,00%	32,10%
Bahia	21,30%	45,70%	33,00%
Brasil	22,00%	49,40%	28,60%

Fonte: Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

* Campos Belos é um município do Estado de Goiás. Por constituir o único de tal estado, ele foi agrupado na parte da All que se refere ao Sul Tocantinense.

Depois do Oeste Baiano e do Sul do Tocantins, a região da Bacia do São Francisco é a terceira maior área em estabelecimentos agropecuários da Área de Influência Indireta, ocupando 14,8% do somatório dos hectares da All. Sua composição está de acordo com o perfil da All total, em que mais de 90,0% das terras têm como uso matas e florestas e pastagens. Os seus municípios obedecem tal padrão, com pequena diferença em Guanambi, onde, apesar de as pastagens dominarem em 63,2% da área, as lavouras temporárias detêm a segunda maior participação, com 18,4%.

Na Serra do Espinhaço, o padrão do uso do solo é similar ao da Área de Influência Indireta e esta região corresponde a 10,8% da área total dos estabelecimentos rurais. Já a região do Médio Rio de Contas, que engloba os municípios próximos a Jequié, apresenta, junto com a região de Mata Atlântica, a menor área de estabelecimentos agropecuários em relação ao total da All.

No caso do Médio Rio de Contas, a composição se assemelha mais com a All total, caracterizando-se por mais de 90,0% das terras ocupadas por pastagens e matas e florestas. Sendo que, nos municípios de Contendas do Sincorá e Iramaia, a

maior participação fica com as matas e florestas, devido à existência na região da Floresta Nacional Contendas do Sincorá, de bioma Caatinga.

Na Mata Atlântica, municípios mais próximos a Ilhéus, esse padrão se altera, e a maior participação na utilização das terras agrícolas advém das lavouras, 44,4%, sendo que 40,8% são cultivos permanentes, principalmente cacau. Quando se analisa a composição dos municípios, embora de maneira geral haja predominância de lavouras, constata-se diferenças entre eles. No caso de Ilhéus, Itacaré, Itabuna, Ibirapitanga e Uruçuca a predominância de lavouras é bem maior, mas em Aiquara, Gongogi e Itagiba, a situação é inversa: a participação das pastagens está acima de 50,0%. Se comparados à All total, esses municípios têm pequena participação relativa em área agropecuária, conforme anteriormente explicitado.

A região da Mata Atlântica tem a maior participação nas lavouras permanentes (62,5%) e a região do Oeste Baiano tem a maior participação nas lavouras temporárias (67,9%). Enquanto na Área de Influência Indireta emprega-se 18,8% das terras em lavouras, na região da Mata Atlântica e do Oeste Baiano o uso com lavouras está acima desta média, correspondendo a 44,4% e a 32,6%, respectivamente.



As pastagens são a forma predominante de utilização do solo na All



Pastagens na Bacia do São Francisco (município Serra do Ramalho)



Extensas áreas de cultivo de soja no Oeste Baiano



Lavoura de algodão no Oeste Baiano



Mata nativa (Caatinga) característica da Serra do Espinhaço e do Médio Rio de Contas



Lavoura permanente de Cacau na região Mata Atlântica

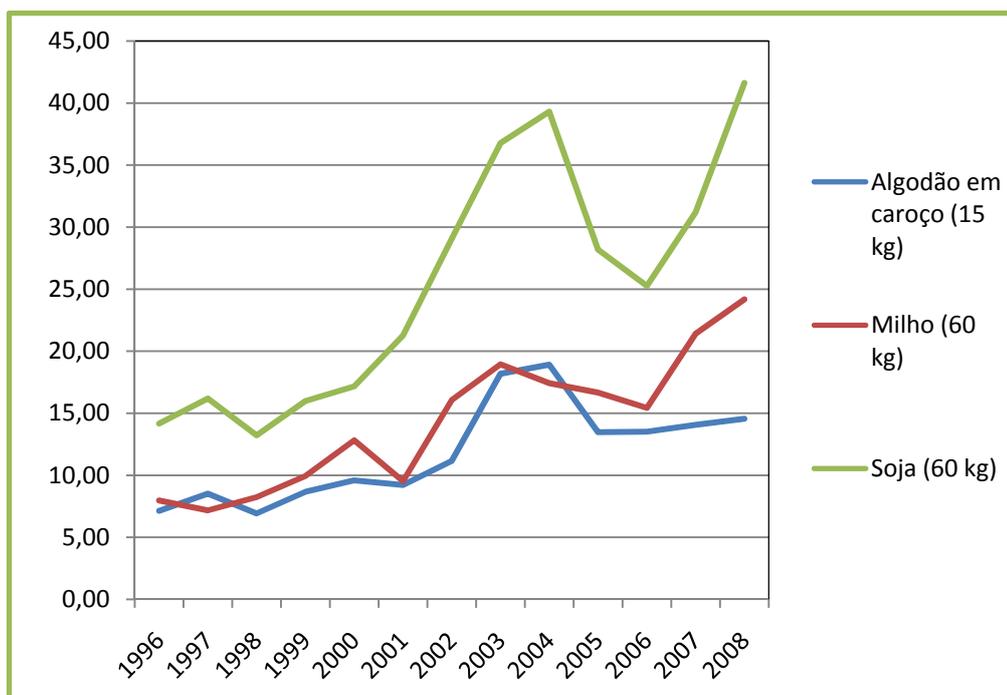
Deve-se observar que o crescimento expressivo nos últimos anos dos preços das *commodities* comercializadas nacional e internacionalmente tem impactado diretamente a forma de utilização das terras de algumas das regiões da All. Este é o caso, sobretudo, da região do Oeste Baiano, onde tem ocorrido uma expansão expressiva das lavouras temporárias, mais particularmente de algodão, milho e soja.

A Figura 5.3.18, a seguir, expõe a evolução dos preços médios recebidos pelos agricultores nos casos das lavouras em destaque na região (algodão, milho e soja). A partir desta, é possível depreender o seu crescimento expressivo nos últimos dez anos, apesar de algumas quedas.

Como resultado, a produção de soja (em grão) dos municípios da All do Oeste Baiano cresceu aproximadamente um milhão de toneladas, de 520 mil toneladas, em 1996, para 1.573 mil toneladas, em 2006; a de algodão subiu 7,1 mil toneladas (1996) para 662 mil (2006); e a de milho, de 374 mil para 478 mil toneladas, para o mesmo período.

É interessante notar que esse aumento expressivo da produção de soja, algodão e milho na referida região deu-se com base, principalmente, na incorporação de novas terras. A Figura 5.3.19 abaixo ilustra tal processo. A taxa de crescimento anual médio da quantidade produzida ao longo do período de 1996 a 2006 foi superior à taxa de crescimento anual médio da produtividade nas lavouras de soja, algodão e milho, ou seja: apesar de a produtividade (tonelada/ hectare) ter crescido na maioria dessas lavouras (soja e algodão), o crescimento de sua produção foi ainda maior, o que só pode ocorrer com base na incorporação de novas terras.

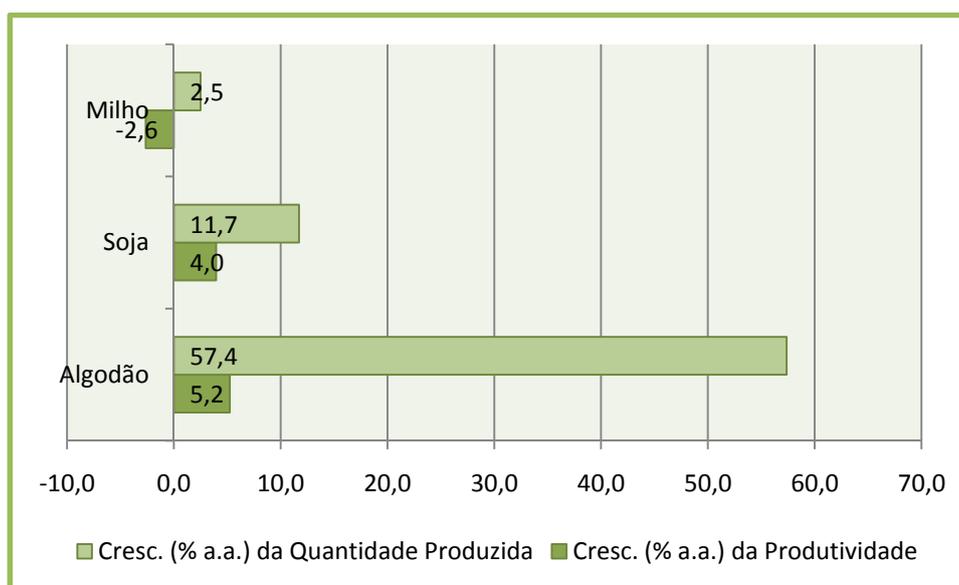
FIGURA 5.3.18 – PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES: LAVOURAS DE ALGODÃO, MILHO E SOJA, 1996-2008



Fonte: IEA/CATI – SAAESP.

De fato, tal resultado pode ser constatado com base na evolução da área colhida dessas lavouras no período em questão (1996 a 2006). Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, na All, a área colhida da lavoura de algodão herbáceo se expandiu de 67 mil hectares para quase 200 mil hectares, representando um aumento de 11,5% a.a. durante o período. A região do Oeste Baiano foi responsável por toda essa expansão, haja vista o fato de que nas demais regiões que a compõe presenciou-se uma redução da área colhida da lavoura de algodão.

FIGURA 5.3.19 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIAS (% A.A.) - QUANTIDADE PRODUZIDA E PRODUTIVIDADE (TON./HA) SOJA, MILHO, ALGODÃO, 1996 E 2006



Fonte: IBGE, produção agrícola municipal, 1996 e 2006.

Já o cultivo da soja também atuou de modo ainda mais expressivo. Em 1996 eram 336 mil hectares e, em 2006, a área colhida da lavoura na All alcançou 690 mil hectares. Embora o Sul Tocantinense tenha apresentado um crescimento da cultura, a região do Oeste Baiano destacou-se mais uma vez como a principal responsável por tal expansão.

Por fim, a cultura do milho, assim como a das demais, apresentou crescimento de sua área colhida, sobretudo na região do Oeste Baiana. Em 1996, eram 133 mil hectares e, em 2006, 162 mil. A Tabela 5.3.91 a seguir apresenta os dados acima mencionados.

TABELA 5.3.91 – ÁREA COLHIDA DE CULTURAS DA LAVOURA TEMPORÁRIA (HECTARE), 1996 E 2006

REGIÕES	ALGODÃO HERBÁCEO		SOJA (EM GRÃO)		MILHO (EM GRÃO)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Sul Tocantinense	171	0	2.191	16.100	10.891	12.940
Oeste Baiano	3.310	184.967	336.330	690.340	73.865	123.400
Bacia do São Francisco	21.930	5.535	0	2.600	35.798	19.735
Serra do Espinhaço	37.580	7.708	0	0	11.532	5.180
Médio Rio de Contas	3.895	560	0	0	1.162	700
Mata Atlântica	0	0	0	0	310	562
All	66.886	198.770	338.521	709.040	133.558	162.517

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1996 e 2006.

▪ **PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS**

A apresentação da análise da compatibilidade da implantação da Ferrovia com os Planos Diretores ou Zoneamentos nos municípios interceptados deve ser dispensada nesta fase. Isto porque, conforme determinado no Art. 10º, § 1º da Resolução CONAMA 237/97, a VALEC apresentará ao IBAMA declarações emitidas pelas Prefeituras de cada município interceptado, informando sobre a conformidade ou não do empreendimento com seus respectivos Planos Diretores e/ou demais diretrizes de uso e ocupação do solo

É possível observar, pela Tabela 5.3.92 que a maior parte dos municípios não dispõe destes instrumentos de gestão implantados.

TABELA 5.3.92 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA 2006.

MUNICÍPIOS DA AII	PARCELAMENTO	ZONEAMENTO	PLANO DIRETOR
SUL TOCANTINENSE			
Alvorada	Não	Não	Não
Arraias	Não	Não	Não
Aurora do Tocantins	Não	Não	Não
Campos Belos	Não	Sim	Não
Combinado	Não	Não	Não
Conceição do Tocantins	Não	Não	Não
Figueirópolis	Não	Sim	Não
Gurupi	Sim	Sim	Sim
Lavandeira	Não	Não	Não
Novo Alegre	Não	Não	Não
Paraná	Não	Não	Não
Peixe	Não	Não	Não
Ponte Alta do Bom Jesus	Não	Não	Não
Sucupira	Não	Sim	Não
Taguatinga	Não	Não	Não
Taipas do Tocantins	Não	Sim	Não
Oeste Baiano			
Barreiras	Não	Não	Sim
Correntina	Sim	Não	Não
Jaborandi	Sim	Não	Não
Luis Eduardo Magalhães	Sim	Não	Sim
São Desidério	Não	Não	Sim
Bacia do São Francisco			
Bom Jesus da Lapa	Não	Não	Não
Carinhanha	Não	Não	Não
Coribe	Não	Não	Não
Caculé	Não	Não	Não
Guanambi	Sim	Sim	Sim
Malhada	Não	Não	Não
Palmas de Monte Alto	Não	Não	Não

MUNICÍPIOS DA AII	PARCELAMENTO	ZONEAMENTO	PLANO DIRETOR
Riacho de Santana	Não	Não	Não
Santa Maria da Vitória	Sim	Sim	Não
Santana	Não	Não	Não
São Félix do Coribe	Sim	Não	Não
Serra do Ramalho	Não	Não	Sim
Serra do Espinhaço			
Aracatu	Não	Não	Não
Brumado	Não	Não	Sim
Caetité	Não	Não	Sim
Dom Basílio	Não	Não	Não
Ibiassucê	Não	Não	Não
Igaporã	Não	Não	Sim
Ituaçu	Não	Não	Não
Lagoa Real	Não	Não	Não
Livramento de N. Senhora	Não	Sim	Sim
Matina	Não	Não	Não
Pindaí	Não	Não	Não
Rio do Antônio	Não	Não	Não
Médio Rio de Contas			
Barra da Estiva	Sim	Não	Sim
Contendas do Sincorá	Não	Não	Não
Iramaia	Não	Não	Não
Jequié	Sim	Sim	Sim
Manoel Vitorino	Sim	Não	Não
Maracás	Não	Não	Não
Mirante	Não	Não	Não
Tanhaçu	Sim	Sim	Não
Mata Atlântica			
Aiquara	Não	Não	Não
Aurelino Leal	Não	Não	Não
Barra do Rocha	Não	Não	Não
Barro Preto	Não	Não	Não
Gongogi	Não	Não	Não
Ibirapitanga	Não	Não	Sim
Ilhéus	Sim	Sim	Sim
Ipiaú	Não	Não	Sim
Itabuna	Sim	Sim	Não

Itacaré	Sim	Sim	Não
Itagi	Não	Não	Não
Itagibá	Não	Não	Não
Itajuípe	Não	Não	Não
Jitaúna	Sim	Sim	Sim
Maraú	Não	Não	Não
Ubaitaba	Não	Não	Sim
Ubatã	Não	Não	Não
Uruçuca	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

▪ VETORES DE CRESCIMENTO URBANO

Para a identificação dos vetores de crescimento urbano é necessário caracterizar a conformação da malha urbana existente na All. Pode-se afirmar que os núcleos urbanos da Área de Influência formaram-se essencialmente nas sedes de seus municípios ou em suas proximidades, e caracterizam-se pela concentração de comércios e serviços, em função dos quais as populações são atraídas.

A atração de populações e, portanto, a importância de cada sede municipal como núcleo urbano, está relacionada à concentração de unidades empresariais locais (UL) capazes de oferecer comércio, serviços e emprego às populações regionais. Como a maior parte das unidades empresariais municipais localiza-se em suas sedes, o número total destas pode ser utilizado, portanto, como indicador da importância de cada núcleo urbano.

Os principais núcleos urbanos da Área de Influência são Itabuna e Ilhéus que concentram 25,6% das unidades empresariais da Área de Influência (11.547 unidades em 2006). Em seguida, também na Bahia, está Jequié que, com suas 3.905 unidades empresariais, representa um importante núcleo urbano estadual (8,6% das unidades da All). Destacam-se ainda na Bahia as sedes municipais de Barreiras (3.617 unidades representando 8,0% da All) e Guanambi, com 2.925 unidades (6,5% da All). Gurupi, na All tocantinense, é o núcleo polarizador concentrando 2.733 unidades (6,1% da All). Esses núcleos somados concentram 54,8% das unidades empresarias da All.

Os núcleos supra citados têm como característica principal o fato de atraírem populações não apenas dos municípios onde se localizam, como igualmente dos municípios em seu entorno. Neste sentido, podem ser classificados como núcleos urbanos estaduais.

A análise intra-regiões reforça ainda mais o papel desses núcleos. Assim, Gurupi na Região Sul Tocantinense, concentra 64,4% das unidades empresariais da região Sul Tocantinense. Barreiras, no Oeste Baiano, cerca de 60,0%. No Médio Rio de Contas Jequié é responsável por 70,0% das unidades e na Mata Atlântica Ilhéus e Itabuna somam 75,0% das unidades.

Na região da Bacia do São Francisco, Guanambi é responsável por cerca de 35,0% das ULs. Porém, nesta região, surgem mais três núcleos municipais com importância local, Bom Jesus da Lapa (18,0% das ULs), Santa Maria da Vitória (10,3% das ULs) e Caculé (9,2% das ULs). Os núcleos urbanos municipais locais são aqueles que atraem populações dos municípios e povoados mais próximos.

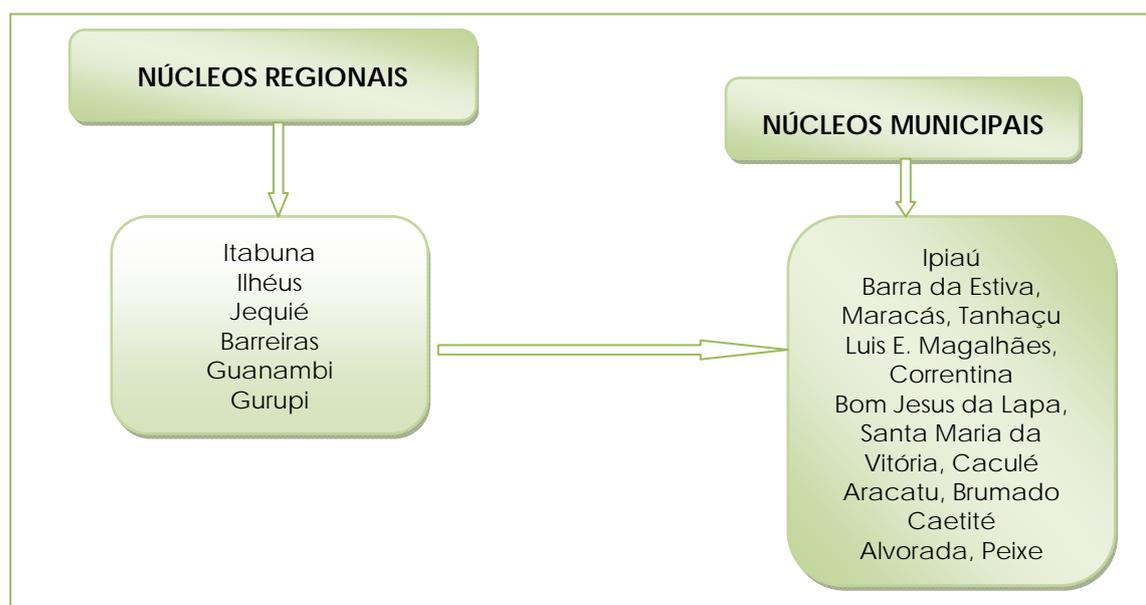
A cidade de Bom Jesus da Lapa, a margem do Rio São Francisco, concentra a terceira maior festa religiosa católica do Brasil, no mês de agosto, conhecida como a procissão ou romaria do Bom Jesus. A peregrinação atrai milhares de fiéis todos os anos o que lhe confere um poder de atratividade diferenciado das cidades da região.

Santa Maria da Vitória está situada na travessia do rio Corrente sendo um importante entroncamento rodoviário e travessia fluvial, razão que justifica sua importância local.

A Serra do Espinhaço não conta com núcleo estadual. Mas do ponto de vista intra-regional destacam-se três pólos municipais: Aracatu (33,0% das ULs), Brumado (21,0% das ULs) e Caetité (33,27% das ULs).

No Sul Tocantinense são núcleos municipais Alvorada do Tocantins (9,7% das ULs) e Arraias (5,1% das ULs). No Oeste Baiano destacam-se os núcleos de Luiz Eduardo Magalhães e Correntina (ver Figura 5.3.20 e Tabela 5.3.93).

FIGURA 5.3.20 – HIERARQUIA DOS NÚCLEOS REGIONAIS E MUNICIPAIS



Fonte: elaboração OIKOS com base em IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2004

TABELA 5.3.93 – UNIDADES LOCAIS POR REGIÕES E MUNICÍPIOS DA AII, 2004

MUNICÍPIOS/REGIÕES	Nº UL	%REGIÃO	% AII
SUL TOCANTINENSE			
Gurupi	2733	64,4	6,1
Alvorada	412	9,7	0,9
Arraias	215	5,1	0,5
Peixe	180	4,2	0,4
Taguatinga	179	4,2	0,4
Combinado	153	3,6	0,3
Figueirópolis	104	2,4	0,2
Conceição do Tocantins	59	1,4	0,1
Paraná	51	1,2	0,1
Aurora do Tocantins	42	1	0,1
Ponte Alta do Bom Jesus	35	0,8	0,1
Novo Alegre	34	0,8	0,1
Taipas do Tocantins	19	0,4	0,0
Sucupira	17	0,4	0,0
Lavandeira	13	0,3	0,0
Sul Tocantinense	4246	100	9,4
OESTE BAIANO			
Barreiras	3617	59,9	8,0
Luis Eduardo Magalhães	1400	23,2	3,1
Correntina	594	9,8	1,3
São Desidério	333	5,5	0,7
Jaborandi	95	1,6	0,2
Oeste Baiano	6039	100	13,4
BACIA DO SÃO FRANCISCO			
Guanambi	2925	35,5	6,5
Bom Jesus da Lapa	1506	18,3	3,3
Santa Maria da Vitória	859	10,4	1,9
Caculé	758	9,2	1,7
Santana	378	4,6	0,8
Riacho de Santana	365	4,4	0,8
São Félix do Coribe	345	4,2	0,8
Carinhanha	297	3,6	0,7
Palmas de Monte Alto	292	3,5	0,6
Serra do Ramalho	241	2,9	0,5
Coribe	183	2,2	0,4
Malhada	92	1,1	0,2
Bacia do São Francisco	8241	100,0	18,3

SERRA DO ESPINHAÇO			
Aracatu	1.746	32,8	3,9
Brumado	1.109	20,8	2,5
Caetité	1.019	19,1	2,3
Dom Basílio	244	4,6	0,5
Ibiassucê	210	3,9	0,5
Igaporã	195	3,7	0,4
Ituaçu	188	3,5	0,4
Lagoa Real	187	3,5	0,4
Livramento de Nossa Senhora	139	2,6	0,3
Matina	99	1,9	0,2
Pindaí	95	1,8	0,2
Rio do Antônio	94	1,8	0,2
Serra do Espinhaço	5325	100	11,8
MÉDIO RIO DE CONTAS			
Jequié	3.905	69,8	8,6
Barra da Estiva	562	10,1	1,2
Maracás	442	7,9	1,0
Tanhaçu	387	6,9	0,9
Manoel Vitorino	122	2,2	0,3
Iramaia	91	1,6	0,2
Mirante	47	0,8	0,1
Contendas do Sincorá	36	0,6	0,1
Médio Rio de Contas	5592	100	12,4
MATA ATLÂNTICA			
Itabuna	7266	46,3	16,1
Ilhéus	4.281	27,3	9,5
Ipiaú	1.313	8,4	2,9
Ubaítaba	497	3,2	1,1
Ubatã	429	2,7	1,0
Itacaré	341	2,2	0,8
Uruçuca	245	1,6	0,5
Itajuípe	215	1,4	0,5
Jitaúna	203	1,3	0,4
Ibirapitanga	190	1,2	0,4
Itagibá	128	0,8	0,3
Maraú	127	0,8	0,3
Itagi	118	0,8	0,3
Aurelino Leal	89	0,6	0,2
Gongogi	79	0,5	0,2
Barra do Rocha	70	0,4	0,2
Barro Preto	69	0,4	0,2
Aiquara	42	0,3	0,1
Mata Atlântica	15.702	100,0	34,8
All	45.145		100,0

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2004

Dada a existência dessa rede de Núcleos Urbanos na Área de Influência, pode-se dizer que o principal vetor de crescimento urbano na mesma é a abertura de postos de trabalho. Para avaliar os núcleos que representam vetores de crescimento é importante analisar as taxas de urbanização (ver Tabela 5.3.94). A partir destes dados é possível inferir que os núcleos regionais exercem o potencial de vetores do crescimento. Quanto aos núcleos municipais destacam-se apenas Alvorada do Tocantins e Ipiaú.

TABELA 5.3.94 – CRESCIMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA DOS NÚCLEOS

NÚCLEOS	POPULAÇÃO URBANA (%)	
	1990	2000
NÚCLEOS REGIONAIS		
Gurupi	93,0	98,0
Barreiras	77,0	88,0
Guanambi	69,0	75,0
Jequié	81,0	84,0
Ilhéus	64,0	73,0
Itabuna	96,0	97,0
NÚCLEOS MUNICIPAIS		
Alvorada	57,0	92,0
Peixe	19,0	42,0
Correntina	31,0	37,0
Bom Jesus da Lapa	66,0	69,0
Santa Maria da Vitória	50,0	55,0
Caetité	42,0	52,0
Caculé	48,2	57,0
Brumado	63,0	66,0
Aracatu	13,0	21,0
Barra da Estiva	27,0	37,0
Maracás	45,0	58,0
Tanhaçu	27,0	35,0
Ipiaú	80,0	87,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1990 e 2000

▪ **INTERFERÊNCIAS PREVISTAS NA AII**

A apresentação das interferências previstas na Área de Influência Indireta pelo empreendimento no que diz respeito aos locais de infra-estrutura de saneamento, dutos, transmissão e distribuição de energia elétrica e telecomunicações e sua caracterização, bem como as informações com respeito às necessidades de relocação das estruturas existentes e construção/substituição de estruturas atingidas, deverá ser feita durante a fase de implantação do empreendimento, pois depende dos cadastros topográficos que são feitos após a emissão das licenças de realização de picadas.

▪ ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Os estabelecimentos rurais na Área de Influência do Empreendimento ocupam uma área total de cerca de 17 milhões de hectares, o que corresponde a aproximadamente 5,0% da área total de estabelecimentos rurais no Brasil. O número de estabelecimentos rurais correspondentes a essa área somam 208.521 unidades, o que representa cerca de 4,0% do total de estabelecimentos rurais do país. O tamanho médio do estabelecimento rural na Área de Influência é de 85 hectares, número superior ao tamanho médio do estabelecimento rural no Brasil, correspondente a 68 hectares (Tabela 5.3.95).

Dentre as seis regiões que compõem a Área de Influência, as que detêm as maiores áreas são, pela ordem, a Bacia do São Francisco, o Oeste Baiano e o Sul Tocantinense (respectivamente 5.554.192 ha, 5.121.057 ha e 4.884.176 ha). Essas três regiões em conjunto somam 79,5% da área ocupada por estabelecimentos rurais na Área de Influência. A Bacia do São Francisco e o Sul Tocantinense, regiões com a maior e a terceira maior área em estabelecimentos rurais, são também as regiões com o maior e o menor número de estabelecimentos rurais das regiões da Área de Influência. Enquanto a Bacia do São Francisco possui 99.226 unidades, o Sul Tocantinense possui 11.341 unidades. Essa diferença entre o número de estabelecimentos das duas regiões se reflete no tamanho médio dos estabelecimentos. Na Bacia do São Francisco o tamanho médio do estabelecimento rural é de 43 hectares e no Sul Tocantinense o tamanho médio se eleva para 431 hectares por estabelecimento.

Especificamente em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos rurais da Área de Influência, as regiões dividem-se em dois grupos. A primeira, envolvendo propriedades maiores, compreende o Sul Tocantinense e o Oeste Baiano. Nessas duas regiões o tamanho médio do estabelecimento agrícola é de 431 e 267 hectares, tamanho médio bastante superior ao tamanho médio da Área de Influência (85 hectares). As outras quatro regiões possuem estabelecimentos rurais com tamanho médio variando de 56 hectares (Bacia do São Francisco) a 23 hectares (Serra do Espinhaço). Na região Médio Rio de Contas e na Região Mata Atlântica o tamanho médio do estabelecimento agrícola corresponde a 47 e a 41 hectares, respectivamente.

Em relação às porções estaduais, o tamanho médio do estabelecimento rural no Estado do Tocantins é bastante distinto do Estado da Bahia. No Estado do Tocantins o tamanho médio do estabelecimento rural é de 296 hectares, enquanto no Estado da Bahia o tamanho médio é de 50 hectares. Seguindo o padrão do Estado, a região Sul Tocantinense possui a maior tamanho médio de estabelecimento rural de todas as regiões: 431 hectares. Na porção baiana da Área de Influência o Oeste Baiano é a região que mais se diferencia da média de seu Estado, sendo o tamanho médio dos estabelecimentos rurais das outras regiões (Bacia do São Francisco, Médio Rio de Contas, Mata Atlântica, e Serra do Espinhaço) mais semelhantes à média do Estado.

TABELA 5.3.95 – NÚMERO, ÁREA E TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA AII, 2006

MUNICÍPIOS DA AII	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL (HA)	TAMANHO MÉDIO (HA)
SUL TOCANTINENSE			
Alvorada	208	88.250	424,0
Arraias	964	242.460	252,0
Aurora do Tocantins	282	49.879	177,0
Campos Belos	265	47.987	181,0
Combinado	215	5.598	26,0
Conceição do Tocantins	247	103.890	421,0
Figueirópolis	277	73.499	265,0
Gurupi	4.875	2.541.142	521,0
Lavandeira	198	34.618	175,0
Novo Alegre	31	1.676	54,0
Paraná	1.277	1.090.748	854,0
Peixe	636	281.192	442,0
Ponte Alta do Bom Jesus	594	41.400	70,0
Sucupira	180	80.658	448,0
Taguatinga	1.026	140.012	136,0
Taipas do Tocantins	66	61.167	927,0
Sul Tocantinense	11.341	4.884.176	431,0
OESTE BAIANO			
Barreiras	11.672	2.735.473	234,0
Correntina	3.958	743.658	188,0
Jaborandi	1.294	455.020	352,0
Luis Eduardo Magalhães	348	269.386	774,0
São Desidério	1.880	917.520	488,0
Oeste Baiano	19.152	5.121.057	267,0
BACIA DO SÃO FRANCISCO			
Bom Jesus da Lapa	15.503	821.408	53,0
Carinhanha	2.541	181.149	71,0
Coribe	1.889	174.116	92,0
Caculé	2.341	56.525	24,0
Guanambi	44.138	1.347.003	31,0
Malhada	1.882	113.406	60,0
Palmas de Monte Alto	2.936	174.751	60,0
Riacho de Santana	2.827	119.415	42,0
Santa Maria da Vitória	18.697	2.264.674	121,0
Santana	2.566	134.825	53,0
São Félix do Coribe	586	81.674	139,0
Serra do Ramalho	3.320	141.771	43,0
Bacia do São Francisco	99.226	5.610.717	56,5

SERRA DO ESPINHAÇO			
Aracatu	2.644	88.617	34,0
Brumado	28.492	740.324	26,0
Caetité	4.953	95.664	19,0
Dom Basílio	2.575	34.591	13,0
Ibiassucê	1.490	30.265	20,0
Igaporã	1.820	46.856	26,0
Ituaçu	2.539	51.713	20,0
Lagoa Real	2.113	42.467	20,0
Livramento de Na Senhora	4.985	96.608	19,0
Matina	1.711	47.123	28,0
Pindaí	3.109	43.156	14,0
Rio do Antônio	2.202	41.898	19,0
Serra do Espinhaço	58.633	1.359.282	23,0
MÉDIO RIO DE CONTAS			
Barra da Estiva	3.047	63.909	21,0
Contendas do Sincorá	212	37.497	177,0
Iramaia	1.213	162.010	134,0
Jequié	31.234	1.295.091	41,0
Manoel Vitorino	1.461	163.676	112,0
Maracás	1.679	145.761	87,0
Mirante	1.316	55.852	42,0
Tanhaçu	2.104	74.085	35,0
Médio Rio de Contas	42.266	1.997.881	47,0
MATA ATLÂNTICA			
Aiquara	245	13.297	54,0
Aurelino Leal	458	39.805	87,0
Barra do Rocha	290	16.541	57,0
Barro Preto	235	14.309	60,9
Gongogi	252	13.499	53,6
Ibirapitanga	1.532	44.673	29,2
Ilhéus	3.425	174.708	51,0
Ipiaú	543	24.831	45,7
Itabuna	807	31.953	39,6
Itacaré	2.450	54.690	22,3
Itagi	325	26.584	81,8
Itagibá	1.252	91.035	72,7
Itajuípe	475	21.391	45,0
Jitaúna	1.431	31.788	22,2
Maraú	1.865	57.114	30,6
Ubaitaba	357	15.704	44,0
Ubatã	1.485	33.525	22,6
Uruçuca	638	33.715	52,8

Mata Atlântica	18.065	739.162	40,9
All	208.521	17.788.479	85,3
Bahia	11.792.912	591.959.504	50,2
Tocantins	56.896	16.825.737	296,0
Brasil	5.204.130	354.865.534	68,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE

▪ INTERCEPTAÇÃO DE RESERVAS LEGAIS

A identificação das interferências do empreendimento em reservas legais – RL's das propriedades a serem atingidas, bem como a localização e mapeamento, a extensão da interceptação, a área a ser ocupada, a tipologia e o estado da vegetação e a situação de existência e regularidade da averbação, deverá ser feita durante a fase de implantação do empreendimento, pois depende dos cadastros topográficos que são feitos após a emissão das licenças de realização de picadas.

▪ PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AII

A Área de Influência do Empreendimento é marcada pela presença de assentamentos de trabalhadores rurais. Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em outubro de 2007, os projetos de assentamento (PA's) na AII somavam 89 no total, abrangendo uma área de 397.315 hectares e um contingente populacional de 9.331 famílias assentadas.

A região da Bacia do São Francisco é a que mais se destaca tanto pelo número de projetos, como pelo número de famílias assentadas. São, ao todo, 32 assentamentos na região, em diferentes fases de seu processo de constituição (em obtenção, pré-projeto de assentamento, em criação, criado, em instalação, em estruturação, em consolidação, consolidado), abrigando 5.620 famílias assentadas (62,0% do total da AII). A região de Mata Atlântica também se destaca, e, junto com a Bacia do São Francisco, somam 75,0% do número de projetos de assentamento e 74,0% das famílias assentadas.

Da mesma forma, a Bacia do São Francisco aparece em primeiro lugar com 250.931 ha de terras destinadas à Reforma Agrária (63,0% da área total dos assentamentos da AII), devido principalmente aos municípios de Bom Jesus da Lapa, com 11 projetos de assentamentos, Serra do Ramalho, Coribe e Carinhanha. Em número de projetos, Bom Jesus fica atrás apenas de Ilhéus, que detém 13 projetos, no entanto a quantidade de famílias assentadas, assim como a área do primeiro, são bastante superiores, o que, em conjunto com os demais, dá o diferencial à região da Bacia do São Francisco como destaque no quesito de assentamentos rurais da Área de Influência.

A Tabela 5.3.96 a seguir apresenta essas informações desagregadas por município, além de identificar o nome e o tipo de projetos de assentamento, nas diferentes fases de seu processo de constituição.

TABELA 5.3.96 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA AII

MUNICÍPIOS/REGIÕES	NOME/NÚMERO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS
SUL DO TOCANTINS			
Peixe	PA Penha	31.274	313
	PA Bananal	2.236	46
	PA São José I	8.462	161
Taguatinga	PA São Miguel	2.401	49
Gurupi	PA Vale Verde	1.765	100
Paraná	PRB Santa Cruz	472	12
Figueirópolis	PA Piaba	944	20
	PA Cobertão	2.587	50
	PA Pirarucu I	1.908	28
	PA Renascer	2.195	72
Sul do Tocantins	10	54.244	851
OESTE BAIANO			
Correntina	PA Faz Porto Bonito	25.688	126
São Desidério	PA Tainá	2.088	39
	PA Vitória	1.809	29
L. E. Magalhães	PA Rio de Ondas	12.500	248
Barreiras	PA Ilha da Liberdade	984	30
Oeste Baiano	5	43.068	472
BACIA DO SÃO FRANCISCO			
Bom Jesus da Lapa	PEQ Rio das Rãs	30.191	599
	PA Rio das Rãs II	2.642	66
	PA Boa Esperança	1.125	27
	PA Santa Rita	8.594	244
	PA Campo Grande I	4.369	120
	PA S. José/C. Grande II	7.000	151
	PA Nova Volta	9.241	154
	PEQ Pitombeira	4.984	77
	PA Batalha	14.947	445
	PA Curral das Vargens	9.213	154
	PA Várzea Grande	601	-
	Carinhanha	PA Feirinha/Marrequeiro	24.383
PA São Lucas		4.984	137
PA Boqueirão e Outras		1.137	35
PA Gerais		1.529	45
PA Mel de Abelha		1.559	-
PA Faz Santa Helena		2.657	68
PA Brasilândia		1.184	41
PA N. S. Conceição		2.766	102
Coribe	PA Faz Reun. Pai João	14.763	253
	PA Pedra Branca	2.425	1
	PA Pai João Foagro	10.705	134

MUNICÍPIOS/REGIÕES	NOME/NÚMERO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS
	PA Cacimba	8.211	37
	PA Ponta D'água	4.352	79
	PA Faz. Serra Grande	4.679	44
Santana	PA Jacarandá	8.175	248
Riacho de Santana	PA Brejo de São José	3.722	96
Serra do Ramalho	PA Reserva Oeste	28.038	614
	PA CSB	5.664	205
	PAE São Francisco	20.820	600
São Felix do Coribe	PA Rumo Novo	4.750	39
	PA Faz Bom Sucesso	1.520	20
Bacia do S. Francisco	32	250.931	5.620
Serra do Espinhaço			
Malhada	PA Marreca	3.000	90
	PEQ Parateca	1.421	373
Mirante	PA Vale da Califórnia	4.079	54
Serra do Espinhaço	3	8.501	517
Médio Rio de Contas			
Iramaia	PA Dandara	1.220	50
	PA Boa Sorte Una	17.388	463
Maracás	PA Khaeta	2.036	63
Médio Rio de Contas	3	20.643	576
Mata Atlântica			
Itabuna	PA Manoel Chinês	415	40
	PA Conjunto Alemita	343	30
Ubaitaba	PA Cachoeira Bonita	965	40
	PA Conj. Cruzeiro Sul	910	59
	PA N. S. Aparecida	261	52
Ibirapitanga	PA Conjunto São João	728	44
	PA Paulo Jacson	891	55
	PA Serra de Areia	469	37
Uruçuca	PA Tijuipe	1.111	2
	PA São Jorge	557	42
	PA Faz Vavá	160	19
Gongogi	PA Santa Irene	931	82
	PA São Jerônimo	187	16
Ilhéus	PA Fábio H. Cerqueira	270	29
	PA Oregon	648	22
	PA Cosme Muniz	424	34
	PA Ressurreição	538	35
	PA Josefa Vitória	181	36
	PA Conj. Bom Gosto	431	41
	PA Dois Irmãos	462	23
	PA Frei Vantuy	476	39
	PA Nova Vitoria	581	36

MUNICÍPIOS/REGIÕES	NOME/NÚMERO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS
	PA D. Helder Camara	241	26
	PA João Amazonas	833	75
	PA São Bento	235	16
	PA Fazenda Rochedo	342	29
Itacaré	PA Marambaia	810	32
	PA Nova Vida	576	42
	PA Pancada Grande	844	49
	PA Paraíso	369	32
Aurelino Leal	PA Cascata	598	40
Barra do Rocha	PA Coroa Verde	1.477	55
Ubatã	PA Nova Olinda	138	6
Barro Preto	PA Barro Preto	599	50
Maraú	PA Maraú	927	30
Mata Atlântica	36	19.928	1.295
All	89	397.315	9.331
Bahia	585	1.529.176	38.062
Tocantins	341	1.168.916	21.951
Brasil	7.784	73.306.736	790.521

*situação em 05/10/2007.

Legenda: PAE: Projeto Agroextrativista; PA: Projeto de Assentamento; PRB: Projeto de Reassentamento de Barragem; PEQ: Projeto Especial Quilombo.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 10/09/2008.

Cumprе ressaltar que no município de Serra do Ramalho existe um conjunto de agrovilas, construídas na década de 1970 para abrigar a população desalojada na região do Médio do São Francisco, quando houve a construção da represa de Sobradinho. Para isso foi criado o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, que abrigou cerca de mil famílias em lotes de 20 hectares cada. Hoje predomina a agricultura de sequeiro com grande ociosidade de terras. As agrovilas sofrem com problemas como abastecimento de água e falta de emprego. A agrovila 9 exerce a função de centro administrativo, onde se situa o poder legislativo, a delegacia de polícia civil, o cartório eleitoral, além de serviços de saúde, educação, comércio e serviços.



Serra do Ramalho/BA – Sede Municipal –
Agrovia 9



Serra do Ramalho/BA – Câmara de
Vereadores – Agrovia 9



Serra do Ramalho/BA – Vista aérea da Agrovia
17



Serra do Ramalho/BA – Praça e quadra na
Agrovia 17



Serra do Ramalho/BA – Estrada entre
agrovilas em condições precárias



Serra do Ramalho/BA – Transporte de água
entre agrovilas

O município de Ilhéus apresenta o maior número de projetos de assentamento da AII (treze). Alguns deles desenvolvem projetos diferenciados para aumentar a renda local. Dentre estes pode-se destacar o Projeto de Assentamento de Frei Vantuy, que atualmente produz frutas desidratadas. O PA Frei Vantuy é um dos maiores da região sul da Bahia.



Assentamento Frei Vantuy, Ilhéus/BA



Benfeitoria no Assentamento Frei Vantuy, Ilhéus/BA

▪ **PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AID**

Deve-se ressaltar que o levantamento das intercepções do empreendimento em Projetos de Assentamentos presentes na AID e na ADA será feita durante a fase de Implantação do mesmo, já que depende dos cadastros topográficos feitos após a emissão das licenças de realização de picadas. Nesta fase será elaborada, a partir de informações do INCRA e dos Institutos de Terra Estaduais, a existência e/ ou previsão destes Projetos, a caracterização dos assentamentos existentes quanto à localização, área, número de famílias, atividades econômica, etc.

5.3.6 – REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÕES

▪ ESTIMATIVA DAS POSSÍVEIS ÁREAS A SEREM DESAPROPRIADAS

Em virtude de a locação da obra somente ser feita após a emissão da licença para realização de picada, e de o detalhamento do Projeto Básico somente ser realizado após a emissão da Licença de Instalação, o mapeamento de todas as áreas previstas para indenização e desapropriação devido às intervenções realizadas para implantação do empreendimento e formação de sua faixa de domínio deve ser protelada para a fase de implementação do empreendimento.

As áreas para indenização e desapropriação restringem-se especialmente à Faixa de Domínio do Empreendimento, que se constitui na base física (faixa de 80 metros) sobre a qual se assenta a Ferrovia. Portanto, pode-se considerar que é o conjunto de áreas desapropriadas pelo Poder Público, destinadas à construção e operação da Ferrovia, dispositivo de acessos, postos de serviços complementares, pistas de rolamento, canteiro central e faixas lindeiras destinadas a acomodar os taludes de corte, aterro e elemento de drenagem.

Como orientação geral, os conceitos adotados para a definição do Traçado devem evitar ao máximo a passagem próxima a localidades habitadas, muito embora, em alguns casos, outras prioridades (como a de se evitar a travessia por Terras Indígenas, diretrizes técnicas, etc.) acabem por estabelecer o Traçado interceptando alguma mancha urbana. Todas as cidades, independentemente da escala e localização, têm a função de agregar recursos humanos e concentrar atividades, proporcionando economias de escala, viabilizando empreendimentos e desenvolvendo qualidade de vida para seus habitantes e os da região. Alguns centros urbanos, por outro lado, dado o seu tamanho, apresentam fragilidades mais acentuadas, justificando, de forma ainda mais significativa, a adoção de medidas mitigadoras frente aos eventuais impactos negativos produzidos pela travessia da Ferrovia.

No que se refere às travessias de **áreas urbanas** (aglomerados rurais ou sedes municipais), alguns impactos devem ser considerados. Em linhas gerais, deve-se ter atenção com:

- i) a segregação urbana;
- ii) as alterações no uso e ocupação do solo urbano;
- iii) os ruídos e vibrações;
- iv) as emissões atmosféricas;
- v) a intrusão visual.

A **segregação urbana**, quando necessária, deve ter seus efeitos minimizados através de políticas e obras compensatórias, como a construção de vias de acesso paralelas para abrigar o tráfego local, equipadas com barreiras, iluminação pública e calçada servindo de ligação entre as áreas residenciais.

Sobre a possibilidade de **alterações do uso e ocupação do solo**, a proximidade do leito ferroviário, onde os efeitos negativos do tráfego ferroviário mesmo que não muito significativos são mais percebidos, tende a afastar o uso residencial. Entretanto, o estabelecimento de faixas de domínio, se não forem adequadamente fiscalizadas, acabam, paradoxalmente, por atrair a construção de moradias precárias para populações de baixa renda.

Uma ferramenta eficiente para o ordenamento do uso e ocupação do solo é a elaboração e efetiva implementação do Plano Diretor. Tornado um documento obrigatório aos municípios desde a Constituição de 1988, este instrumento de planejamento é uma ferramenta para o direcionamento do desenvolvimento urbano, evitando ocupações inadequadas, bem como para a determinação e revisão dos objetivos estratégicos da cidade, como pólo municipal.

Neste sentido, a VALEC deverá estabelecer convênio com as Prefeituras Municipais em que ocorram travessias de núcleos urbanos para o desenvolvimento do Plano Diretor, direcionando o crescimento da cidade no sentido de sítios onde o efeito da travessia do ambiente urbano pela Ferrovia não seja percebido. Da mesma maneira, a elaboração e implementação do Plano Diretor disciplinará a ocupação das áreas lindeiras ao leito ferroviário, evitando a incidência de impactos ambientais negativos sobre o tecido urbano e sobre os habitantes da cidade.

Sobre os **ruídos e vibrações** produzidos pela passagem da composição ferroviária, deverá ser feito o monitoramento da integridade das construções, imediatamente ao lado da faixa de domínio, durante os primeiros meses de operação da Ferrovia, para a eventual adoção de reforço estrutural, antes da ocorrência de degradação arquitetônica em função da produção de vibração e sua propagação através do solo.

As **emissões atmosféricas** produzidas pela queima de diesel como fonte combustível das composições ferroviárias não é significativo. Todavia, propõe-se em geral a implantação de tratamento paisagístico na faixa de domínio ao longo da canaleta, na área da cidade, como forma de reduzir ainda mais este impacto e minimizar a **intrusão visual**. Este tipo de tratamento na faixa de domínio, com o plantio de árvores e arbustos apropriados para a região, produzirá efeitos mitigatórios sobre qualquer intrusão residual na paisagem urbana.

No que diz respeito à travessia de **áreas rurais**, a principal questão a se considerar é que será necessário evitar a divisão da propriedade de forma a evitar qualquer impedimento a, por exemplo, acesso aos cursos de água em locais usados como pastagens, isolamento do abastecimento de água, ou redução da propriedade inviabilizando a produção comercial. As desapropriações deverão ser feitas caso a caso, detalhando cada projeto de forma a atingir:

- A menor perda possível de áreas de uso agropastoris para evitar a pressão sobre as áreas florestadas; e

- A manutenção do emprego e renda gerados nos imóveis, antes e após as desapropriações.

Como ocorre comumente, haverá a perda de áreas hoje destinadas à produção agropastoril, que serão ocupadas pela obra ferroviária. Todavia, em virtude da área restrita das propriedades rurais, há possibilidades reais de algumas das áreas remanescentes das desapropriações também serem perdidas para a produção na propriedade original, ou por terem ficado isoladas dos mananciais de abastecimento, ou por serem muito pequenas para permitir o uso que o produtor rural fazia dela, ou por terem sido atingidas, também, a sede ou outras benfeitorias.

À medida que as propriedades rurais de pequeno porte normalmente são exploradas pela mão de obra familiar, será necessário que, ao atingir estas pequenas propriedades, o Detalhamento do Projeto Básico envolva:

- Estudo do modelo agrícola conduzido pelo proprietário ou ocupante do estabelecimento rural, incluindo a renda líquida estimada;
- Avaliação das condições de exploração e de geração de renda da propriedade após as desapropriações e indenizações previstas, usando o mesmo modelo agrícola encontrado;
- Estudo caso a caso das soluções de desapropriação, detalhando um projeto que deve buscar:
- Melhor aproveitamento possível dos estabelecimentos após as desapropriações (ou seja, a menor perda possível de áreas de uso agropastoril), como forma de evitar a pressão sobre as áreas ainda florestadas; e
- Manutenção dos empregos e da renda gerada nos estabelecimentos rurais, antes e após as desapropriações.

A partir destas considerações gerais, são apresentadas, a partir de imagens do *Google Earth* e de Levantamento Aerofotogramétrico, com o Traçado da Ferrovia plotado nas mesmas, algumas situações críticas em que serão necessárias desapropriações e onde deverão ser estudadas formas de minimizar os impactos ambientais decorrentes das mesmas.

- **Aglomerados Rurais do município de São Desidério e Santa Maria da Vitória**

O município de Santa Maria da Vitória tem sua fronteira leste, com o município de Correntina, delimitada pelo curso do Rio do Meio, afluente do Rio Corrente; o município de São Desidério, por seu turno, tem sua fronteira sudeste com o município de Correntina delimitada pelo mesmo Rio (ver Figura 5.3.21). Grande parte do curso do Rio está marcada pela presença de inúmeros pequenos aglomerados rurais. Trata-se de pequenas comunidades envolvidas em atividades de subsistência (especialmente a agricultura e a pesca) que dependem fortemente das águas do rio como fonte de abastecimento. Como se nota na Figura, o Traçado da Ferrovia acompanha, precisamente, o curso do Rio e, nesta medida,

deverá interceptar uma série de pequenos aglomerados localizados às suas margens. As Figuras 5.3.22 a 5.3.27 apresentam algumas ocorrências desta natureza.

FIGURA 5.3.21 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE S. DESIDÉRIO E SANTA MARIA



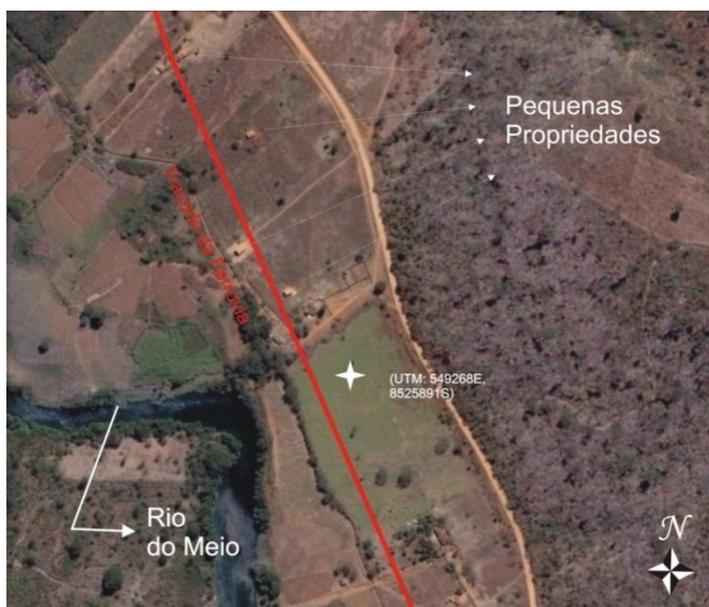
Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009).

FIGURA 5.3.22 – SECCIONAMENTO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL, SANTA MARIA



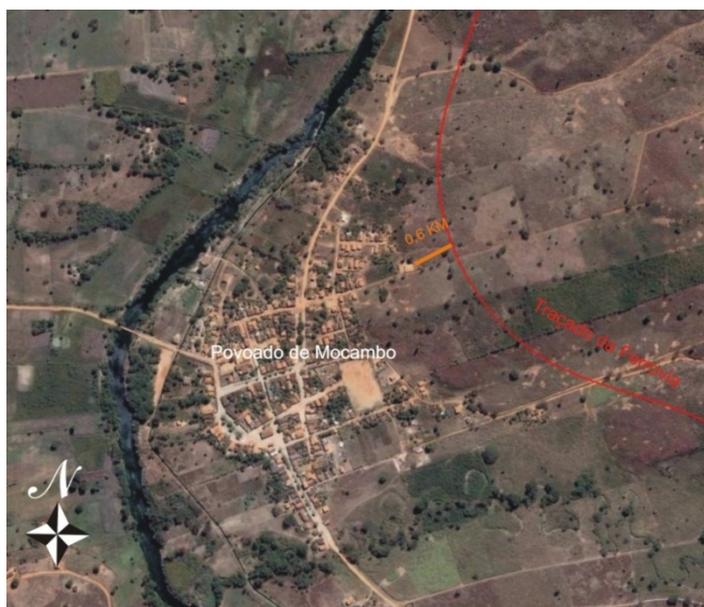
Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009).

FIGURA 5.3.23 – SECCIONAMENTO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA



Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do Google Earth (2009).

FIGURA 5.3.24 – POVOADO DE MOCAMBO, MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA



Coordenadas UTM aproximadas: 547762E, 8531757S
Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

FIGURA 5.3.25 – AGLOMERADO RURAL EM DE SANTA MARIA DA VITÓRIA



Coordenadas UTM aproximadas: 552437E, 8523289S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

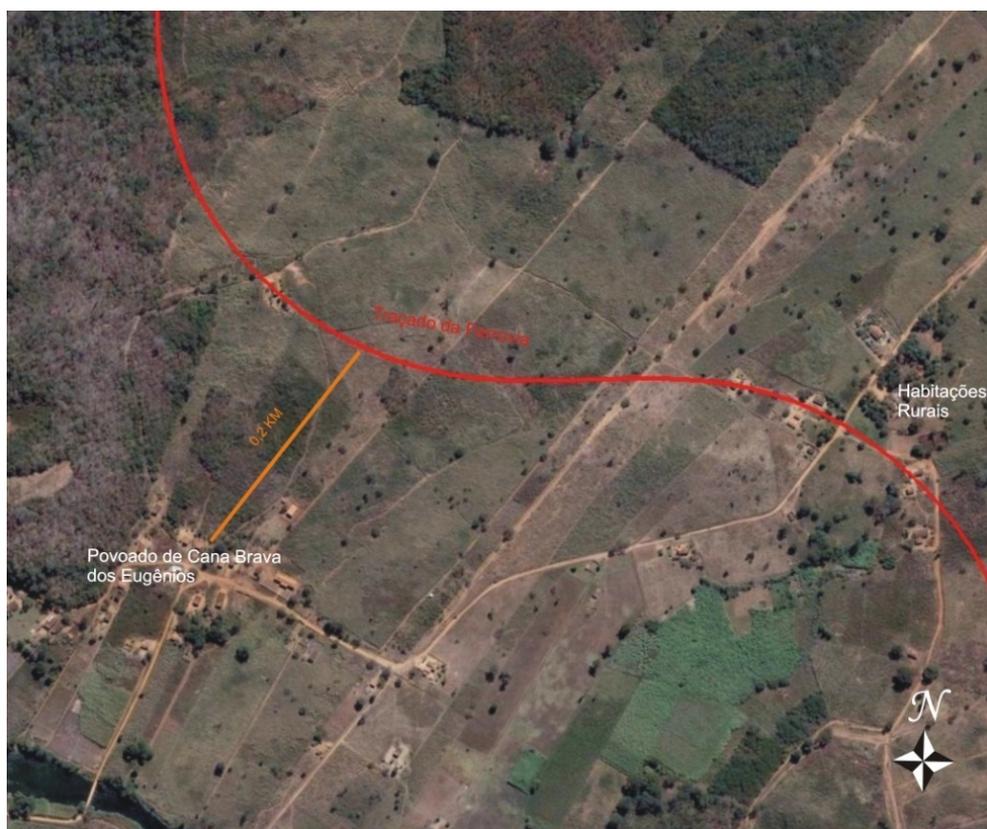
FIGURA 5.3.26 – AGLOMERADO RURAL EM SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 557262E, 8520974S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

FIGURA 5.3.27 – POVOADO DE CANA BRAVA DOS EUGÊNIO, SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 545292E, 8536435S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009

- **Projeto Especial de Colonização (PEC) Serra do Ramalho**

Como se nota na Figura 5.3.28 abaixo, o Traçado da Ferrovia intercepta o Projeto Especial de Colonização (PEC) Serra do Ramalho. Desta maneira, serão interceptadas diversas pequenas propriedades, além de o Traçado se encontrar na proximidade de algumas de suas Agrovilas (ver Figura 5.3.29 e 5.3.20).

FIGURA 5.3.28 – PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO (PEC) SERRA DO RAMALHO, MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO, BAHIA



Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

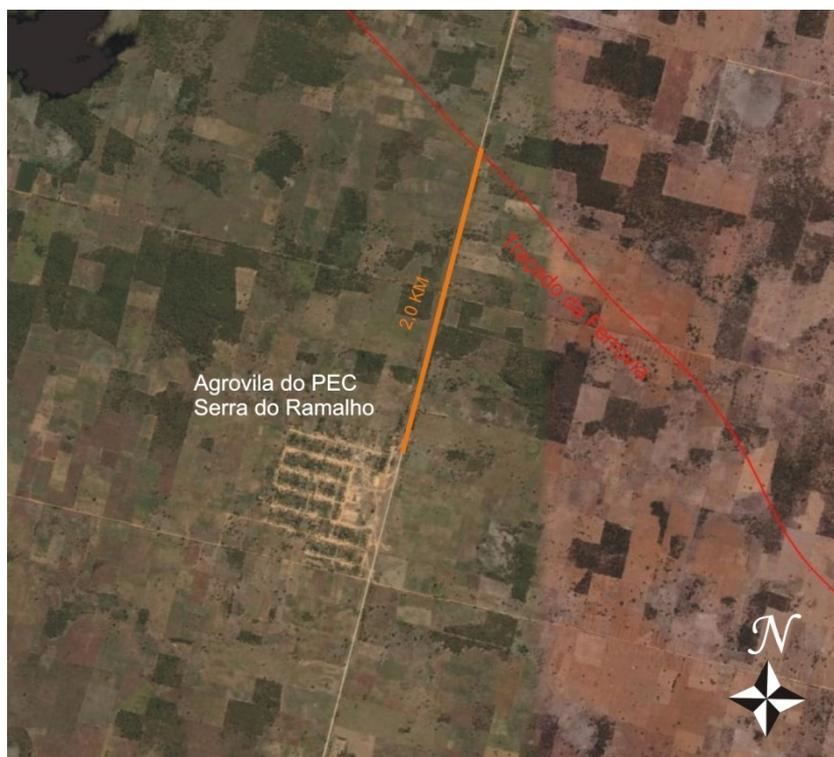
FIGURA 5.3.29 – AGROVILA DO PEC SERRA DO RAMALHO, SERRA DO RAMALHO, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 651792E, 8524222S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

FIGURA 5.3.30 – AGROVILA DO PEC SERRA DO RAMALHO, SERRA DO RAMALHO, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 657072E, 8513638S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

- **Aglomerados Rurais do município de Rio do Antônio e Lagoa Real**

O caso dos aglomerados rurais do município de Rio de Antônio é bastante similar àquele dos municípios de Santa Maria da Vitória e São Desidério, embora em menor escala. A fronteira Nordeste do município, com Lagoa Real, é definida pelo curso do Rio São João (Figura 5.3.31). Como naquele caso, um conjunto significativo de populações reside ao longo do curso do Rio, precisamente onde se localiza o Traçado da Ferrovia, contingente que se vê, neste caso, aumentado em função da presença da BR-030 que intercepta a área (ver Figuras 5.3.32 e 5.3.33).

FIGURA 5.3.31 – FRONTEIRA MUNICIPAL RIO DO ANTÔNIO/ LAGOA REAL



Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009).

FIGURA 5.3.32 – AGLOMERADO RURAL, MUNICÍPIO DE RIO DO ANTÔNIO, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 799572E, 8432175S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de *Google Earth*, 2009.

FIGURA 5.3.33 – AGLOMERADO RURAL, MUNICÍPIO DE RIO DO ANTÔNIO, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 804314E, 8432799S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

- **Proximidade de Sedes Municipais**

Tal como projetada a Ferrovia possui aproximações com um conjunto significativo de periferias de sedes municipais, podendo atingir edificações e outras benfeitorias. De modo específico constatou-se que a Ferrovia se aproximará das seguintes sedes municipais: Lavandeira - TO (Figura 5.3.34), Combinado - TO, São Félix do Coribe - BA (Figura 5.3.35), Santa Maria da Vitória - BA, Guanambi - BA (Figura 5.5.36), Ibiassucê - BA, Jequié - BA (Figura 5.5.37), Ipiaú - BA (Figura 5.3.38), Barra do Rocha - BA (Figura 5.3.39) e Gongogi - BA (5.3.40).

Destaca-se que, nas proximidades da sede municipal de Ipiaú, o traçado projetado interceptaria a área urbana correspondente ao Distrito de Japomirim. Embora esse Distrito pertença ao território do município de Itagibá, na margem esquerda do Rio de Contas, ele é mais próximo e dependente da sede municipal de Ipiaú, localizada na margem direita do rio supracitado. Nesse ponto também ocorrerá à interceptação da BA-130, nas proximidades da ponte de une os dois municípios (Figura 5.3.38).

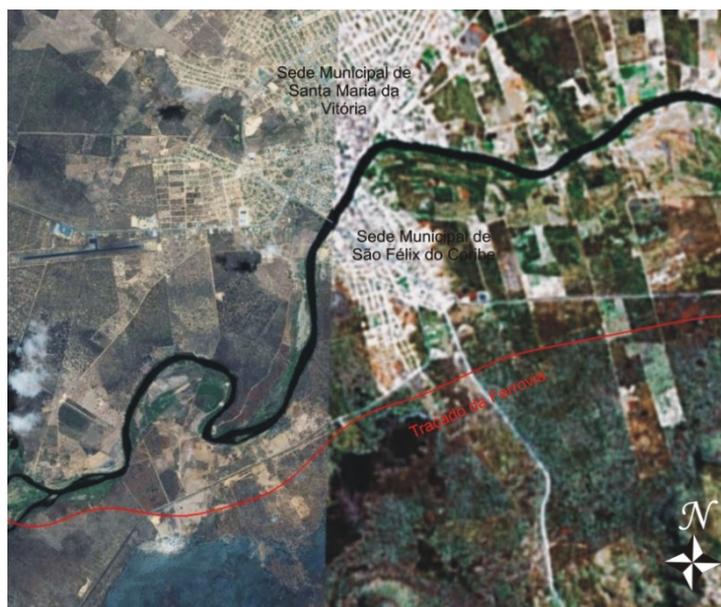
FIGURA 5.3.34 – SEDE MUNICIPAL DE LAVANDEIRA, TOCANTINS



Coordenadas UTM aproximadas: 336536E, 8585667S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Google Earth, 2009.

FIGURA 5.3.35 – SEDE MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE E SANTA MARIA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 587159E, 8518338S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico – VALEC, 2008.

FIGURA 5.3.36 – SEDE MUNICIPAL DE GUANAMBI, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 739737E, 842677S

Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do Google Earth (2009).

FIGURA 5.3.37 – SEDE MUNICIPAL DE JEQUIÉ, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 383401E, 8466124S

Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do Google Earth (2009).

FIGURA 5.3.38 – SEDE MUNICIPAL DE IPIAÚ, BAHIA, E DISTRITO DE JAPOMIRIM, MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ, BAHIA



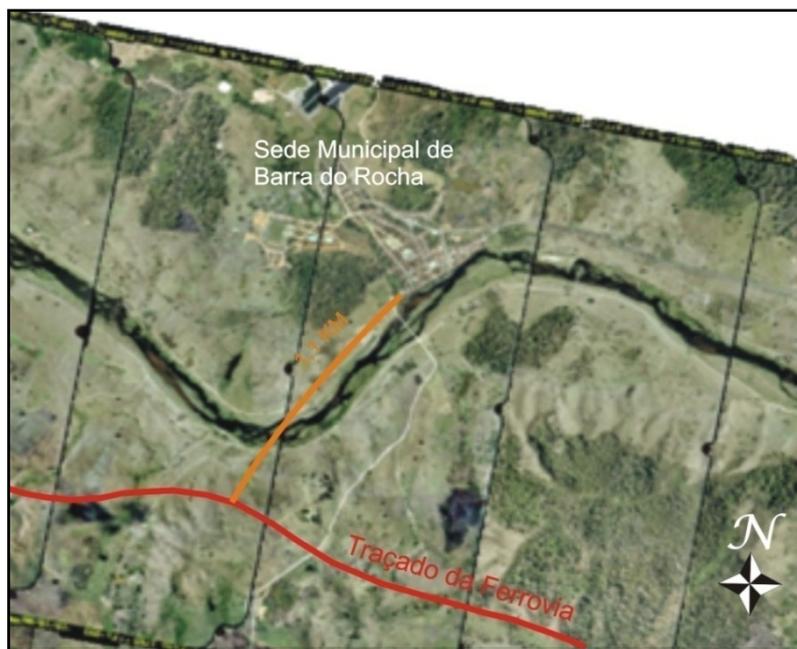
Coordenadas UTM aproximadas: 420745E, 8435872S

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico – VALEC, 2008.



Distrito de Japomirim (imagens obtidas em <http://www.panoramio.com/photo>)

FIGURA 5.3.39 – SEDE MUNICIPAL DE BARRA DO ROCHA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 435012E, 8428190S

Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico – VALEC, 2008.

FIGURA 5.3.40 - SEDE MUNICIPAL DE GONGOGI, BAHIA

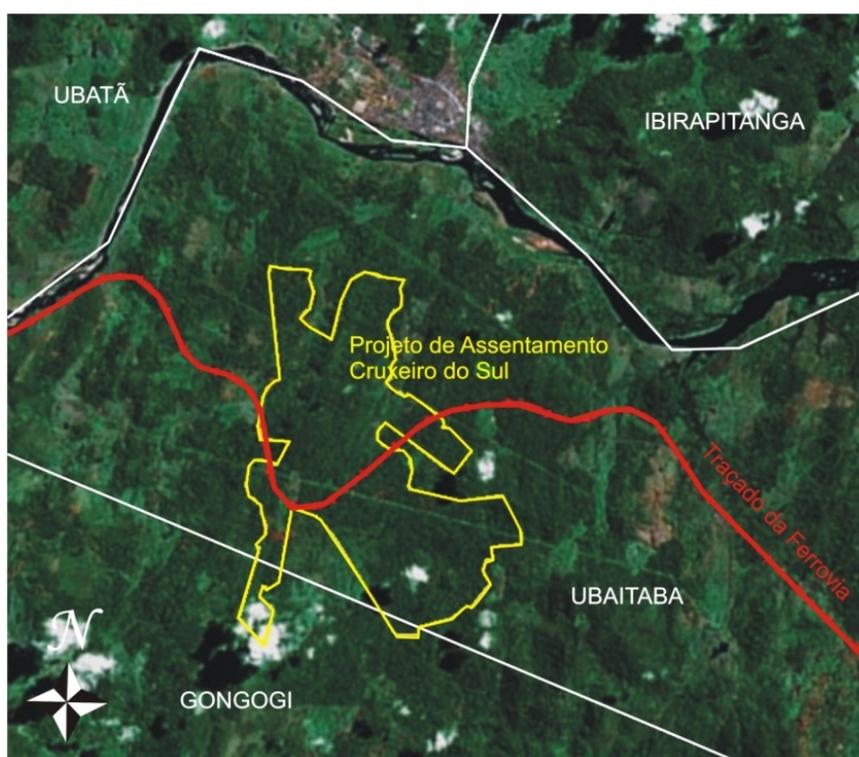


Coordenadas UTM aproximadas: 449826E, 841655S

Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009).

Finalmente, deve-se comentar o caso da intercepção, pelo Traçado da Ferrovia, do Projeto de Assentamento Cruzeiro do Sul, no município de Ubaitaba (BA) que deverá demandar estudo específico de projeto de desapropriação (ver Figura 5.3.41).

FIGURA 5.3.41 – INTERCEPÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO – CRUZEIRO DO SUL, MUNICÍPIO DE UBAITABA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 443124E, 8423699S

Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009)

▪ **CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO, RENDA E EMPREGO DAS POPULAÇÕES NAS ÁREAS DE DESAPROPRIAÇÃO POR MUNICÍPIO**

Pelos motivos citados no item anterior, ao seja, de a locação da obra somente ser feita após a emissão da licença para realização de picada, e de o detalhamento do projeto básico somente ser realizado após a emissão da Licença Prévia, a caracterização das condições gerais de habitação e moradia, situação econômica, nível de renda e emprego na área a ser desapropriada e seu entorno será realizada na fase de implementação do empreendimento.

▪ **PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PARA REASSENTAMENTO E DESAPROPRIAÇÃO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS**

No conjunto de **Normas Ambientais da VALEC (NAVAS)**, existe a que define a política, os procedimentos e as normas no que tange às desapropriações derivadas das obras da Ferrovia (Norma Ambiental VALEC nº 14). Ela contém os procedimentos e as orientações para planejamento das desapropriações, indenizações, compensações e possíveis reassentamentos, tendo em vista os impactos irreversíveis e negativos oriundos dessa ação como: a perda dos sistemas de produção e dos mecanismos de reprodução econômicos, culturais e sociais das famílias atingidas, a quebra de laços comunitários e a conseqüente perda de identidade cultural, o enfraquecimento dos mecanismos de ajuda mútua estabelecidos pelas comunidades afetadas.

Como **orientação principal** da Norma, devido à magnitude dos impactos causados por desapropriações, o projeto deve perseguir a não ocorrência de deslocamentos populacionais oriundos do projeto. Para atingir tal objetivo é necessário que o estudo prévio seja criterioso, especialmente no que tange às alternativas de traçado, buscando garantir a permanência dos moradores em seus locais de origem.

Nos casos onde essa decisão tornar-se inviável do ponto de vista econômico e físico, a VALEC define os seguintes **objetivos**:

- ✓ Integrar o Plano de Desapropriações à concepção do Projeto de Engenharia. O Plano, portanto, deverá estar concluído antes da elaboração do projeto executivo para viabilizar a incorporação dos custos e do cronograma de atividades relativas às desapropriações, ou a compensações e indenizações como alternativas da primeira.
- ✓ Evitar, no processo indenizatório, o simples ressarcimento em dinheiro dos bens e propriedades afetados, optando-se, preferencialmente, pela reconstituição (no mínimo) da situação existente (terra por terra, habitação por habitação, etc.).
- ✓ Garantir a compensação das perdas relativas à situação presente vivida pela população.
- ✓ Garantir assistência durante o processo de deslocamento das famílias afetadas até a sua implantação e integração com as populações receptoras em outros locais escolhidos.
- ✓ Garantir, no mínimo, a manutenção dos atuais padrões de vida das famílias deslocadas (receitas, produção, vizinhança, acesso a serviços), perseguindo a melhoria desses padrões.
- ✓ Garantir especial atenção aos grupos de baixa renda e aqueles vulneráveis ao risco de empobrecimento e marginalização pela perda de suas estratégias de sobrevivência e/ou suas raízes sócias.

- ✓ Considerar, como população atingida, os proprietários, os arrendatários, os inquilinos, os ocupantes (posseiros e/ou moradores da faixa de domínio da Ferrovia) e, também, as populações das áreas receptoras das famílias e grupos reassentados.

5.3.7 – CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS

▪ ASPECTOS GERAIS

As Comunidades Tradicionais são definidas pelo Decreto 6.040/2007 como aqueles “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Em outras palavras, são aglomerados populacionais cuja produção está voltada basicamente para o auto-consumo, através do cultivo da terra ou da prática de atividades extrativas, como pesca, coleta e caça, o que torna sua organização econômica e mesmo seu modo de vida dependentes, em grande medida, dos ciclos da natureza. Praticam atividades de subsistência de baixo impacto ambiental em áreas rurais e/ou urbanas, baseadas na reciprocidade e nos laços de cooperação comunitária. No Brasil, esses povos ou grupos, que no geral se diferenciam significativamente entre si, são conhecidos por diversas denominações que, ora baseiam-se em sua atividade econômica mais característica, ora sublinham sua origem étnica, ora referem-se aos espaços que habitam, ou ainda a aspectos de sua cultura e de seu modo de vida.

Freqüentemente, o uso do termo “populações tradicionais” inclui os povos indígenas. Todavia, as populações indígenas no Brasil são tratadas de modo distinto, em separado, com direitos especiais assegurados expressamente pela Constituição Federal ou por Legislação Infraconstitucional. A descrição da população indígena da All será feita doravante.

Segue abaixo a descrição de algumas populações tradicionais características do Brasil.

- **Babaçueiros** – extrativistas que têm como base da subsistência a exploração do babaçu, espécie de palmeira oriunda do Norte do Brasil.
- **Caiçaras** – pescadores tradicionais, mestiços de índios e portugueses, da faixa litorânea brasileira dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.
- **Quebradeiras de Coco** – mulheres de comunidades extrativistas do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí que coletam e quebram o coco da

palmeira de babaçu, utilizado para a produção de óleo e sabonete de coco, por exemplo.

- **Quilombolas** – comunidades negras rurais, formadas em sua maioria por descendentes escravos remanescentes dos antigos quilombos.
- **Ribeirinhos** – moram na beira de rios ou em regiões de várzea e praticam atividades de coleta, caça, pesca e alguma agricultura. São conhecidos também como varjeiros.
- **Seringueiros** – sua principal atividade é a extração do látex, matéria prima da borracha.
- **Extrativistas** – populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

A Bahia apresenta ainda comunidades, consideradas como tradicionais chamadas de Fundo e Fecho de Pasto. Estas Comunidades são definidas como populações tradicionais que se caracterizam por possuir um modelo particular de posse e uso da terra no semi-árido baiano, em que a propriedade da terra é coletiva e familiar. O pastoreio de gado de pequeno porte e a agricultura de subsistência são as atividades principais. As Comunidades de Fundo de Pasto estão localizadas, em sua totalidade, no semi-árido baiano, na Caatinga.

As Comunidades de Fecho de Pasto estão localizadas em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com marcante presença de água. A utilização das terras comuns se dá no período de estiagem quando levam os animais para áreas denominadas de "refrigérios". Nestas comunidades a criação de animais de pequeno porte está associada a de bovinos. Outra particularidade é que a pecuária divide importância com a agricultura, sendo muitas atividades desenvolvidas de forma coletiva.

As comunidades tradicionais da Área de Influência Indireta são compostas especialmente de ribeirinhos e quilombolas, que serão apresentadas doravante. Pela importância da região do Médio São Francisco para o tema, os municípios da All que fazem parte da mesma serão apresentadas em subitem próprio.

▪ **COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

Observando os dados da Fundação Palmares por Estado, pode-se notar que na parte tocantinense da All somente os municípios de Arraias e Paranã apresentam comunidades quilombolas. A comunidade Kalunga do Mimoso localiza-se nos dois municípios, com 250 famílias em uma área de 57.465 ha, mas ainda não teve seu processo de titulação concluído.

Já na porção baiana da All, o quadro é mais complexo. Até outubro de 2006, quatro comunidades contavam com suas terras tituladas no Estado (ou pelo menos parcialmente tituladas) pelo governo federal ou estadual (sendo duas delas

na Área de Influência): Parateca e Pau D'Arco; Rio das Rãs; Barra, Bananal e Riacho das Pedras; e Mangal e Barro Vermelho. A comunidade de Rio das Rãs localiza-se no município de Bom Jesus da Lapa, na região conhecida como Médio São Francisco, e será tratada a frente. Já a comunidade Parateca e Pau D'Arco localizam-se nos municípios de Malhada/Palmas do Monte Alto e conta com 500 famílias.

Agregando os dados da Fundação Palmares juntamente com os dados do INCRA é possível registrar 60 comunidades quilombolas na Área de Influência Indireta em diferentes estágios de legalização fundiária, sendo 58 destas na Bahia, conforme a Tabela 5.3.97 abaixo.

TABELA 5.3.97 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AII, 2008

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	PUBLICAÇÃO DOU
TOCANTINS		
Arraias	Lagoa da Pedra	10/12/2004
Arraias e Paranã	Kalunga do Mimoso	12/9/2005
BAHIA		
Itacaré	João Rodrigues, Porto do Oitizeiro , Água Vermelha, Fojo	12/5/2006
	Santo Amaro	13/12/2006
Maraú	Barro Vermelho	SD
	Empata Viagem	20/01/2006
	Maraú, São Raimundo, Terra Verde, Minério	12/05/2006
	Quitungo	13/03/2007
Bom Jesus da Lapa	Araçá, Cariacá, Patos, Peixes, Pedras, Retiro, Nova Batalhinha	4/6/2004
	Juá e Bandeira, Lagoa do Peixe, Rio das Rãs*	10/12/2004
	Piranhas	12/9/2005
	Barrinha	28/7/2006
	Bebedouro	4/8/2008
Riacho de Santana	Agreste	19/4/2005
	Agrestino	19/8/2005
	Duas Lagoas	12/7/2005
	Largo da Vitória, Mata do Sapé, Paus Pretos, Gatos Vespertina	9/11/2005
	Rio do Tanque, Sambaíba	30/9/2005
	Olho D'Água do Meio	12/9/2005
Livramento de Nossa Senhora	Lagoinha e Poço	7/6/2006
	Lagoa do Leite, Cipoal Jibóia	7/2/2007
	Jatobá	13/3/2007
	Várzea Grande e Quixabeira	30/12/2008
	Rocinha-Itanhaçu	9/12/2008
	Malhada	Parateca e Pau D'Arco*, Tomé Nunes

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	PUBLICAÇÃO DOU
Carinhanha	Barra do Parateca	20/1/2006
	Estreito	4/8/2008
Barra da Estiva	Moitinha, Camulengo	9/12/2008
Contendas Sincorá	São Gonçalo	12/5/2006
Jequié	Barro Preto	13/3/2007
Tanhaçu	Tucum	13/12/2006
Barreiras	Mucambo	12/5/2006
S. Maria da Vitória	Montevidinha	13/12/2006

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

(*) Comunidades cujo processo de regularização fundiária está concluído.

A última comunidade a ter avanços no seu processo de reconhecimento e demarcação foi Nova Batalhinha em Bom Jesus da Lapa. Outras comunidades que constam com processos abertos no INCRA, com Relatório Técnico de Delimitação concluído, são: Lagoa do Peixe, Piranhas, Pedras, Retiro, Araçá e Capão de Areia na Bahia e Kalunga do Mimoso no Tocantins.

Parateca e Pau D' Arco em Malhada/ Palmas do Monte Alto foi a segunda comunidade baiana (após a comunidade de Rio das Rãs) a ser beneficiada com o título da terra. Dados de 2006 apontam a existência de 500 famílias com uma população total de 1.784 habitantes que compartilham um território comum de 7.801 ha, localizado na margem direita do Rio São Francisco. Suas terras foram parcialmente tituladas pela Secretaria de Patrimônio da União em 25 de setembro de 2006. Foi a primeira vez que o governo federal titulou terras quilombolas incidente em terrenos de marinha.

Tradicionalmente, a maior parte dos quilombolas distribuía-se ao longo das lagoas e dos braços de rio, organizadas em pequenos grupos familiares. Nas últimas duas gerações, contudo, as disputas com fazendeiros forçaram a migração de parcela significativa dos moradores. Aqueles que permaneceram na região concentraram-se na Vila da Parateca, no povoado do Pau D'Arco, e na pequena localidade de Jenipapo. Sua principal atividade econômica é a pesca, devido a sua localização em extensa área vazante do Rio São Francisco, tanto que, durante as cheias, a população tem que se aglomerar nas terras mais altas. Com a retração da água, forma-se uma grande quantidade de lagoas e os comunitários retornam às áreas mais próximas do rio. A principal lagoa, denominada Pau D'Arco, tem aproximadamente 1.300 metros de comprimento e uma largura que varia de 100 a 300 metros conforme a cheia do Rio São Francisco. Os moradores da comunidade obtêm sua renda e seu sustento especialmente da pesca. A agricultura familiar também tem importância há mais de 100 anos, cultivando tradicionalmente feijão, milho e mandioca.

▪ POPULAÇÕES RIBEIRINHAS E EXTRATIVISTAS

As populações ribeirinhas da All restringem-se ao Estado da Bahia e são formadas especialmente por aquelas populações residentes às margens do Rio São Francisco (nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Carinhanha) ou pelas populações residentes no município de Ilhéus e Itacaré (na região da Mata Atlântica). Quanto as primeiras, como visto, estas confundem-se diretamente com as comunidades remanescentes de quilombolas e serão discutidas doravante.

No que se refere ao município de Ilhéus, a pesca na região cacauera da Bahia se caracteriza por ser exclusivamente artesanal e é gerenciada por Colônias de Pescadores e Associações. Cada Colônia de Pescador é responsável administrativamente por algumas comunidades, independentemente dos municípios onde estejam inseridas. No caso do município de Ilhéus, os pescadores estão organizados na Colônia Z-34, além do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia.

A principal região do município onde se concentram as comunidades ribeirinhas é aquela ao longo do Rio Almada, nos 27 km entre a sede municipal e a Lagoa Encantada, parte da qual está inserida na Área de Preservação Ambiental Lagoa Encantada.

Os pescadores atuam tanto na pesca oceânica quanto no estuário do rio, sendo a primeira, entretanto, restrita à plataforma continental, em função das limitações das embarcações e recursos disponíveis.

Na região de mangue, em quase toda a atividade destas comunidades não são utilizados barcos a motor, ficando, assim, o raio de ação limitado a distâncias tipicamente inferiores a 3 km, ou seja, deslocamentos de 6 km ou 4 horas para cada ciclo típico de pesca. A coleta de siris no Rio Almada, uma importante fonte de renda das populações, é feita quase exclusivamente com jererés, espécie de puçás sem cabo, chamados localmente de siripóias, onde são colocadas iscas, que consistem de vísceras de peixes ou de frangos, amarradas em travessas de madeira presas nos respectivos aros. Redes em formato de cone curto, com malhas na forma de losangos, são presas aos respectivos aros.

As siripóias são imersas na água, através de cordame, até o leito do rio e retiradas de tempos em tempos, tipicamente 5 minutos, intervalo que pode ser reduzido quase à metade quando a ocorrência de siris é elevada. As siripóias podem ser lançadas de pontes, barrancos ou pequenas embarcações, quando se obtém melhores resultados, pela mobilidade e possibilidade de procurar os locais mais “piscosos”.

As populações residentes na APA complementam suas rendas com atividades ligadas à agricultura cacauera, caça e agricultura de subsistência. São geralmente descendentes de índios e negros, com hábitos inteiramente adaptados à vida ribeirinha. Estão dentro da APA os seguintes povoados: Aritaguá, Sambaítuba, Urucutuca, Areias e Castelo Novo.

Outra região que concentra um número relevante de comunidades ribeirinhas é aquela ao longo do Rio Santana (ou Rio do Engenho) e seus afluentes. A principal comunidade do Rio Santana é a de Rio do Engenho, localizada a 20 km da sede municipal.

O município de Itacaré concentra, igualmente, um significativo número de comunidades que podem ser caracterizadas como ribeirinhas. Vivendo basicamente da pesca marítima, este grupo de comunidades vem se organizando, desde 1999, para a criação de uma Reserva Extrativista Marinha. Os pescadores estão organizados através da Colônia Z-18 e as principais comunidades envolvidas são Piracanga, Povoação, Santo Amaro, Mata Grande, João Rodrigues, Rio de Engenho, Santo Antonio, Taboquinhas, Itacarezinho, Campo Seco, Passagem/ Marimbondo, Porto de Trás, Forte e Banca do Peixe.



Comunidades Ribeirinhas do Rio Almada, Ilhéus



Vila associada à Comunidade Ribeirinha do Rio Almada, Ilhéus



Sede da Colônia de Pescadores Z-34, Ilhéus

▪ A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

A região denominada como Médio São Francisco (MSV) corresponde à aglomeração dos 16 municípios que constituem a Região Econômica do Médio São Francisco (segundo classificação do Governo do Estado da Bahia) e dos 16 municípios que constituem o Território de Identidade Velho Chico (segundo a divisão territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário), totalizando 19 municípios, apresentados na Figura 5.3.42 abaixo. Deste total, cinco municípios

pertencem à Área de Influência Indireta do Empreendimento, quais sejam: Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada, Riacho de Santana e Serra do Ramalho.

Esta região apresenta importância significativa em função da presença de um conjunto acentuado de atores sociais e, em especial, de diversas categorias das chamadas Comunidades Tradicionais. Esta presença está associada tanto ao histórico de ocupação da região, como, em anos recentes, à implementação do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, associado à construção da Represa de Sobradinho, na década de 1970.

Inicialmente concebida como uma obra regularizadora do Rio São Francisco, para o abastecimento de água da UHE Paulo Afonso, a Represa, segundo o projeto original, atenderia igualmente a projetos de irrigação. A formação do Lago de Sobradinho, porém, implicaria na submersão de 26 povoados e quatro sedes municipais (Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso).

O Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, localizado no então município de Bom Jesus da Lapa e conduzido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi concebido precisamente para atender a aproximadamente 1.800 famílias residentes na região de submersão do Lago, com uma área de cerca de 258 mil hectares. A maioria das famílias a serem instaladas era residente dos povoados de Pau-a-Pique, Bem-Bom, Intãs e Barra da Cruz, todos no município de Casa Nova. As famílias eram compostas basicamente pelos chamados camponeses *beraderos*, ou seja, indivíduos que tiravam do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento.

FIGURA 5.3.42 – A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO



Fonte: Elaboração OIKOS, 2009.

A área destinada ao Projeto foi dividida em quatro Eixos latitudinais e, aproximadamente a cada seis quilômetros, foi construída uma agrovila, no total de 23. O Eixo 1 abrigava as agrovilas de números 1, 3, 5, 7, 9 e 11; o Eixo 2, as de números 2, 4, 6, 8, 10, 12, 13, 14, 15, e 16; o Eixo 3, as de números 17, 18, 21 e 22; e, finalmente, o Eixo 4 as de número 19 e 20. Fora destes Eixos, no sopé da porção oriental da Serra, se encontrava a agrovila de número 23. As Agrovilas 15, 16 e 23 estavam localizadas no município de Carinhanha e todas as demais no então município de Bom Jesus da Lapa.

No plano de construção, além de concentrar as casas dos colonos, as agrovilas abrigariam o comércio, a loja da Cobal (Companhia Baiana de Alimentos), os serviços públicos, comunitários e religiosos. Em relação aos equipamentos comunitários, o Projeto incluía a construção de lavanderias e refeitórios públicos. Ainda de acordo com a planta original, além de abrigar todos os serviços comuns, a agrovila de número 9 sediaria a administração do projeto e a cooperativa. Por possuir infra-estrutura administrativa, esta agrovila, quando da emancipação do Projeto e a conseqüente criação do município de Serra do Ramalho, em 1989, tornou-se sua sede.

No que tange à organização espacial, o Projeto determinou que, em vez de cada lote preservar certo percentual de mata, as áreas de reserva seriam consideradas coletivas. Havia duas grandes áreas de reserva, várias “reservas extrativistas” localizadas às margens do Rio São Francisco e inúmeras pequenas reservas situadas nos interstícios das agrovilas. As reservas tinham duas finalidades: a preservação ambiental e a criação extensiva, uma vez que era proibida nos lotes a pecuária. Além do lote rural – onde se concentraria a atividade produtiva – cada família receberia um lote urbano com uma casa. Pelo projeto, cada agrovila ocuparia área de aproximadamente quatro lotes correspondendo a um núcleo habitacional com atividades urbanas, possuindo, aproximadamente, duzentas e cinquenta casas, dispostas em ruas paralelas e perpendiculares ao Eixo de sua localização. Para o abastecimento dos colonos, em todas as agrovilas seriam perfurados poços semi-artesianos.

A realidade observada no processo de desenvolvimento da região foi, naturalmente, bastante distinta daquela prevista no Projeto original. Segundo a maioria das fontes consultadas, muitas das famílias às quais o Projeto se destinava ou resistiram à mudança ou, após algum tempo, retornaram às margens do Lago de Sobradinho. Com a perspectiva de esvaziamento da estrutura das agrovilas montadas, o INCRA teria passado, doravante, a oferecer os lotes a outras famílias que aceitassem a adaptação às condições do Projeto, especialmente a famílias associadas ao Movimento Sem Terra de diferentes porções da Bahia e do Nordeste em geral.

Entre 1973 e o fim do ano de 1977, foram instaladas em Serra do Ramalho 1.029 das 1.600 famílias cadastradas no Projeto. Segundo o próprio INCRA, nos primeiros anos do projeto, 499 pessoas originárias da área de Sobradinho deixaram as agrovilas. Em dezembro de 1979, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casa

Nova lançou nota denunciando que 74 famílias, provenientes do Projeto de Serra do Ramalho, se encontravam arranchadas na borda do lago, em área próxima ao antigo povoado de Barra da Cruz, morando em barracas de lona e vivendo em condições sub-humanas. Em 1985, segundo Estrela (2005), foram contabilizadas 5.180 famílias residentes na área do Projeto.

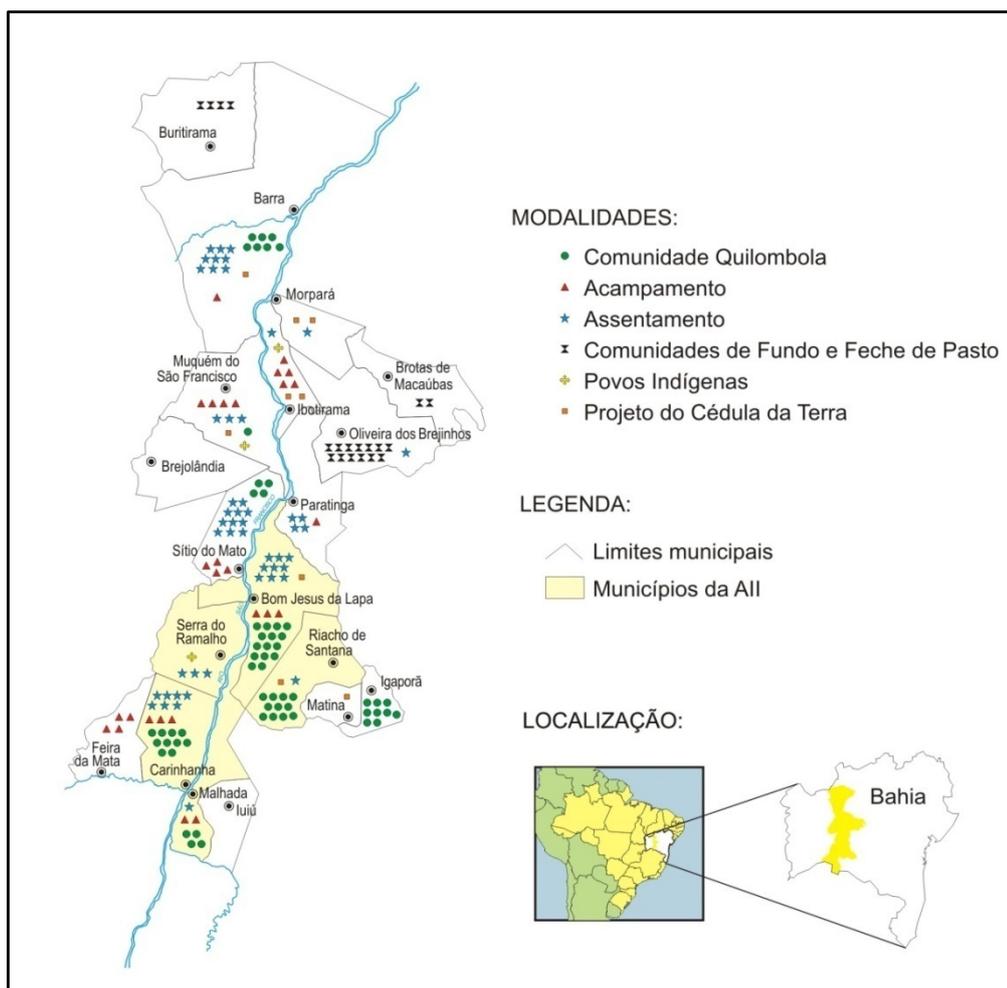
Uma parte da população já residente na área não aceitou o enquadramento à nova lógica das agrovilas e resistiu por manter suas formas de organização original, se deslocando em alguns casos para as áreas de reserva ou constituindo Projetos de Assentamento específicos dentro da área. Exemplos desta natureza são o Projeto de Assentamento Reserva Extrativista São Francisco, Reserva Oeste e a antiga Fazenda da Companhia do Sudoeste Baiano (CSB), constituídos, atualmente, em três Projetos de Assentamento. De fato, os projetos de assentamento que sucederam ao PEC Serra do Ramalho foram realizados sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O primeiro Projeto de Assentamento de Reforma Agrária no território do Médio São Francisco foi implantado no município de Barra, em 1988, e hoje somam 51 Projetos de Reforma Agrária em 334.129,60 hectares, com 8.026 famílias assentadas.

Ao mesmo tempo, não obstante a resistência das principais organizações e movimentos sociais ao Programa Cédula da Terra/Crédito Fundiário, esse Programa vem sendo implantado na Bahia em ritmo acelerado. No MSF há 16 projetos, com 532 famílias em 14.998,10 hectares, sendo que nove destes correspondem ao projeto piloto – Cédula da Terra e sete ao Crédito Fundiário.

O resultado de todo este processo histórico é que o território do Médio São Francisco constitui na atualidade uma miríade de distintas modalidades de acesso à terra, sendo, algumas destas, formalmente enquadradas enquanto Comunidades Tradicionais (ver Figura 5.3.43). Segundo Olalde et alii (2007), a região do MSF abriga 61 comunidades quilombolas e 19 de Fundo de Pasto.

No que se refere às Comunidades Tradicionais dos municípios da Área de Influência pertencentes ao Médio São Francisco, haveria 04 Comunidades Quilombolas no município de Malhada; 10 em Carinhanha; 11 em Riacho de Santana; e 15 em Bom Jesus da Lapa, totalizando 40 Comunidades Quilombolas nesta região. Estes dados não coincidem com os dados obtidos no INCRA, indicando que os critérios que definem o reconhecimento e identificação destas comunidades ainda carecem de objetividade.

FIGURA 5.3.43 – MODALIDADES DE ACESSO À TERRA NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, 2006



Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de OLALDE (2007).

Dentre estas Comunidades, é relevante citar a Comunidade de Rio das Rãs, cuja instituição significou um marco para o chamado movimento quilombola, já que foi a primeira área quilombola reconhecida no Brasil. Seu território foi titulado pela Fundação Cultural Palmares no ano 2000 com 272 mil hectares e 300 famílias, as quais se distribuem por diversos pontos de seu território nas localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Sedro, Exu, Riacho Seco, Mucambo, Pau Preto, Retiro, Corta Pé e Rio das Rãs, conforme as imagens abaixo.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334

VOLUME 2M – MEIO SOCIOECONÔMICO



Posto de Saúde e transporte, Quilombo Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa/BA



Comunidade de Brasileira, Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa/BA



Comunidade Exu, Rio das Rãs/Bom Jesus da Lapa/BA





Comunidade Capão do Cedro, Rio das Rãs/Bom Jesus da Lapa/BA

Sua ocupação data do século XVI, sendo que, entre os séculos XVII e XVIII, quando se encontrava na rota canaveira nordestina e mineradora, a região experimentou um período de grande prosperidade, principalmente com a criação de gado. Depois, porém, vivenciou quase cem anos de dificuldades em função da decadência da atividade pecuária. Nesse período permaneceram na região quase que exclusivamente negros e índios aquilombados. Com a instituição da Lei de Terras em 1850, grileiros, posseiros e supostos donos de terras buscaram obter ou regularizar títulos de propriedade sem levar em conta os direitos da população que historicamente ocupava a região. Foi nesse processo que, no final do século XIX, o coronel Deoclesiano Teixeira estabeleceu o controle sobre as terras dos quilombolas de Rio das Rãs.

Passado quase um século de relativa calma na região, a comunidade se defronta com novas ameaças. No início da década de 1970, novos conflitos se iniciaram. A violência foi intensa e muitos quilombolas foram expulsos, além de algumas localidades acabarem se extinguindo. No início da década de 1980, a compra dessas terras pelo Grupo Bial-Bonfim Indústria Algodoeira agravou o conflito. Aliada ao Ministério Público Federal, ao Movimento Negro Unificado e a Comissão Pastoral da Terra, a comunidade conseguiu o título da terra em 2000.

A localidade Rio das Rãs tem uma condição de acesso à água superior às demais, justamente por sua proximidade com o rio das Rãs, embora seco em parte, conforme as imagens abaixo. Além disso, parte da população sai para trabalhar no corte da cana, já que as condições de trabalho local não são favoráveis.



Aspectos da Comunidade Quilombola Rio das Rãs 2, Bom Jesus da Lapa/BA



Aspectos da Comunidade Quilombola Rio das Rãs 2, Bom Jesus da Lapa/BA

A última comunidade a ter avanços no seu processo de reconhecimento e demarcação no Médio São Francisco foi Nova Batalhinha, em Bom Jesus da Lapa. Foram concluídos seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e o mapa e o memorial descritivo do seu território foram publicados no Diário Oficial da União (21 e 22 de agosto de 2008), delimitando uma área de 7.443 hectares e beneficiando 20 famílias¹. Esse território é composto por dois assentamentos: Projeto de Assentamento Pitombeira e Linha Média de Enchente Ordinária. Além disso, apresenta características típicas de comunidades ribeirinhas, mas que devido a restrições impostas por fazendeiros, situam-se a 10 km da margem do Rio São Francisco.

No caso das populações ribeirinhas, como dito, quando da implementação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, muitas famílias que já habitavam as margens do Rio São Francisco resistiram ao Projeto e tentaram manter suas ocupações originárias. A resistência organizada de algumas comunidades culminou com o reconhecimento de seus direitos. A Comissão de Emancipação do PEC Serra do Ramalho recomendou a criação de Projetos de Assentamento Extrativistas para as áreas remanescentes de preservação permanente, efetivamente ocupadas por populações ribeirinhas.

Assim, suas nove comunidades constituem-se hoje nos Projetos de Assentamentos Reserva Extrativista São Francisco, Reserva Oeste e Fazenda CSB, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das populações tradicionais de pescadores. Estes estão organizados, de forma coletiva, na central das associações dos moradores que é responsável pela gestão de todo o projeto, o qual foi elaborado pelos moradores, aprovado pelo INCRA e referendado pelos órgãos ambientais.

A Reserva de São Francisco, no município de Serra do Ramalho, foi criada em 1995 e tem área total de 20.820 hectares, onde a população local pode

¹ O RTID da comunidade Nova Batalhinha foi realizado numa parceria entre o INCRA/BA, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

desenvolver atividades extrativistas pesqueiras, além de cultivos e criações tradicionais de pequeno porte.

A degradação ao longo do Rio São Francisco constitui fator importante gerador de efeitos negativos para as comunidades quilombolas pescadoras. As barragens feitas no rio alteraram os ciclos naturais de cheias e vazantes, fundamental para a reprodução de espécies. O assoreamento, a poluição doméstica, industrial, mineradora e agrícola impacta negativamente na qualidade do pescado.

A pesca artesanal tem sido considerada, por autoridades e pela iniciativa privada, como uma profissão em extinção no São Francisco, a ser substituída pela piscicultura e outras formas de aquicultura. A resistência dos pescadores, porém, mantém-se, buscando recriar as formas de vida de modo a preservá-las, por exemplo, através da combinação com as lavouras de vazante e de sequeiro, o criatório de animais, o artesanato, o pequeno comércio, etc.

5.3.8 – COMUNIDADES INDÍGENAS

▪ ASPECTOS GERAIS

As práticas indigenistas do final do sistema colonial no Brasil resultaram na desarticulação da vida tribal, enfraquecendo o que era peculiar a cada etnia local. Impuseram o uso da língua portuguesa, proibindo tanto as línguas nativas, quanto a "língua geral"², obrigaram a adoção de sobrenomes portugueses pelas famílias indígenas e derrubaram as casas coletivas em que ainda viviam, impondo o padrão de moradias individuais. Para evitar a resistência e as rebeliões, adotaram um procedimento de transferências constantes dos índios de uma aldeia para outra e unificaram algumas, misturando, de propósito, as etnias, de modo a se tentar diluir as diferenças tribais. Os agentes administrativos facilitavam a entrada de moradores brancos, com direito à posse de terras, promoviam casamentos mistos e faziam a chamada "*reforma dos abusos, dos vícios e dos costumes*".

O sistema de aldeamento atingiu a grande maioria dos índios da região Nordeste durante o período colonial, sob a tutela dos jesuítas, dos beneditinos, dos capuchinhos, dos carmelitas ou dos franciscanos. Os grupos indígenas aldeados incluíam, dentre outras, as etnias Tupi ou Tupinambá, Kariri, Sapuyá, Kiriri, Kaimbé, Payayá, Proká, Tupiniquin, Boime, Caxago, Aramuru, Karapotó, Xokó, Xucuru, Carnijó, Prakio, Pankararu, Ixu, Kanindé, Tabajara, Reriu, Anacé, Payaku, Tremembé, Jenipapo, Quixelo, Jucá, Cariú, Calabaça, Icozinho, Jaico, Akroá, Gueguê, além dos grupos denominados genericamente de caboclos de língua geral e de tapuias.

² O *nheengatu*, também conhecido como "língua geral", foi desenvolvido pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII com base no vocabulário e na pronúncia tupi, que era a língua das tribos da costa, tendo como referência a gramática da língua portuguesa, enriquecida com palavras portuguesas e espanholas. A "língua geral" foi usada correntemente pelos brasileiros de origem ibérica como língua de conversação cotidiana, até o século XVIII, quando foi proibida pelo rei de Portugal.

Entre 1757 e 1798, quando estiveram em vigor as leis do Diretório pombalino, que reformularam o funcionamento das aldeias após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a vida dos índios do Nordeste passou por grandes modificações, já que ficaram sujeitos diretamente ao controle dos governantes e administradores coloniais, perdendo a tutela eclesiástica. Nos aldeamentos, encontravam-se então não somente índios, mas também moradores brancos, aumentando o grau de contato entre as populações.

Embora o sistema de aldeamentos tenha sido responsável por profundas transformações na identidade étnica das tribos, não resultou no seu desaparecimento físico, mas, sim, na substituição gradual da especificidade das culturas tribais por algo que poderia se definir como uma "cultura de contato", com adaptações recíprocas do branco e das diferentes etnias entre si. Formou-se uma cultura heterogênea, que não pode ser atribuída exclusivamente a nenhum dos grupos, mas que incorpora elementos herdados de muitos deles. Essa maleabilidade cultural tornou possível a sobrevivência de um contingente considerável de índios, que viviam coletivamente, ainda que em pequenos enclaves, em meio à população camponesa no final do século XVIII.

No século XIX, entre os anos de 1854 e 1860, ocorreu a expropriação definitiva da maior parte das terras indígenas, já que os governos das províncias afirmavam que não mais existiam tribos selvagens e que as aldeias estavam vazias, com os índios misturados à população. No entanto, alguns grupos ainda aldeados continuavam a reivindicar a posse de suas terras, enviando requerimento às autoridades, solicitando medição e demarcação. Numerosos documentos relatam fatos sobre a invasão das terras indígenas nesse período.

Com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, algumas terras indígenas foram reconhecidas oficialmente e demarcadas. A partir de 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entre 1930 e 1970, foram demarcadas 11 áreas indígenas no Nordeste: Fulni-ô (PE), Potiguara (PB), Pankararu (PE), Tuxá (BA), Kiriri (BA), Xukuru (PE), Kariri-Xocó (AL), Xucuru-Kariri (AL), Kambiwá (PE), Atikun (PE), e Pataxó (BA).

Atualmente existem 68 Terras Indígenas no Nordeste abrigando 38 Grupos e uma população total de 77.585 indivíduos, conforme pode ser observado na Tabela 5.3.98.

TABELA 5.3.98 – TERRAS INDÍGENAS NO NORDESTE

NOME DA TERRA	GRUPO INDÍGENA	MUNICÍPIO
MARANHÃO		
Alto Turiaçu	Urubu-Kaapor	Turiaçu, Moncao, Carutapera e Cândido Mendes
Araribóia	Guajajara e Guajá	Amarante, Arame, Bom Jesus da Selva, Buriticupu e Santa Luzia
Awa	Guajá	Carutapera, Bom Jardim e Zé Doca
Bacurizinho	Guajajara	Grajaú

NOME DA TERRA	GRUPO INDÍGENA	MUNICÍPIO
Cana Brava	Guajajara	Barra do Corda, Grajaú, Itaipava do Grajaú e Jenipapo dos Vieiras
Caru	Guajá e Guajajara	Bom Jardim
Geralda Toco Preto	Timbira	Itaipava do Grajaú e Arame
Governador	Guajajara e Gavião-Katige	Amarante do Maranhão
Kanela-Buriti Velho	Kanela	Fernando Falcão
Krikati	Krikati e Guajajara	Montes Altos, Amarante do Maranhão e Sitio Novo
Lagoa Comprida	Guajajara	Itaipava do Grajaú. Jenipapo dos Vieiras
Morro Branco	Guajajara	Grajaú
Porquinhos-Aldeia Chinela	Kanela	Fernando Falcão
Rio Pindaré	Guajajara	Bom Jardim
Rodeador	Guajajara	Barra do Corda
Urucu/Juruá	Guajajara	Grajaú
Vila Real	Guajajara	Barra do Corda
CEARÁ		
Calabassa	Calabassa	Poranga
São José Capim-Açú	Tremembé	Itarema
Lagoa da Encantada	Canindé	Aquiraz
Monte Nebo	Potiguara	Crateús
Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba
São Jose do Buriti	Tremembé	Mandau
Tabajara	Tabajara	Vicosa
Tapeba	Tapeba	Caucaia
Tremembé Almofala	Tremembé	Itarema
PARAÍBA		
Potiguara	Potiguara	Baia da Traição, Mamanquape , Rio Tinto
Potiguara Monte-Mor	Potiguara	Rio Tinto
PERNAMBUCO		
Atikum	Atikum	Carnaubeira da Penha
Entre Serras	Pankararu	Tacarutu, Petrolândia, Jatobá
Fazenda Funil	Tuxa	Inajá
Foklassa	Fulni-ô	Águas Belas
Fulni-ô	Fulni-ô	Águas Belas
Kambiwa	Kambiwa	Inajá, Ibimirim e Floresta
Kapinawa	Kapinawa	Buique
Pankararu	Pankararu	Tacarutu, Petrolândia, Jatobá
Serra Negra	Kambiwa	Petrolândia
Truka	Truka	Cabrobó
Xukuru	Xukuru	Pesqueira
ALAGOAS		
Fazenda Canto	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios
Jeripanço	Pankararu	Pariconha
Karapotó	Carapoto	São Sebastião

NOME DA TERRA	GRUPO INDÍGENA	MUNICÍPIO
Kariri-Xocó	Kariri-Xoco	Porto Real do Colégio
Mata da Cafurna	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios
Tingui Boto	Tingui Boto	Feira Grande
Wassu-Cocal	Wassu	Joaquim Gomes
Xucuru-Kariri	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios
SERGIPE		
Caiçara/Ilha S. Pedro	Xocó	Porto da Folha
BAHIA		
Águas Belas	Pataxó	Prado
Aldeia Pequii	Pataxó	Prado
Aldeia Velha	Pataxó	Porto Seguro
Barra	Atikum e Kiriri	Muquém de São Francisco
Barra Velha	Pataxó	Porto Seguro
Brejo do Burgo	Pankararé	Gloria, Paulo Afonso e Rodelas
Caramuru/Paraguaçu	Pataxó	Itabuna, Itaju da Colônia, Pau Brasil
Coroa Vermelha	Pataxó	Santa Cruz Cabrália
Corumbauzinho	Pataxó	Prado
Fazenda Bahiana	Pataxó	Camamu
Ibotirama	Tuxá	Ibotirama
Imbiriba	Pataxó	Porto Seguro
Kantarure	Kantarure	Nova Gloria
Kiriri	Kiriri	Ribeira do Pombal e Banae
Massacara	Kaimbé	Euclides da Cunha
Mata Medonha	Pataxó	Santa Cruz Cabrália
Pankarare	Pankararé	Rodelas e Paulo Afonso
Quixaba	Xucuru-Kariri	Glória
Tuxá	Tuxá	Rodelas
Vargem Alegre	Pankaru	Bom Jesus da Lapa

Fonte: FUNAI, 2009

A proposta oficial de integrar os índios à sociedade regional em moldes não indígenas, por meio da organização do trabalho com vistas à produção para o mercado, foi o principal componente da atuação da FUNAI nos anos 1980. Esta política se baseava na implantação dos chamados “projetos produtivos” para as aldeias, como, por exemplo, plantio de arroz, criação de suínos e aves, entre outros. Contudo, a FUNAI não conseguiu manter esta política por muito tempo devido à escassez de recursos. Os índios, já bastante dependentes da “assistência” recebida, tornaram-se alvos fáceis para a pressão das madeiras para, literalmente, dilapidar o seu patrimônio de madeiras nobres em troca de uma remuneração financeira que lhes permitissem manter aquela assistência e os privilégios monetários de uns poucos líderes.

Apesar de todos estes problemas, do longo tempo de contato e da drástica redução populacional, estes grupos ainda buscam, nos dias de hoje, manter sua organização social e política.

Na All do Empreendimento constam somente duas comunidades indígenas, ambas na Bahia, e em situações diferenciadas (ver Figura 5.3.44, a seguir). É provável que pertençam a troncos lingüísticos diferentes. Enquanto os Pankarú da Serra do Ramalho já tem suas terras homologadas, e provavelmente são do tronco macro-jê, os Tupinambás ainda estão em processo de identificação e pertencem ao tronco tupi. A comunidade Tupinambá vem passando por um processo de luta pelo reconhecimento de suas terras, conforme será detalhado mais adiante.

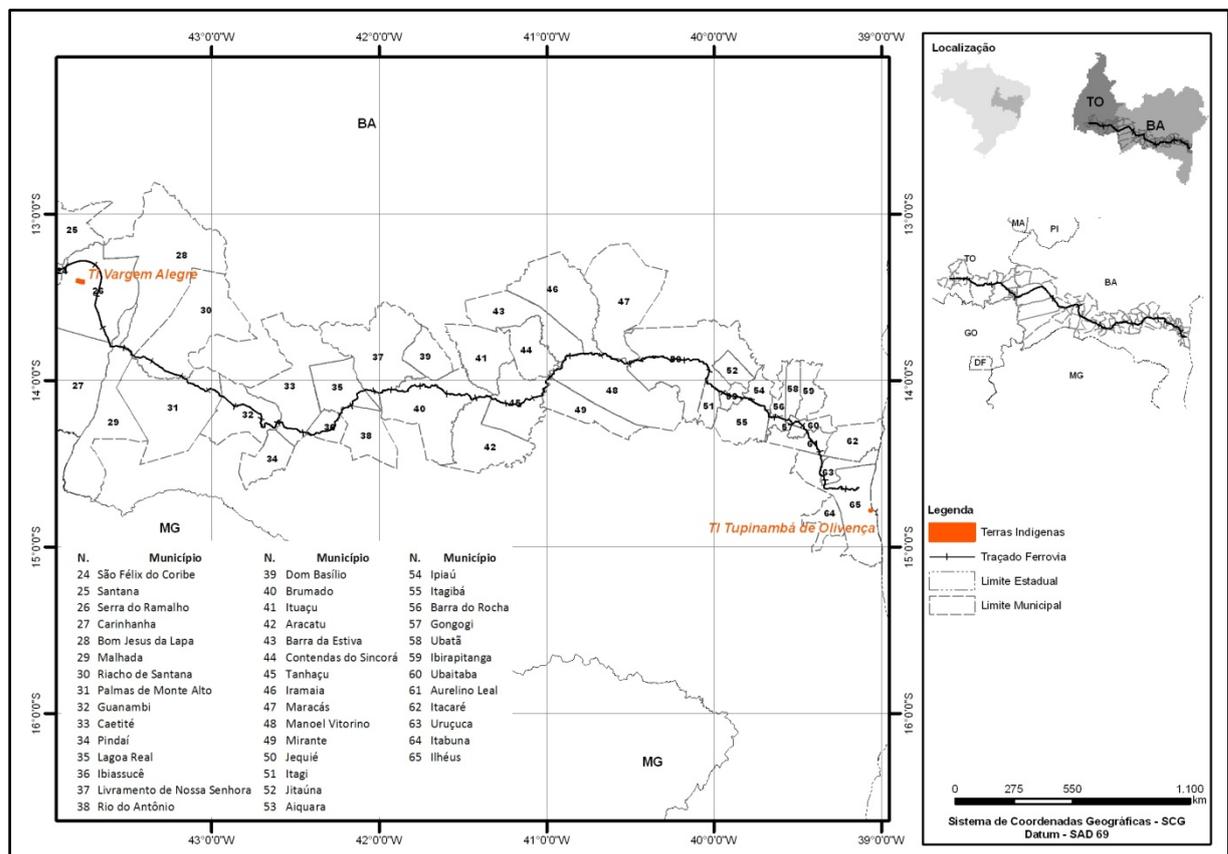
Para que uma área seja considerada Terra Indígena (TI), diversos procedimentos devem ser adotados, segundo o Decreto 1775/96. A sistemática segue os seguintes passos:

- Estudos de Identificação: a FUNAI nomeia um antropólogo com qualificação reconhecida para elaborar estudo da Terra Indígena em um prazo determinado. Esse estudo subsidia o trabalho do grupo técnico especializado, que fará pesquisas complementares de natureza etnohistórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário, com vistas à delimitação da TI. O grupo será coordenado por um antropólogo e contará preferencialmente com técnicos do quadro funcional do órgão tutelar. Esse grupo encaminhará relatório circunstanciado à FUNAI, no qual constarão elementos e dados específicos listados na Portaria nº 14, de 09/01/96, assim como caracterização da TI a ser demarcada.
- Aprovação da FUNAI: o relatório precisa obter aprovação do Presidente da FUNAI que, em 15 dias, fará com que seja publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial da unidade federada correspondente um resumo das informações nele contidas. A publicação deverá ser afixada na sede da Prefeitura local.
- Contestações: do início do procedimento até 90 dias depois da publicação do relatório no DOU, qualquer interessado, inclusive Estados e Municípios, terá o direito de se manifestar, apresentando à FUNAI suas razões e provas pertinentes, com objetivo de pleitear indenização ou demonstrar vícios existentes no relatório. O órgão tutelar tem, então, 60 dias, após os 90 dias mencionados anteriormente, para elaborar pareceres sobre as razões dos interessados e encaminhar ao Ministro da Justiça.
- Declarações dos limites da TI: o Ministro da Justiça terá 30 dias para: (a) expedir portaria, declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física; ou (b) prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; ou ainda, (c) desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição Federal.
- Demarcação física: Sendo declarados os limites da área, o órgão tutelar promove a sua demarcação física, enquanto o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em caráter prioritário, procederá ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

- Homologação: O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto.
- Registro: A terra demarcada e homologada será registrada, em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União – SPU.

FIGURA 5.3.44 – LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA AII



Fonte: Elaboração OIKOS, 2009.

• PANKARÚ

ASPECTOS AMBIENTAIS

Outrora conhecida como um oásis, devido à fertilidade de suas terras e abundância de água em meio ao semi-árido, a Serra do Ramalho encontra-se em uma região classificada como domínio da Floresta Estacional Decidual

Submontana. Isto se deve ao fato de que sua vegetação sofre forte influência da sazonalidade ao longo do ano, perdendo completamente suas folhas durante a seca, época típica e bem definida nos Estados nordestinos do Brasil. Esta característica confere a esta floresta aparência seca, típica da caatinga, influenciando sua denominação na região como “Mata Caatingada”.

Entretanto, por esta região ser tipicamente um local de transição entre a Caatinga e o Cerrado, além de possuir água em abundância, ela também apresenta algumas áreas de Cerrado e Matas Higrófilas (vegetação sobre influência de corpos d’água). Ainda é possível encontrar na Serra do Ramalho espécies como ipê (*Tabebuia* sp.), cedro (*Cedrella* sp.), aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), braúna (*Schinopsis brasiliensis*) e barriguda (*Cavanillesia arborea*), porém todas apresentam densidade e abundância muito baixa em relação ao passado.

A complexidade da vegetação e sua conservação até os anos 1970 fizeram da Serra do Ramalho um local para onde se dirigiam muitas famílias de flagelados da seca. Estas buscavam uma qualidade de vida melhor, propiciada pelos recursos da “Mata Caatingada”. Porém, em 1973, a região do Médio São Francisco foi decretada prioritária para desapropriação, em vista da construção da represa de Sobradinho, sendo as famílias assentadas na Serra do Ramalho, conforme discutido anteriormente.

Hoje o meio biótico da Serra do Ramalho esta totalmente depauperada e as relações ecológicas um dia existentes já não estão mais presentes. A abundância de recursos florestais (água, lenha, madeira, proteína animal, frutas, etc.) que existiu e motivou muitos flagelados a se deslocarem para lá deu lugar à agricultura predominante de sequeiros e a uma grande ociosidade de terras nuas.

DENOMINAÇÃO

Antes de se autodenominarem Pankaru, os indígenas da Aldeia Vargem Alegre, localizada na Agrovila 19 (criada pelo INCRA), município baiano de Serra do Ramalho, eram conhecidos como Pankararu-Salambaia. Em fins de 1980, resolveram mudar de nome para diferenciar-se dos Pankararu que habitam no lado pernambucano do Vale do Baixo-Médio São Francisco (Petrolândia e Tacaratu). Segundo o cacique Alfredo José da Silva Pankaru, a mudança se fez necessária porque os órgãos governamentais confundiam as duas comunidades. Desse modo, as melhorias solicitadas pela comunidade da Agrovila 19 eram, muitas vezes, encaminhadas para os Pankararu de Pernambuco, há muito tempo reconhecidos pelas autoridades constituídas.

POPULAÇÃO E SITUAÇÃO LEGAL

Os Pankarús constituem-se em 14 famílias localizadas juntamente com as agrovilas instauradas no Projeto de Colonização de Serra do Ramalho. Estão situados entre a Agrovila 19 e a Aldeia Vargem Alegre, já que a aldeia foi recentemente transferida do centro da Agrovila para a “boca” da mata de Serra

do Ramalho, distante 2 km da Agrovila. Sua população está estimada em 87 pessoas. A agrovila 19 ocupada pelos Pankarús está situada a uma distância de 33 km do rio São Francisco.

Em 1986, a FUNAI foi informada de que vários índios Pankaru estavam residindo nos lotes do INCRA e criou, no ano seguinte, o Posto Indígena Vargem Alegre. O INCRA sugeriu à FUNAI a remoção dos índios ou a sua emancipação para pudessem ter direito ao assentamento de acordo com o disposto no Estatuto da Terra. Os índios lutaram para fazer valer seus direitos até conseguirem a demarcação, em 1991, da TI Vargem Alegre.

A Terra Indígena Vargem Alegre está localizada no município baiano de Serra do Ramalho, com uma área de 981 ha e perímetro de 13.810 m.

A demarcação administrativa da Terra Indígena foi homologada pelo Decreto Nº 247, de 29 de Outubro de 1991, cujo texto encontra-se a seguir.

DECRETO Nº 247, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Vargem Alegre, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 84, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1º e 26, parágrafo único, alínea *a*, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do artigo 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio FUNAI, da Reserva Indígena Vargem Alegre, localizada no Município de Serra do Ramalho no Estado da Bahia, com superfície de 981,0815ha (novecentos e oitenta e um hectares, oito ares e quinze centiares) e perímetro de 13.810,00 metros (treze mil, oitocentos e dez metros).

Art. 2º A Terra Indígena de que trata este decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: partindo do Marco 129 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'28,7"S e 43°48'08,9"WGr., localizado no cruzamento das estradas perimetral do limite oeste do PEC/SR com a vicinal 19.6, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'19,1" e 205,962 metros, até o Marco 128 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'30,2"S e 43°48'02,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'15,6" e 205,973 metros, até o Marco 127 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'31,7"S e 43°47'55,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'14,4" e 205,913 metros, até o Marco 126 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'33,3"S e 43°47'48,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'14,5" e 205,943 metros, até o Marco 125 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'34,8"S e 43°47'42,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'13,8" e 205,932 metros, até o Marco 124 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'36,3"S e 43°47'35,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°17'12,4" e 205,973 metros, até o Marco 123 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'37,8"S e 43°47'28,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'10,5" e 205,988 metros, até o Marco 122 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'39,3"S e 43°47'22,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'11,0" e 205,834 metros, até o Marco 121 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'40,8"S e 43°47'15,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'10,9" e 206,003

DECRETO Nº 247, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991

metros, até o Marco 120 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'42,3"S e 43°47'08,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'09,1" e 205,993 metros, até o Marco 119 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'43,8"S e 43°47'02,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'08,6" e 205,974 metros, até o Marco 118 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'45,3"S e 43°46'55,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'08,8" e 205,934 metros, até o Marco 117 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'46,9"S e 43°46'48,8"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'07,8" e 205,964 metros, até o Marco 116 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'48,4"S e 43°46'42,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'06,3" e 205,944 metros, até o Marco 115 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'49,9"S e 43°46'35,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'04,9" e 205,964 metros, até o Marco 114 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'51,4"S e 43°46'28,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'05,3" e 206,005 metros, até o Marco 113 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'52,9"S e 43°46'22,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'03,7" e 205,994 metros, até o Marco 112 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'54,4"S e 43°46'15,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°19'03,0" e 206,015 metros, até o Marco 111 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'55,9"S e 43°46'08,8"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°40'18,3" e 203,783 metros, até o Marco 62 de coordenadas geográficas aproximadas 13°23'57,5"S e 43°46'02,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 103°14'42,3" e 994,901 metros, até o Marco 61 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'04,7"S e 43°45'30,0"WGr.; localizado no cruzamento da estrada vicinal 19.6 com o eixo principal 4, confrontando neste trecho do Marco 129 ao Marco 61 com a estrada vicinal 19.6. Leste: do Marco 61, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'25,0" e 200,039 metros, até o Marco 60 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'11,1"S e 43°45'31,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'05,7" e 200,371 metros, até o Marco 59 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'17,4"S e 43°45'33,0"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'06,8" e 200,401 metros, até o Marco 58 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'32,8"S e 43°45'34,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'04,7" e 200,440 metros, até o Marco 57 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'30,1"S e 43°45'36,0"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'05,7" e 200,410 metros, até o Marco 56 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'36,5"S e 43°45'37,5"WGr.; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'05,0" e 200,391 metros, até o Marco 55 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'42,8"S e 43°45'39,0"WGr.; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'05,0" e 200,430 metros, até o Marco 54 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'49,2"S e 43°45'40,5"WGr.; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'04,5" e 200,380 metros, até o Marco 53 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'55,6"S e 43°45'42,0"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'04,5" e 200,410 metros, até o Marco 52 de coordenadas geográficas aproximadas 13°25'01,9"S e 43°45'43,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°17'02,7" e 200,396 metros, até o Marco 51 de coordenadas geográficas aproximadas 13°25'08,3"S e 43°45'45,0"WGr., localizado no cruzamento do eixo principal com a estrada vicinal 19.8, confrontando neste trecho do Marco 61 ao Marco 51 com o eixo principal 4. Sul: Do Marco 51, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°22'26,2" e 999,627 metros, até o Marco 72 de coordenadas geográficas aproximadas 13°25'00,9"S e 43°46'17,4"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°33'52,3" e 201,857 metros, até o Marco 73 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'59,4"S e 43°46'23,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'23,7" e 205,835 metros, até o Marco 74 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'57,9"S e 43°46'30,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'27,3" e 205,884 metros, até o Marco 75 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'56,3"S e 43°46'37,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'32,8" e 205,857 metros, até o Marco 76 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'54,8"S e 43°46'43,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'34,9" e 205,834 metros, até o Marco 77

DECRETO N° 247, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991

de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'53,3"S e 43°46'50,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'40,1" e 205,844 metros, até o Marco 78 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'51,8"S e 43°46'57,2"WGr.; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'43,5" e 205,833 metros, até o Marco 79 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'50,3"S e 43°47'03,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'48,1" e 205,793 metros, até o Marco 80 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'48,7"S e 43°47'10,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'50,8" e 205,833 metros até o Marco 81 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'47,2"S e 43°47'17,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'55,7" e 205,861 metros, até o Marco 82 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'45,7"S e 43°47'23,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°24'59,1" e 205,842 metros, até o Marco 83 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'44,2"S e 43°47'30,6"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'02,7" e 205,822 metros até o Marco 84 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'42,6"S e 43°47'37,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'07,9" e 205,809 metros, até o Marco 85 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'41,1"S e 43°47'43,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'11,5" e 205,872 metros, até o Marco 86 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'39,6"S e 43°47'50,5"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'15,8" e 205,721 metros, até o Marco 87 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'38,1"S e 43°47'57,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'18,6" e 205,872 metros, até o Marco 88 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'36,6"S e 43°48'03,9"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'23,4" e 205,813 metros, até o Marco 89 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'35,0"S e 43°48'10,5"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'27,1" e 205,871 metros, até o Marco 90 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'33,5"S e 43°48'17,2"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 283°25'32,3" e 204,777 metros, até o Marco 91 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'32,0"S e 43°48'23,8"WGr.; localizado no cruzamento das estradas vicinal 19.8 com a perimetral do limite oeste do PEC/SR, confrontando neste trecho do Marco 51 ao Marco 91 com a estrada vicinal 19.8. Oeste: Do Marco 91, segue por uma linha reta com azimute e distância de 13°11'09,9" e 1.003,281 metros, até o Marco 92 de coordenadas geográficas aproximadas 13°24'00,2"S e 43°48'16,3"WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 13°21'15,9" e 991,579 metros, até o Marco 129, início da descrição deste perímetro, confrontando neste trecho do Marco 91 ao Marco 129 com a estrada perimetral do limite oeste do PEC/SR.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 29 de outubro de 1991; 170° da Independência e 103° da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

LÍNGUA

Os Pankarús, assim como todos os outros indígenas do Nordeste³, falam unicamente o português. O patriarca Apolônio Kinane falava a língua ancestral dos Pankarús, no entanto ele não repassou aos descendentes. Consta que, nos rituais como a "dança do toré" e o "toré encantado", o vocabulário ancestral

³ À exceção dos Fulni-ô.

permanece vivo, pronunciado em meio às cantorias. Existe a hipótese, ainda não comprovada, de que sua língua seja derivada do tronco lingüístico macro-jê.

HISTÓRICO DO CONTATO

Os Pankarús são um grupo étnico recentemente diferenciado, não contando ainda com documentos e estudos etnográficos sobre aspectos de sua história. As fontes de informações são limitadas quanto ao histórico do contato deste grupo.

A principal hipótese é a de que a família do ex-pajé Apolônio Kinane seja remanescente das aldeias indígenas patrocinadas pelas missões religiosas instaladas no Vale do Baixo e Médio do São Francisco nos séculos XVII e XVIII, e que tenha migrado definitivamente para a região de Serra do Ramalho na década de 1950.

Cumprir frisar que a região de Serra do Ramalho teve seu povoamento ligado à expansão bandeirante. Os bandeirantes empreenderam feroz caçada aos índios na região.

O longo histórico de contatos dos Pankaru, bem como o reduzido número de famílias da comunidade, estimularam as relações interétnicas, inclusive com membros da sociedade não-indígena. Depois da implantação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho e do reconhecimento da comunidade indígena, a rede de contatos dos Pankaru foi ampliada e, além dos "irmãos Pankararu", mantiveram estreitos laços com os Kiriri da Passagem (habitantes de Muquém do São Francisco, na Bahia), com os Tuxá (município de Ibotirama, na Bahia) e com os Atikum (Pernambuco). Os descendentes do pajé Apolônio buscaram nos membros desses grupos étnicos os parceiros ideais para o namoro e o matrimônio.

Na organização política do grupo têm destaque as figuras líderes cacique e pajé. O cacique é o articulador de interesses coletivos internos e representante da comunidade em suas relações externas. Na comunidade Pankarú o patriarca Apolônio acumulou funções de cacique e pajé.

MODO DE VIDA E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Quando se fixaram em Serra do Ramalho, os Pankarú praticavam agricultura de subsistência, extrativismo e caça nas matas que encobriam a Serra. Enquanto o patriarca fabricava o rapé e as "garrafadas de remédio do mato", as mulheres fabricavam produtos artesanais de argila e fibras. Tais produtos eram vendidos nas feiras de Taquaril, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e às vezes Brasília.

O cultivo do milho, da mandioca, do feijão em duas variedades (o "catador" e o de "arranca"), bem como do algodão eram realizados em lotes individuais e algumas famílias criavam gado bovino⁴. Entretanto, o grupo foi prejudicado com o PEC de Serra do Ramalho, pois a vegetação foi em grande parte derrubada e devastada. É importante ressaltar ainda a dificuldade que a região vem passando

⁴ O Banco do Nordeste em parceria com a FUNAI financiou 14 cabeças de gado bovino, no entanto em momentos de dificuldades econômicas estas foram vendidas pela população.

devido às constantes secas que devastam ainda mais a vegetação. Hoje, a comunidade vive da agricultura de sequeiro, da aposentadoria rural, da venda de mão-de-obra nas fazendas e em projetos de agricultura irrigada locais⁵, assim como parte da população da região não-indígena.

Em termos de organização social, os núcleos domésticos são autônomos, cooperam economicamente entre si e os casamentos entre primos são comuns.

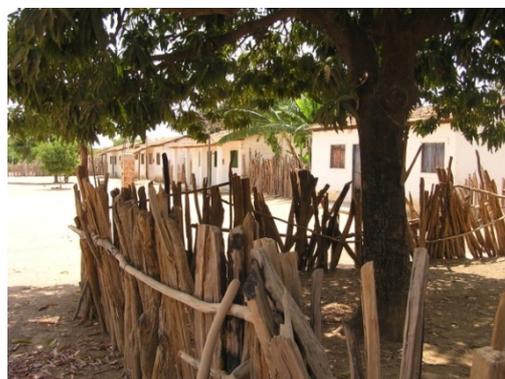
A pequena comunidade Pankaru pratica o *toré*. O ritual apresenta duas modalidades que se diferenciam pela funcionalidade/finalidade. Uma é a "dança do toré", ritual praticado como demonstração da diferenciação étnica, apresentado, em geral, nos dias de festa e comemoração, como o dia do Índio. De caráter lúdico, nela os indígenas cantam e dançam, mas não sorvem a "jurema" – bebida que chama os "encantados" – nem permitem a manifestação de nenhuma entidade sobrenatural. A outra modalidade é o "toré dos encantados", ritual no qual os indígenas manifestam com toda potencialidade o conteúdo da diferenciação étnica. Este ritual é praticado nas matas e, além de sorverem a "jurema", os indígenas recebem entidades e encantos. Há várias linhas de toré.

A raiz da "jurema preta" (*Pithecolobium diversifolium*; *Mimosa artemisiana*), somente encontrada na beira do Rio São Francisco, é colocada em infusão dentro de "um cocho de madeira". Às vezes, à raiz são adicionados pedaços de cobra cascavel. O cacique Alfredo explica: "*tira a frente, tira atrás; parte a bicha e bota o toro no cocho pra fermentar. Deixa no sol. Quando aquilo espuma, tira. Tá pronto*". Após uma semana, a bebida fica no ponto para ser sorvida. "*A bebida é boa, mas é forte demais. Se caboclo beber demais vai pro chão. Branco não agüenta, não*". Para os Pankaru, o ritual do toré serve para clarear a mente, para dar força e unir a aldeia. Por isso, durante o toré praticado nas matas não é permitida a presença de não-índios.

O município de Serra do Ramalho apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos entre os municípios baianos, com altas taxas de natalidade e mortalidade. A Agrovila 19 tem as piores condições de vida entre o conjunto das agrovilas do PEC Serra do Ramalho: o acesso à água é extremamente precário, não há posto de saúde local e transporte regular.

Acatando reivindicações dos índios, que sempre rejeitaram a vida na Agrovila, em 1999, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) construiu um conjunto de casas em área conhecida como "na boca da mata". As casas são de alvenaria com três cômodos. Além delas, foram construídas uma pequena Igreja e um Posto de Saúde. A escola para os primeiros ciclos do ensino fundamental se encontra em fase de construção. Os Pankarú continuam vivendo entre a nova aldeia e a Agrovila 19.

⁵ A irrigação foi implantada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).



Aldeia Pankarú na Agrovila 19, Serra do Ramalho/BA



Habitação na Agrovila 19



Pequena criação na Agrovila 19/ Aldeia Pankarú

- **TUPINAMBÁ**

ASPECTOS AMBIENTAIS

Os Tupinambás estão situados no distrito de Olivença, no município de Ilhéus. Esta região integra o domínio da Floresta Ombrófila Densa. Particularmente no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, esta formação vegetal também é conhecida como Hiléia Baiana, sendo mundialmente reconhecida por sua elevada diversidade.

De uma forma geral, a Hiléia Baiana já foi muito explorada e continua até os dias de hoje sob pressão antrópica. A vegetação foi muito fragmentada por processos agrícolas e pecuários, além de ser constantemente raleada (o sub-bosque da floresta) para permitir o cultivo do cacau. Embora existam algumas Unidades de Conservação na região, a maior parte da floresta no sul da Bahia, que não é protegida, continua sendo alvo de plantações de cacau, as quais inviabilizam a regeneração das árvores e tendem a criar verdadeiros museus vivos ao ar livre de espécies que não possuem mais viabilidade reprodutiva.

Nos dias atuais o município de Ilhéus e adjacências têm crescido desordenadamente em função do turismo, que tem aumentado, graças às belezas naturais da região, favorecendo o desmatamento de áreas que ainda são

minimamente conservadas. A malha urbana de Ilhéus, por exemplo, já não possui mais nenhuma semelhança a outrora imponente floresta que ali havia, sendo qualquer tentativa de recuperação praticamente inviável devido aos custos, ausência de elementos típicos da manutenção do equilíbrio ecológico e permanência do ambiente antrópico.

Em Olivença há o predomínio da floresta secundária e é possível que os Tupinambás estejam na zona de amortecimento da Reserva Biológica Una.

DENOMINAÇÃO

Tupinambá é um termo que significa “o mais antigo” ou “o primeiro”. Os Tupinambás no Brasil incluem os tamoios, os temiminós, os tupiniquins, os potiguaras, os tabajaras, os caetés, os aimopiras, os tupinás, os aricobés, e os tupinambás.

Os Tupinambás são conhecidos como Tupinambás de Olivença, e tiveram sua identidade indígena reconhecida em maio de 2002. Tal comunidade também é conhecida como índios de Olivença.

POPULAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO LEGAL

Os Tupinambás são conhecidos como Tupinambás de Olivença e se localizam no litoral sul da Bahia, no distrito de Olivença no município de Ilhéus. Atualmente sua população é estimada em aproximadamente quatro mil indígenas, e dividida em algumas aldeias. Sua estimativa chega a 20 aldeias, mas tanto o número da população como o de aldeias é incerto.⁶

A FUNAI reconheceu a identidade indígena da comunidade em maio de 2002. Este reconhecimento permite que a comunidade se beneficie das políticas públicas dirigidas às comunidades indígenas. Em termos legais, o reconhecimento das terras dos Tupinambás em Ilhéus ainda está em estágio de identificação, pela portaria 776 de 10/08/2005. A administração da FUNAI sobre este território fica na unidade de Eunápolis, Bahia.

A aldeia Tupinambá a 20 km de Olivença faz parte de um conjunto de comunidades existentes entre Canavieiras e Ilhéus.

LÍNGUA

Os tupinambásús, assim como todos os outros indígenas do Nordeste, falam unicamente o português. Estão associados ao tronco etno-linguístico tupi, que tradicionalmente habita a região litorânea do sul da Bahia, especialmente o município de Ilhéus e seus arredores.

HISTÓRICO DO CONTATO

Os Tupinambás estão em processo de reconhecimento da sua identidade, de forma a preservar a história da tribo. Chamados de tupiniquins pelos

⁶ Estima-se que o número de Tupinambás pode chegar a 4 mil em 23 aldeias, em Una, Belmonte e Buerarema, além do maior núcleo de Olivença (Ilhéus).

portugueses, não tiveram uma relação amistosa com os colonizadores, sendo numerosos os relatos de genocídios contra os índios em séculos de dominação.

Hoje sua luta é para preservar o que resta da cultura da tribo. Sem caciques ou uma organização articulada, eles se encontram em aldeias espalhados pelo sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

Os Tupinambás como nação dominavam quase todo o litoral brasileiro e possuíam uma língua comum, que teve sua gramática organizada pelos jesuítas e passou a ser conhecida como tupi antigo. Apesar de terem raízes comuns, as diversas tribos que compunham a nação tupinambá sempre lutavam entre si, em guerras sangrentas com finais antropofágicos. Atualmente existem dois núcleos de índios tupinambás no litoral da Bahia: Olivença, no município de Ilhéus (que corresponde à comunidade da AII) com 20 aldeias e 3.864 indígenas; e a aldeia Patiburi, em Belmonte, com 199 pessoas.

Também havia um vasto território tupinambá no sudeste do País, de São Sebastião em São Paulo ao Cabo de São Tomé no Estado do Rio de Janeiro. A maior parte estava em Cabo Frio e na Baía de Guanabara. Como se tentou escravizar os índios para trabalharem nos engenhos de cana-de-açúcar em São Vicente, estes se uniram na Confederação dos Tamoios, englobando todas as aldeias tupinambás do Sudeste com invejável poderio de guerra.

Posteriormente, se uniram aos franceses para enfrentar os portugueses no Rio de Janeiro, em disputa pela ocupação do território guanabarinense. No entanto, os franceses perderam a guerra e os tamoios foram exterminados, exceto aqueles que se embrenharam pelas matas e fugiram. O golpe fatal aos tupinambás foi o ataque a Cabo Frio, que dizimou suas aldeias. Só sobreviveram aqueles que conseguiram fugir de alguma forma.

MODO DE VIDA E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Sem áreas demarcadas, os Tupinambás de Olivença vivem em conflito com grandes proprietários rurais. As condições de vida são precárias na medida em que não têm acesso ao sistema de saúde, educação, moradia e energia elétrica.

A falta de terras cultiváveis faz com que eles tenham que buscar empregos nas fazendas vizinhas, recebendo remunerações muito baixas.

5.3.9 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

▪ O CONTEXTO ETNOHISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO REGIONAL

Os primeiros habitantes da região da Área de Influência de que se tem registro foram povos indígenas (ver Figura 5.3.45). Após a chegada dos portugueses no século XVI e o início da colonização do território brasileiro, diversas tribos foram deslocadas para o interior. Paralelamente a esse movimento de deslocamento, existiu a captura de índios visando a sua utilização como escravos.

Na Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em 1560, os Jesuítas estabeleceram núcleos em aldeias de índios catequizados, expandindo sua ação de aldeamento em locais hoje pertencentes aos municípios de Valença e Camamu. O litoral, de Valença até Porto Seguro, ofereceu grandes problemas à colonização, pois as condições topográficas inibiam a conquista por parte dos europeus, ao mesmo tempo em que favoreciam a ação dos índios, tanto para ataques às propriedades particulares como na defesa do próprio território. Vale lembrar que nesta época as Capitânicas não dispunham de recursos para garantir e defender a população.

Em 1651, o governo da Bahia ordenou a organização de uma Entrada pelos rios de Contas e Maraú. A intenção era garantir a ordem, já que a população vinha sendo constantemente ameaçada pelos índios. O processo de povoamento, contudo, era lento, de modo que a capela construída em louvor a Nossa Senhora da Assunção de Macamamu, em 1560, localizada em um aldeamento de índios fundado pelos jesuítas, só passou à condição de vila em 1693, com a denominação de Nossa Senhora da Assunção de Camamu.

A introdução do cultivo da cana de açúcar, artigo de grande valor comercial e relativamente escasso na Europa, foi o grande bastião da economia colonial, somando-se ao fato da fácil adaptação ao clima e solo brasileiros, que foi tão favorável que durante mais de meio século, até meados do século XVII, o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar. O cultivo de gêneros para o consumo interno, como, por exemplo, a mandioca e o feijão, eram tidos como secundários à produção açucareira.

Como a atividade canvieira se desenvolveu bem no Nordeste, a pecuária esteve, inicialmente, associada a esse cultivo junto ao litoral, pois era uma atividade acessória, de subsistência. Esta atividade possibilitou um complemento à economia do açúcar e iniciou a penetração e o povoamento do interior do Brasil.

Vale lembrar que no Litoral Sul a cultura do açúcar não obteve o êxito esperado, pois a mata espessa e o relevo irregular inibiam a passagem e isolavam o litoral do interior. Além disso, havia os repetidos ataques dos índios que destruíam plantações e engenhos.

Em virtude da resolução tomada pelo governo, em 1755, os jesuítas, religiosos da Companhia de Jesus, ficaram proibidos de criar novos aldeamentos indígenas. Criando vilas onde houvesse aldeias de índios missionados, na capitania São Jorge dos Ilhéus foram promovidas a vilas, entre outras, as seguintes aldeias: Santarém (at. Ituberá), Barcelos (extinto) e São Sebastião de Mairau (Maraú) (Campos, 1981:154).

As capitânicas Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu, e Itaparica/Tamarandiva, por volta de 1775, já tinham sido revertidas para a Coroa, por compra, indenização ou confisco, passando, daí por diante, a denominarem-se Capitania da Bahia, que se limitava, ao norte, com a capitania de Pernambuco; ao sul, com a do Espírito Santo; a oeste, com a de Goiás; e a sudoeste, com a de Minas Gerais.

A cultura do cacau foi implantada mais tarde nessa área, sendo introduzido na região em 1746, na margem esquerda do Rio Pardo, no atual município de Canavieiras, estendendo-se, em 1752, aos municípios de Ilhéus, Uruçuca e outros. A partir daí, firmou-se como produto da maior importância na Bahia, por sua produção crescente e grande propagação em toda a região, que apresentava as condições naturais exigidas pela cultura. A lavoura do cacau seguiu o mesmo padrão de produção da lavoura canavieira, ou seja, monocultura em grandes propriedades, movida pelo braço escravo, e voltada para o mercado internacional.

O governo da Capitania da Bahia, em 1777, ordenou ao ouvidor de Porto Seguro a criação de vilas e povoações de seis em seis léguas, em vista da precisão de comunicar a Bahia com o Rio de Janeiro por via terrestre, pois os avisos correm em grande risco na travessia deserta desde a última vila (Porto Alegre) até o Rio Doce e daí à primeira vila do Espírito Santo (Freire, 1998:184).

▪ O SERTÃO

O povoamento da zona semi-árida iniciou-se de forma mais ordenada pela interferência do primeiro Governador Geral do Brasil. Como a criação de gado e a agricultura, principalmente a lavoura canavieira, não podiam ser praticadas no mesmo espaço, surgiram conflitos entre criadores de gado e plantadores de cana. Para os senhores de engenho era importante afastar o gado, na medida em que os rebanhos arruinavam o plantio da cana-de-açúcar e serviam apenas como alimento, transporte e força de trabalho. Tomé de Souza propôs a separação das duas atividades, deslocando o gado para grandes extensões de terras “vazias” como o sertão.

A ocupação do cerrado baiano foi se fazendo devagar, em função da concessão de sesmarias, que deram origem as primeiras grandes propriedades. O domínio territorial basicamente foi dividido entre duas famílias: Garcia d’Ávila, proprietária da famosa Casa da Torre (situada na atual praia do Forte, em Mata de São João) e que espalhou seus domínios por todo o interior baiano; e os Guedes, de Brito da Casa da Ponte (situada em Morro do Chapéu), que se encarregaram de inserir a pecuária na região, aumentando continuamente o tamanho de suas possessões.

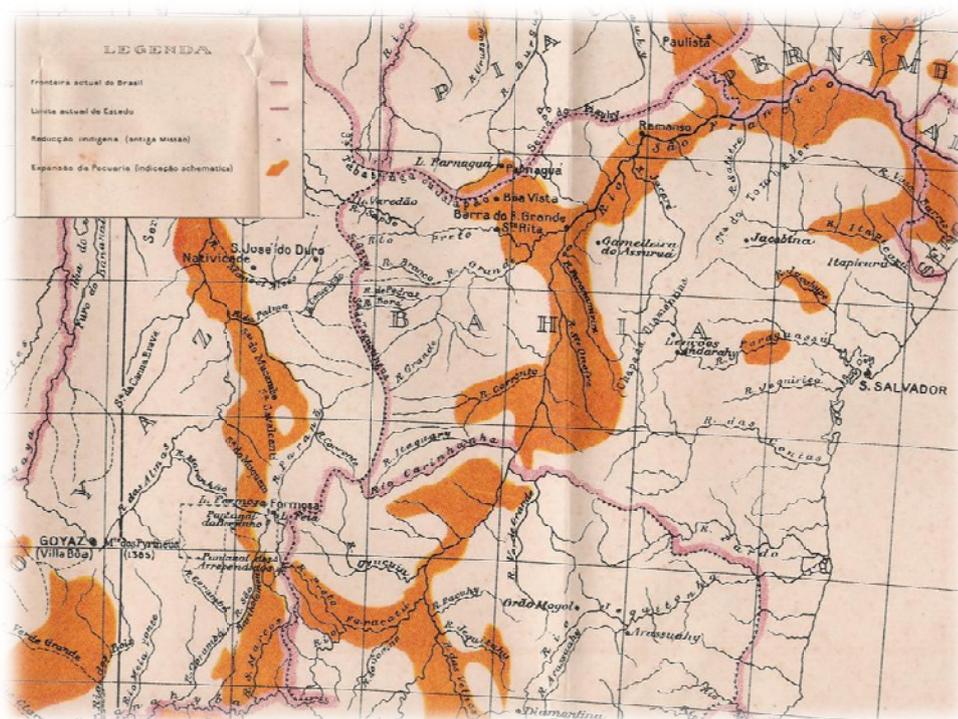
Desde o século XVII até meados do século XVIII, a pecuária ocupou diversas regiões do interior do Nordeste, tendo como centros de irradiação as capitanias da Bahia, onde o gado ocupou terras do “sertão de dentro” e de Pernambuco, ocupando as terras do “sertão de fora”. Esta ocupação se deu através dos rios, ao longo dos quais se desenvolviam os currais (ver Figura 5.3.46).

Esta atividade contribuiu para a ocupação do sertão nordestino com o surgimento de cidades no interior, e tornou-se posteriormente o motivo de sobrevivência econômica de regiões em que outras atividades entraram em decadência, facilitando a integração das regiões brasileiras. Inicialmente os

rebanhos se destinavam ao mercado interno, principalmente aos engenhos, porém se tornaram atividades separadas, e as feiras de gado tornaram-se o elo entre ambos os interesses. A primeira feira realizou-se na Bahia em 1614. É nesse momento que a pecuária pode ser vista como um fator de povoamento do interior.

É importante destacar que neste momento nasce a figura do vaqueiro. Tratava-se de homens livres, não-proprietários de terras, que se encarregavam das boiadas, quase sempre pelo sistema de "partilha", recebendo certo número de reses como pagamento pelo serviço prestado aos donos do rebanho. Eram homens rudes e duros, muitas vezes escravos fugidos das fazendas do litoral e foram os verdadeiros conquistadores do sertão, abrindo caminhos, fundando povoações e desbravando áreas antes virgens da presença dos colonizadores. Muitos dos paulistas utilizados nas guerras do Norte não voltaram mais a São Paulo e escolheram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas.

FIGURA 5.3.46 – ÁREAS DE EXPANSÃO DA PECUÁRIA



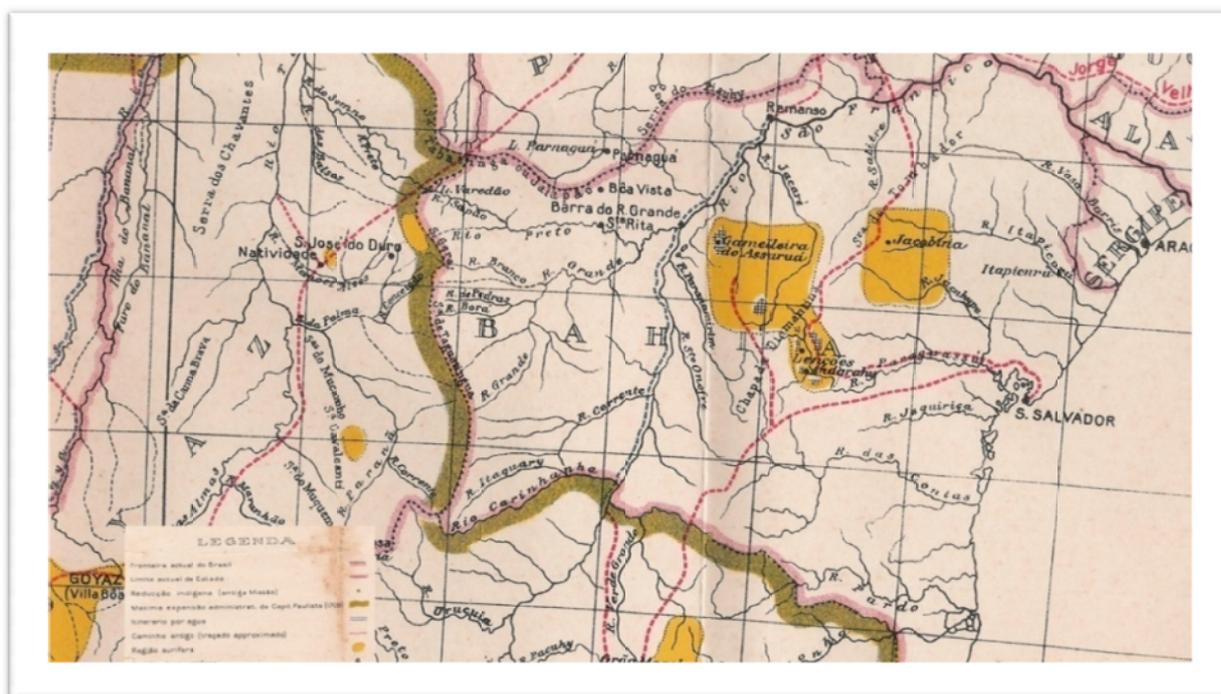
Fonte: SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil 1500 – 1820. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife, Companhia Editora Nacional

No século XVIII, foram descobertos ouro em Minas Gerais, e diamante em Goiás, e ambos foram achados na Bahia. Isso gerou o surgimento de povoados nesta parte do Estado, que evoluíram como entrepostos comerciais, e de maneira especial os situados nas margens dos rios, pois estas eram as principais vias de circulação entre os Estados nordestinos e as regiões mineradoras (ver Figura 5.3.47). Com o final do ciclo do ouro e o desinteresse pela utilização do indígena como

escravo (dada à preferência pelo negro) a circulação de pessoas na região diminuiu intensamente.

Em meados do século XVIII, o valor do açúcar caiu no mercado internacional, o que provocou uma crise na cultura canavieira. Com isso, a mão-de-obra livre migrou, parcialmente, para o sertão, o que resultou no aumento do setor de subsistência e no comprometimento da rentabilidade da pecuária, uma vez que esta se destinava, em grande medida, a atender às demandas da indústria canavieira. Assim, a crise que atingiu a economia litorânea resultou no maior adensamento demográfico do sertão, que, mesmo tendo uma economia de menor produtividade, disponibilizava maior oferta de alimentos (FURTADO, 1988).

FIGURA 5.3.47 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MINERAÇÃO DE OURO E DIAMANTE E DE CAMINHOS DE POVOAMENTO PARA O INTERIOR



Fonte: SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil 1500 – 1820. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife, Companhia Editora Nacional

Neste mesmo período, descobriu-se que o Semi-Árido brasileiro possuía características adequadas ao plantio do algodão de fibra longa, que então passou a ser cultivado no sertão, visando, prioritariamente, à exportação, o que se revelou economicamente proveitoso para os grandes produtores do semi-árido. O algodão podia ainda ser conjugado com as culturas de subsistência (como o milho e o feijão), praticadas pelos trabalhadores.

Somente no século XIX, a navegação voltou a ter importância no povoamento e distribuição dos habitantes na região, sendo agora os rios Corrente, Grande e Preto os caminhos de interiorização e fixação de pessoas na parte oeste

da Bahia. Contudo, até meados do século XX, o “Além São Francisco” (denominação das terras da margem esquerda do Rio) se caracterizava por um povoamento pouco denso e uma economia vulnerável, e comumente sofrendo com a seca, pois uma porção de seu território localiza-se no semi-árido. Prevalencia o pequeno produtor pecuarista, contando basicamente com o trabalho de sua família, a agricultura mercantil simples e o extrativismo para exportação, ao mesmo tempo em que havia os grandes criadores de gado, os “coronéis”. Esses grandes latifundiários constituíam uma elite poderosa, capaz de orientar as políticas e intervenções governamentais na região em proveito próprio.

▪ GOIÁS – TOCANTINS

Os bandeirantes, no século XVII chegaram ao território goiano (na porção hoje pertencente ao Estado de Tocantins), pelos rios Paranaíba – Tocantins – Araguaia, retornando pelo Tietê – São Paulo; e de São Paulo saíam às Bandeiras, buscando índios, cada vez mais escassos, que chegavam com frequência até o extremo norte de Goiás, região de Estreito.

Há notícia documentada de pelo menos 16 (dezesesseis) Bandeiras, mas nem as Bandeiras nem os jesuítas vinham para se fixar em Goiás, apenas buscando os índios para escravizá-los:

“A primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590 – 1593). Depois se seguiram a de Domingos Rodrigues (1596 – 1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598 – ?); a de Belchior Carneiro (1607 – 1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608 – 1613); a de André Fernandes (1613 – 1615); a de Pedroso de Alvarenga (1615 – 1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665 – 1666); a de Luís Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673). Esta bandeira, a maior das saídas de São Paulo para Goiás, contava com uns 800 membros e se fixou na região da confluência do Tocantins e o Araguaia, dedicada preferencialmente à mineração” (Morais e Palacin, 1986: 7).

Estima-se que 300.000 índios foram escravizados até 1641, quando o bandeirantismo de aprisionamento declinou e deu lugar a expedições cada vez maiores em busca de ouro, prata e pedras preciosas.

Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1722, chegou a Goiás, onde 40 anos antes havia estado com o pai e visto as minas de ouro. A primeira região ocupada foi a do rio Vermelho e, em 1727, foi fundado o Arraial de Santana (Cidade de Goiás), que depois seria chamado Vila Boa, e, mais tarde, Cidade de Goiás.

A partir de 1760, o ouro começou a diminuir e no início do século XIX a população, antes mineradora e urbana, passou a rural e agro-pecuarista. A região

ficou estagnada até meados do século XX, e só retomou o ritmo de desenvolvimento e ocupação com a criação de Brasília e a abertura de estradas.

O território goiano (inclusive Tocantins) e parte dos Estados circunvizinhos se inserem nas áreas que foram ocupadas pelo homem há pelo menos 11.000 anos. Esses homens, conhecidos pela arqueologia como caçadores, coletores e horticultores, viviam em economia natural, baseada alternativamente na caça, na pesca e na agricultura, em territórios reservados aos diferentes grupos. Mais próximo do presente, dados etno-históricos indicam que esta região serviu de passagem de grupos indígenas que transitavam entre a Cidade de Goiás e os diversos aldeamentos criados pelo governo para pacificar os índios.

▪ IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O conceito de patrimônio arqueológico se aplica aos testemunhos materiais tanto dos grupos pretéritos, isto é, dos grupos pré-históricos⁷, como das populações relacionados ao processo histórico de ocupação do Brasil. Os testemunhos dos grupos humanos pretéritos podem ser identificados através das evidências arqueológicas (materializadas por meio de objetos líticos, cerâmicos, malacológicos, ósseos, etc.) encontradas em sítios arqueológicos⁸. Esses testemunhos podem ocorrer tanto em campo aberto, mata fechada, cavernas, abrigos, em qualquer lugar onde existiram construções, estradas, monumentos, reduções indígenas, quilombos, vilas, ou seja, em qualquer local onde a presença humana foi preservada.

O patrimônio arqueológico possui Diretrizes Legais que, além de regular a proteção dos sítios arqueológicos pesquisados em uma determinada área, obrigam e exigem a realização de um levantamento arqueológico e de salvamento dos eventuais sítios encontrados, sempre que houver um empreendimento que possa ameaçar total ou parcialmente o patrimônio arqueológico existente, independentemente do maior ou menor grau da potencialidade arqueológica de uma região (Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Lei n.º 3.924 – Legislação Brasileira Protetora de Jazidas Pré-Históricas⁹, de 26/06/61; Portaria n.º 07 de 01.12.88 do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e Constituição Brasileira de 1988, Capítulo III, Seção II, art. 216; Portaria do IPHAN, n° 230 de 17/11/2002, que dispõe dos dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica). Cabe destacar que o órgão

⁷ Entendem-se como grupos pré-históricos como quaisquer agrupamentos humanos existente anteriores ao contato com os europeus no período da Conquista, que habitavam o Brasil no período anterior ao Século XVI.

⁸ Podendo ser caracterizados como locais de habitação, cerimonial, sepultamento ou locais destinados à fabricação de artefatos, entre outros.

⁹ De acordo com essa legislação, o não cumprimento dos dispositivos legais implica nas seguintes penalidades: obras paralisadas/embargadas pelo IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; multas por lesar o Patrimônio da União; emissão de ordens de prisão contra os infratores.

governamental responsável pela emissão de autorização de pesquisa, fiscalização, registro e proteção do patrimônio arqueológico em todo o território nacional é o IPHAN.

▪ **LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS (PESQUISAS REALIZADAS)**

O Planalto Central Brasileiro consiste em paisagem pouco diferenciada, comportando o divisor de águas do baixo Amazonas (ao norte), do Paraná (ao sul) e do São Francisco (a leste). A bacia do rio Paranaíba abrange os territórios dos Estados de Goiás de Minas Gerais. Em seu lado goiano, as pesquisas arqueológicas tiveram início a partir de 1975, com o Projeto Paranaíba, possibilitando o cadastramento de sítios arqueológicos de grupos caçadores e coletores das Fases Paranaíba e Serranópolis e de grupos horticultores das Tradições Una e Tupiguarani (SCHMITZ *et al*, 1982).

O “Inventário Arqueológico do Estado de Goiás – UCG” (1968 – 1971), de Mari de Nazaré Baiocchi, trata-se de um estudo pioneiro das “potencialidades” arqueológicas de Goiás. A autora propôs uma divisão em cinco áreas de interesse arqueológico e realizou “buscas” por sítios ou locais com ocorrência de material proveniente de antigas populações. Em suas pesquisas, não foram realizadas escavações, mas somente foram recolhidos os “vestígios arqueológicos”.

O Projeto Anhangüera de Arqueologia de Goiás – USP (1975 – 1985), por sua vez, teve como objetivos:

- Pesquisas nas áreas “arqueologicamente férteis”, introduzida na “Carta Arqueológica Divisão Regional para cadastramento de Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás” (Melo e Breda, 1972);
- Execução de prospecções e escavações em locais com vestígios arqueológicos;
- Levantamento de pinturas rupestres em grutas e abrigos;
- Estudo e análise do material proveniente dos trabalhos de campo.

As pesquisas foram realizadas de 1976 a 1985, com onze etapas de campo em datas alternadas, resultando na prospecção de trinta e três sítios arqueológicos, entre os quais treze foram escavados.

A “Carta Arqueológica – UFG” (1972), de Edna Luísa de Melo e Judite Ivanir Breda, o resultado de um projeto que elaborou um zoneamento, criando “quatro grandes áreas arqueológicas, aproveitando a delimitação natural dos rios Araguaia, Tocantins, Paranaíba e São Francisco”, subdividindo estas áreas em regiões e, estas, em Zonas Arqueológicas.

Nos últimos anos foram realizados diversos trabalhos relacionados à arqueologia na Bahia em empreendimentos tais como implantação de nova malha viária, construções de barragens, ou mesmo em trabalhos científicos, dando

prosseguimento ao legado deixado por Valentin Calderón, que trabalhou na Bahia a partir dos anos 1950 desenvolvendo trabalhos até meados da década de 1980.

Valentin Calderón elaborou classificações para a Pintura Rupestre Baiana, que foram construídas sobre o trabalho de análise de, ao menos, 55 sítios baianos, antecedendo em muitos anos o quadro classificatório que hoje está em uso para o Nordeste. Seu trabalho continua ainda, entretanto, absolutamente válido.

No início da década de 1980, duas frentes de trabalhos arqueológicos têm início na Bahia. A primeira com a equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, que atua junto ao Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia, IPGA, de Goiânia, comandados pelos arqueólogos Pedro Ignacio Schmitz e Altair Sales Barbosa, respectivamente. O trabalho (1981 e 1985) realizado junto com o Projeto Serra Geral, no leste do Estado de Goiás e no sudoeste do Estado da Bahia, objetivava estabelecer um estudo aprofundando o conhecimento sobre os grupos humanos pré-coloniais dessa região e apurando as possíveis vinculações com os grupos do Planalto Central, que já vinham sendo pesquisados pela mesma equipe desde o início da década anterior, no intuito de elaborar um quadro da arqueologia regional goiana atrelada ao Cerrado.

Foi realizado, na Bahia, um levantamento com prospecções na bacia do Rio Corrente, afluente do São Francisco, nos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e Serra do Ramalho. E foram identificados diversos sítios arqueológicos relativos a sociedades de caçadores-coletores e de populações de agricultores ceramistas, a céu aberto ou em abrigos, localizados em áreas de domínio dos “Gerais”, campos altos e cerrados, e de caatinga. Com as prospecções efetuadas, é possível obter datações, que permitem recuar as ocupações humanas com precisão até o Holoceno inicial (8.860 +/- 115 anos BP).

Cabe ressaltar que Schmitz e equipe tomaram conhecimento da continuidade territorial da Tradição São Francisco e da lógica da dinâmica dos grupos portadores dessa tecnologia pictórica, aspectos que serão apoiados por pesquisas posteriores. Vinte anos depois, por exemplo, Loredana Ribeiro visitou os sítios do Projeto Serra Geral, com uma nova ótica que reúne o norte de Minas Gerais e o sudoeste da Bahia como áreas com continuidade sócio-cultural, explicada pela Tradição São Francisco.

Dois anos mais tarde se inicia a segunda frente de pesquisa. A partir de 1983 até o presente, uma equipe multidisciplinar coordenada por Maria da Conceição Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, desenvolve um programa de pesquisa no município de Central, que tem por objetivos principais encontrar evidências de ocupação humana pleistocênica. Este projeto com o decorrer dos anos se estendeu para um grande número de municípios baianos.

Cleonice Vergne, pesquisadora do Museu Arqueológico de Xingó, Sergipe, realizou, em 1999, um levantamento de sítios com pinturas rupestres nos distritos de Malhada Grande e Lagoa das Pedras, município de Paulo Afonso. O objetivo desse levantamento foi verificar as ocorrências arqueológicas de pinturas em área baiana

contigua aquela da barragem de Xingó, sobre o São Francisco. Este levantamento encontrou 31 sítios com pinturas, em abrigos pequenos que se formam na base de matacões de granito, constituindo agrupamentos muito próximos entre si. Registrou-se sistematicamente os elementos mais significativos de cada um dos locais, de maneira a gerar uma documentação para quaisquer estudos futuros e programas de preservação do patrimônio arqueológico regional. Os principais resultados destas pesquisas estão apresentados nas Tabelas 5.3.99, 5.3.100, 5.3.101.

TABELA 5.3.99 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO RIO DE CONTAS E JUSSIAPE (BA-148)

SÍTIO	TIPO	MUNICÍPIO	COORDENADAS UTM
Baeta	Lítico lascado	RC	24L E202686 / N8495290
Alambique	Lítico lascado	RC	24L E203244 / N8495532
Palma	Lítico lascado	RC	24L E208791 / N8495864
Casa de Telha	Lítico lascado	RC	24L E207045 / N8496594
Pilões de Cima	Lítico lascado	RC	24 L E216997 / N8496450
Canavial	Lítico lascado	RC	24L E217172 / N8498950
Encosta	Lítico lascado	RC	24L E216898 / N8500630
Escorpião	Lítico lascado	JU	24L E218472 / N8504914
Dos Bichos	Lítico lascado	JU	24L E216660 / N8501830
Cascavel	Lítico lascado	JU	24L E218305 / N8499416
Caracão	Lítico lascado	JU	24L E218235 / N8501618
Marcolino	Cerâmico / Aratu	RC	24L E207939 / N8495546
Pilões de Baixo	Cerâmico / Tupiguarani	RC	24L E216777 / N8496124
Estrada Real	Histórico / Caminho	RC / JU	-
Galeria	Histórico / Mineração	RC	-
Gameleira	Histórico / Fazenda e Pouso	RC	-
Laranjeiras	Histórico / Fazenda	RC	-
Tabúa	Histórico / Fazenda	RC	-

Fonte: Projeto de Salvamento e Monitoramento no Traçado da BA-148 (Rio De Contas - Jussiape).

TABELA 5.3.100 – LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO CAMAMU – ITACARÉ (BA-001)

NOME	TIPO	MATERIAL	COORDENADAS UTM
Camamu 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488361/N8455642
Camamu 02	Histórico	Faiança fina (<i>blue edged, transfer, borrão azul</i>), vidro, cerâmica vidrada	E488308/N8454068

NOME	TIPO	MATERIAL	COORDENADAS UTM
Ladeira do Guaraná	Pré-Colonial	Cerâmica tupiguarani	E488346/N8453558
Engenho da Princesa Isabel	Histórico	Telhas e tijolos (ruína de pilar)	E488316/N8452736
Camamu 03	Histórico	Cerâmica vermelha e vidrada	E489457/N8450506
Camamu 04	Histórico	Cerâmica vermelha	E490855/N8447284
Santa Inês	Histórico	Faiança portuguesa, tijolos, telhas (fazenda jesuítica)	E490059/N8440368
Pedreira	Histórico	Faiança portuguesa e cerâmica vermelha	E489904/N8436308
Pedra Rasa 01	Pré-Colonial	Cerâmica tupiguarani pintada, faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E495185/N8448240 E495165/N8448504
Pedra Rasa 02	Pré-Colonial	Cerâmica tupiguarani pintada	E495605/N8449328
Pedra Rasa 03	Pré-Colonial	Cerâmica tupiguarani pintada	E495370/N8448950
Engenho Quitungo	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E489555/N8434450
Engenho Rio de Contas	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E494526/N8420110
Sete Estrelo	Histórico	Grés, faiança fina, cerâmica vermelha, telhas, tijolos e alicerces	E492306/N8427228
Jeribucaçu	Histórico	Barragem de pedra seca	E494948/N8417868
Fazenda de Cacau	Arquitetura Tradicional	Barcaças e depósitos	E494649/N8419812
Ocorrência 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488411/N8457810
Ocorrência 02	Histórico	Possíveis alicerces	E490819/N8448870
Ocorrência 03	Histórico	Vidro (fundo de garrafa)	E490660/N8449350
Ocorrência 04	Histórico	Cerâmica vermelha	E489917/N8438900

Fonte: Luydy Fernandes, Carlos Costa.

TABELA 5.3.101 – SÍTIOS RUPESTRES LEVANTADOS POR VALENTIN CALDERÓN NA BAHIA

SÍTIO	MUNICÍPIO	VESTÍGIO	DATA
Gruta do Bode (BA-CS-07 e BA-22)	Ituaçu	Pinturas	22/05/1967
Lagoa (BA-CS-[08 ou 04?] e BA-23)	Ituaçu	Pinturas	23/05/1967
Cachoeira (BA-CS-09 e BA-24)	Ituaçu	Pinturas	23/05/1967

SÍTIO	MUNICÍPIO	VESTÍGIO	DATA
Gruta de Mandiaçu (BA-RS-02 e BA-33)	Serra Solta	Pinturas, lítico e cerâmico	26/05/1967
Gruta do Morro das Porteiras (BA-RC-07 e BA-36)	Santana dos Brejos	Pinturas	26/05/1967
Morro Pintado nº 1 (BA-RC-11 e BA-40)	Coribe	Pinturas	26/05/1967
Morro Pintado nº 2 (BA-RC-12 e BA-41)	Coribe	Pinturas	26/05/1967
Beira da Serra de Guiné (BA-CS-13)	Mucugê	Pinturas	---
Gruta de Lagedinho	---	Pinturas	1964
Gruta do Luizinho	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta da Ricarda	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta do Morcego	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta da Mesquita	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta do Urubu	Ituaçu	---	1964
Gruta do Tupã	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta da Mangabeira	Ituaçu	---	1964
Gruta do Morro do Urubu	Ituaçu	---	1964
Gruta de Arrasta Saco	Ituaçu	---	1964
Gruta do Morro da Cal	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta do Candeias	Ituaçu	Pinturas	1964
Gruta da Cabocla	Ituaçu (Paiol)	Pinturas	1964
Inscrições das Cunhambegas	Ituaçu	---	1964
Inscrições do buracão	Ituaçu	---	1964
Inscrição da água preta	Ituaçu	---	1964
Inscrições das Moendas	Ituaçu	---	1964
Inscrições das Cidades Abandonadas	Serra do Sincorá	---	1964
Inscrições da Bucaina	Ituaçu (Bicudo)	---	1964
Inscrições de Passagem Grande	Ituaçu	---	1964
Inscrição do Morro do Ouro	Barra da Estiva	---	1964
Inscrição da Cachoeirinha	Ituaçu	---	1964
Riacho de Água Preta	Ituaçu	Pinturas	1964

Fonte: MAE/UFBA

▪ SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS

No SGPA/IPHAN, oficialmente, existem 1.162 sítios arqueológicos cadastrados nos Estados do Tocantins e Bahia.

Nos municípios que integram a Área de Influência no Estado do Tocantins, foram identificados um total de 53 sítios arqueológicos (sendo 29 no SGPA/IPHAN e

24 assinalados na bibliografia consultada). Com relação ao Estado da Bahia, nos municípios que compõe a área de influência, existem 145 sítios arqueológicos (sendo 98 cadastrados no SGPA/IPHAN e 47 indicados em outras fontes), ver a Tabela 5.3.102 e 5.3.103, assim como a Figura 5.3.48.

Vale destacar que as informações referentes aos sítios arqueológicos não cadastrados no SGPA, foram obtidas através de relatórios de pesquisa; teses e dissertações; publicações de divulgação científica; além de descobertas fortuitas durante a realização de levantamento de campo¹⁰.

TABELA 5.3.102 – SÍTIOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN.

MUNICÍPIO	SÍTIO	
	BAHIA	
Barra da Estiva	-Morro do Ouro	
Barreiras	-Barreiras -Riachinho -Serra do Mimo -Toca do Caboclo	
Bom Jesus da Lapa	-Fazenda Lagedo -Quilombo de Piranhas	
Coribe	-Boa Sorte -Correntina 4 -Correntina IV -Gruta Cidade -Grutinha do Complexo do Morro Furado -Morro Pintado 1 -Morro Pintado 2 -Mosondó -Olho D'água da Gameleira -Pedrinha -Riacho Grande -Sítio da Cacimbinha -Várzea do Morro Pintado	
Dom Basílio	-Lajedo da Gia	
Ilhéus	-Almada -Fazenda Iguassú -Fazenda Piratacase -Fazenda Primavera	
Correntina	-BC - 1 -PM - 1 -SMC - 1	-Gerais II -Gerais III -Gerais IV

¹⁰ A equipe de arqueologia teve a oportunidade de verificar diversos sítios ainda não registrados no SGPA/ IPHAN, apesar dos pesquisadores já terem enviado os dados para o IPHAN. O objetivo principal dos trabalhos de campo foi de percorrer o eixo da futura Ferrovia visando localizar indícios arqueológicos que ainda não haviam sido visitados por outros pesquisadores.

MUNICÍPIO	SÍTIO
	<ul style="list-style-type: none"> -Correntina I -Correntina II -Correntina III -Correntina V -Correntina 5 -Gerais 1 -Gerais 2 -Gerais 3 -Gerais 4 -Gerais 5 -Gerais 6 -Gerais 7 -Gerais 8 -Gerais 9 -Gerais 10 -Gerais 11 -Gerais 12 -Gerais I -Gerais IX -Gerais V -Gerais VI -Gerais VII -Gerais VIII -Gerais X -Gerais XI -Gerais XII -Pratudaó I -Pratudaó II -Pratudaó III -Pratudaó IV -Pratudaó IX -Pratudaó V -Pratudaó VI -Pratudaó VII -Pratudaó VIII -Pratudaó X
Ipiaú	-Fazenda Prata
Maraú	-Sete Estrelas
Itacaré	<ul style="list-style-type: none"> -Engenho de Taboquinhas -Engenho do Rio de Contas -Engenho Rio de Contas -Jeribucaçu
Ituaçu	<ul style="list-style-type: none"> -Cachoeira -Cariri -Chapadinha -Gruta do Bode -Lagoa -Monte Alto -Pastinho -Sítio da Várzea -Sítio Joaquim Guilherme -Sítio sem nome ou sigla -Tamburi
Livramento de Nossa Senhora	<ul style="list-style-type: none"> -Boqueirão de Baixo -Santiago
Palmas de Monte Alto	-Monte Alto (Alinhamento de pedra)
Santa Maria Da Vitória	<ul style="list-style-type: none"> -Abrigo do Olho d'Água do Cumba -Abrigo na Serra do Cumba -BA-RC-51 -BA-RC-52 -BA-RC-53 -Gruta Barreiro do Cedro -Pedra Escrita -Santa Maria I -Tupiguarani

MUNICÍPIO	SÍTIO
São Desidério	-Gruta das Pedras Brilhantes
São Félix do Coribe	-Sítio Pio Moura
TOCANTINS	
Arraias	-Arraias 1 -Arraias 2 -Carpore -Nova Betânia -Palmares
Gurupi	-Santo Antônio 4 -Santo Antônio 6 -Sítio Gurupi I (vão entre Torres 570-571, atual 575-576) -Sítio Gurupi II (Torre 582, atual 587) -Sítio Gurupi III (Torre 588-589, atual 593-594) -Sítio Gurupi IV (Torre 591, atual 596) -Sítio Gurupi V -Sítio Gurupi VI -Sítio Gurupi VII
Paraná	-Peixe I -Peixe II -Peixe III -Peixe IV -Petroglifo do Cruzeiro
Peixe	-Altamira -Lagoa dos Buritis I -Praia da Loja -Santa Tereza 1 -Santo Antônio 1 -Santo Antônio 2 -Santo Antônio 3 -Santo Antônio 5 -São Miguel 1 -São Miguel 2

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico - SGPA/IPHAN, Janeiro/2009.

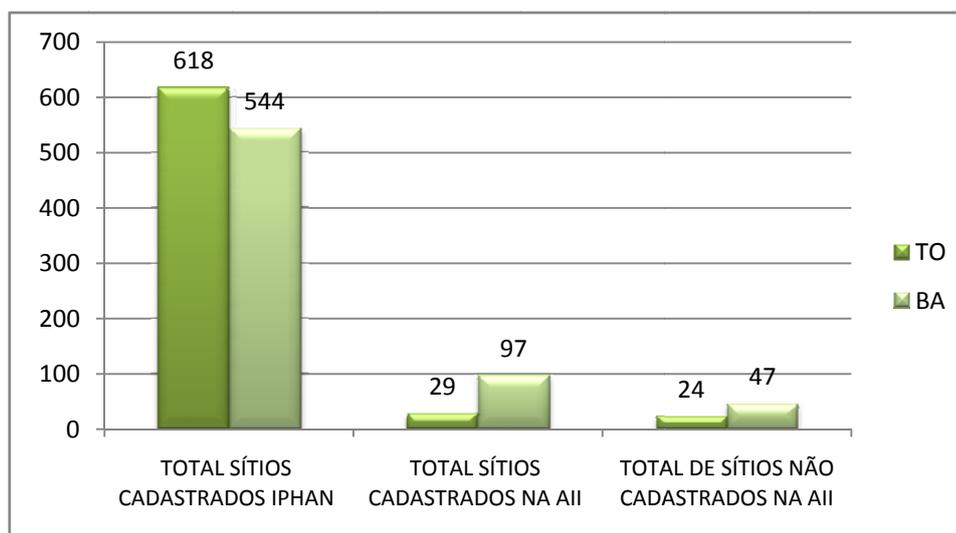
TABELA 5.3.103 – SÍTIOS NA AII NÃO CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN

MUNICÍPIO	SÍTIO
BAHIA	
Barra da Estiva	Sítio Camulengo
Guanambi	Pedra do Índio
Ituaçu	Inscrições das Moendas
Jequié	Torta
Ipiaú	“Tarananga”
Malhada	Abrigo do Tatu I, II
Matina	Pedra do Índio

MUNICÍPIO	SÍTIO
Palmas do Monte Alto	Brejo Comprido / Campos de baixo / Campos de cima / Casa de Pedra / Fazenda Malhada Grande / Fazenda Tocaia / Lagoa do Arroz / Lameirão / Morro dos Três Irmãos / Sítio Joana Mendes / Toca do Índio / Toca dos Tapuios
São Desidério	Sítio Arqueológico Senhorinha da Cruz e outros nove sítios relatados
Santa Maria da Vitória	Abrigo da Pedra Escrita / Canyon da Serra do Ramalho (Ba-Rc-28) / Canyon da Serra do Ramalho (Ba-Rc-49) / Brejo dos Aflitos (Ba-Rc-26) / Dolina do Amadeu / Gruta do Barreiro do Cedro / Ponte Velha (Ba-Rc-30) / Remanso
Serra do Ramalho	Abrigo Magnífico / Abrigo dos Quincas / Abrigo João Gravatá / Abrigo do Morro Furado / Boqueirão / Caldeirão Verde I, II / Morro da Espera / Morro da Lapinha / Pedro Cassiano I, II / Pingueira do Corrêa / Pedra Escrita / Serra Azul / Sítio Pingueira do Bonfim / Sítio Alcides / Rondoinha / Toca das Marianas
TOCANTINS	
Aurora do Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> - Abrigo Asa Branca - Abrigo da Falsa Pintura - Caverna da Testemunha - Gruta Abrigo da Bíblia - Gruta do Arco do Mocambo - Gruta do PDS - Gruta do Lago - Gruta do Demar - Gruta da Bucânia - Gruta da Onça - Gruta do Sr. Nilton - Gruta da Cerâmica - Gruta da Ferradura Rupestre - Gruta do "P" Pintado - Gruta do Catingueiro - Gruta do "888" - Gruta do Elefante - Gruta dos Ossos - Gruta do Tacho de Ouro - Gruta do Mistério - Gruta Mucambo II - Gruta Mucambo III -Toca do Índio -Fazenda Mangueira (Urnas)

Fonte: Elaboração OIKOS, 2009.

FIGURA 5.3.48 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA AII



Fonte: SGPA/IPHAN, Janeiro/2009 e informações obtidas na revisão bibliográfica/2009.

Seguindo a metodologia de campo pré-estabelecida, foi realizada uma série de entrevistas ou “entrevistas informais” nos povoados e pequenas cidades ao longo do trecho percorrido, sempre buscando informações que pudessem levar aos locais de possíveis sítios arqueológicos ou vestígios destes. Em parte, o procedimento de campo se baseia nestas informações, pois há muitas áreas que ainda não foram percorridas por arqueólogos ou pesquisadores.

As entrevistas realizadas com os moradores mais antigos (ou seus familiares), possibilitou a identificação de locais com evidências de ocupações, e de outros com potencial arqueológico.

As pesquisas arqueológicas realizadas e as que estão em desenvolvimento na região indicam a existência de um valioso patrimônio relativo às Culturas Arqueológicas (Tradições ceramistas) Aratu, Una e Tupiguarani, e várias Tradições Rupestres: Agreste, São Francisco, Nordeste, Planalto e Astronômica.

Essa variedade de Tradições explica-se devido à Área de Influência Indireta interceptar uma parte do Estado do Tocantins e toda a Bahia de Oeste a Leste, uma grande extensão territorial e cultural, demonstrando o imenso potencial arqueológico e a grande probabilidade de existência de outros sítios arqueológicos além dos verificados em campo. Pode-se constatar, de fato, em muitos locais, sítios arqueológicos inexplorados ou mesmo locais que o meio científico desconhecia, como a grande variedade de abrigos com inscrições rupestres em Aurora do Tocantins.

A Figura 5.3.49 apresenta o Mapa de localização dos sítios arqueológicos visitados e daqueles onde havia informação que permitisse a sua localização geográfica.

A seguir serão relacionados os principais aspectos observados durante os trabalhos de campo, nos 4 trechos percorridos, a saber:

- Trecho percorrido no Tocantins;
- Trecho percorrido na Bahia, entre Luis Eduardo Magalhães e a Serra do Ramalho;
- Trecho percorrido na Bahia, entre São Francisco e Brumado;
- Trecho percorrido na Bahia, entre Tanhaçu e Ilhéus.

TRECHO PERCORRIDO NO TOCANTINS

MUNICÍPIO DE PEIXE

UHE Peixe Angical – Inicialmente realizou-se uma visita ao local, em busca de informações sobre os trabalhos realizados na área pela equipe de arqueologia. A recepção foi boa, mas não seria possível obter informações sem autorização superior. Foi enviada, portanto, correspondência solicitando acesso aos relatórios, porém passaram-se três meses e, até a finalização deste Relatório, não havia sido obtida resposta.

Fazenda Paranã (22L 785110 8649552) – Sr. Carlos Ribeiro Bigarane, 61 anos (18 anos morando no local), relatou a presença de varias urnas funerárias com decoração pintada inteiras, no eixo da barragem de São Salvador e em outros locais próximos. Sr. João Batista Lima, 73 anos (50 no local) – Lembrou da mata “grande” e muita água, diz ter visto alguns fragmentos de cerâmica, “potes”, lâminas de machado “pedra de raio”, dentro da fazenda, mas não se recorda aonde.

Residência do Sr. Moises (22L 787747 8652593) – Sra. Luiza Furtado da Silva, 52 anos – Falou de Petroglifos onde construíram a usina de Peixe Angical.

Fazenda Lamedor Grande (22L 825957 8626421) – Sr. Domingos dos Reis Santana Pereira, 62 anos (33 anos morando no local) – relatou que sentia saudades da água abundante de antes, e “da mata fechada com muito bicho de todo tipo”. Disse que cerâmica e “outras coisas de índio”, “ali ele não tinha visto, só um pouco afastado”, não sabendo precisar onde, talvez a aproximadamente 10 km do local.

MUNICÍPIO DE PARANÃ

Residência do Sr Jaime (23L 186942 8603550) – Sr. Jaime de Souza Benevides, 73 anos – Ex-Prefeito da cidade, disse que os moradores às vezes contavam histórias de “tralha de índio”, não sabe dizer onde, mas em vários locais. Sra. Eone Benevides, 65 anos – Professora, falou do Pai dela, Dr. Quintiliano, primeiro médico da região (1914), que possuía um comércio e ia buscar mercadorias em Belém do Pará de barco. E relatou a passagem de tropeiros até 1955, mas não se lembra dessas “coisas de índio”.

MUNICÍPIO DE TAIPAS

Residência do Sr. Manoel (23L 283413 8651843) – Sr. Manoel Ferreira de Moraes, 76 anos (40 anos morando no local) – Viu painéis de cerâmica inteiras e fragmentos no mato, há muito tempo atrás, quando veio para o local.

Residência do Sra. Maria (23L 283744 8651984) – Sra. Maria Madalena de Silva, 86 anos (74 anos morando no local) – Chegou menina, lembra que só tinham cinco casas, “tudo mato, sempre passava tropa de burro”. Viu muitas “pedras de raio”, e relatou que “às vezes passava índio perto daqui, e ficávamos com medo de levar as crianças”.

Residência do Sr. Arnaldo (23L 284544 8652108) – Sr. Arnaldo Fernando de Oliveira, 71 anos (52 no local) – O avô Domício F. de Oliveira contava que tinha uma aldeia de índio perto, que eles eram amistosos e faziam trabalhos para ele.

MUNICÍPIO DE ARRAIAS (23L 288642 8570465)

No momento que a equipe passou pelo município, uma equipe do NUTA – Núcleo Tocantinense de Arqueologia – realizava um trabalho de resgate em um sítio arqueológico, com várias Urnas Funerárias, e segundo informações do técnico responsável, depois haveria outro sítio a ser explorado dentro do município.

MUNICÍPIO DE LAVANDEIRA

Residência do Sr. Tercilio (23L 336642 8585776) – Sr. Tercilio Pereira Basso, 77 anos, fez referência de uma caverna, em “Muraim”, com Urnas Funerárias dentro, que o mesmo teria visto, sendo que algumas já estavam quebradas, dando para ver os ossos. Narrou que o fato ocorreu há muito tempo.

MUNICÍPIO DE AURORA DO TOCANTINS

Entrevistas realizadas na Pousada França (23L 347057 8594196) – Sr. Valdemar Assis de Souza, 72 anos – fez referência a várias cavernas com desenhos e também de potes de barro, “painéis de índio”, na Fazenda Mangueira. O Sr. Primo de Souza Filho, 77 anos – informou que tinha uma pedra de raio, e viu outras. Tempos atrás, também achou cacos de cerâmica na terra.

Residência do Sr. Anselmo – Grupo Dolina de Espeleologia (23L 347365 8594013) – Sr. Anselmo Rodrigues, secretário do Meio Ambiente de Aurora, é artista plástico e Espeleológico, fazendo um trabalho de preservação e valorização do patrimônio natural e histórico. Já localizou dezenas de cavernas no município, sendo várias com pinturas e também locais com cerâmica e lâminas de machado. Possui algumas peças arqueológicas sob sua guarda.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334
VOLUME 2M – MEIO SOCIOECONÔMICO



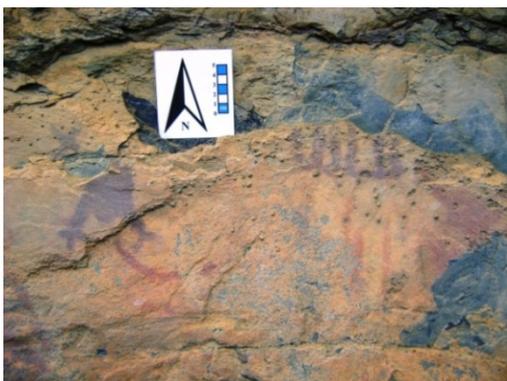
Painéis de pintura rupestre visitados em Aurora do Tocantins



Detalhe da foto anterior, paredão com pinturas isoladas, abrigo do "888"



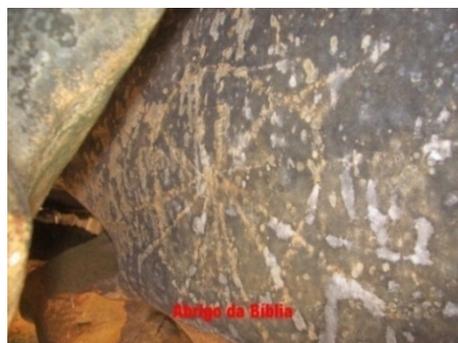
Abrigo "888"



Abrigo WN



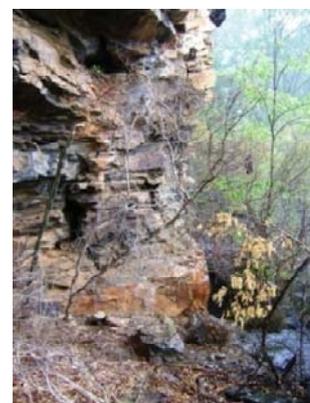
Abrigo do Peixe



Abrigo da Bíblia I



Abrigo da Bíblia I



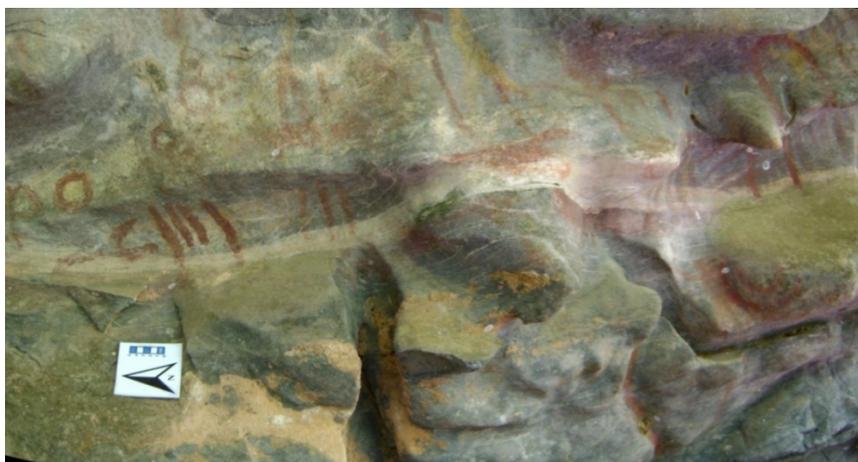
Abrigo WN



Abrigo da Onça



Gruta D – detalhe foto anterior (Gruta da Ferradura Rupestre I, II)



Gruta da Ferradura Rupestre I, II

TRECHO PERCORRIDO NA BAHIA, ENTRE LUIS EDUARDO MAGALHÃES E A SERRA DO RAMALHO

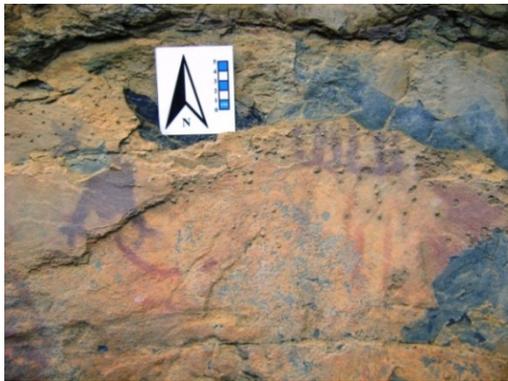
MUNICÍPIO DE BARREIRAS

Museu Barreiras (23L 499260 8637647) – Este museu mantém um acervo com algumas Urnas e sepultamentos (o material é proveniente de Brejolândia, Barreiras, São Desidério, Chapada e Central) e também fotografias de pinturas rupestres da região e de Central (BA), além de recortes de jornal falando do trabalho da Arqueóloga Maria Beltrão.





Abrigo "888".



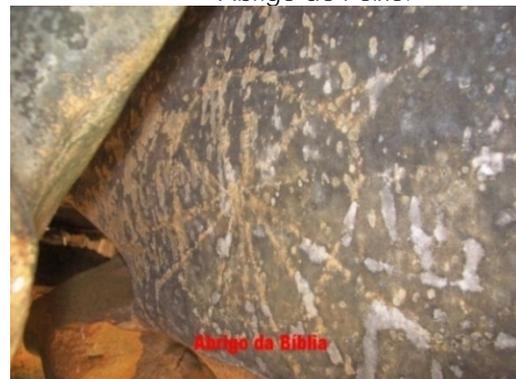
Abrigo WN.



Abrigo do Peixe.

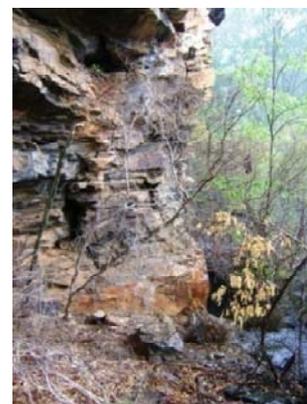


Abrigo da Bíblia I.

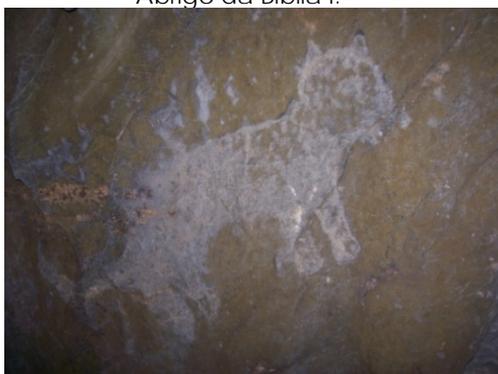




Abrigo da Bíblia I.



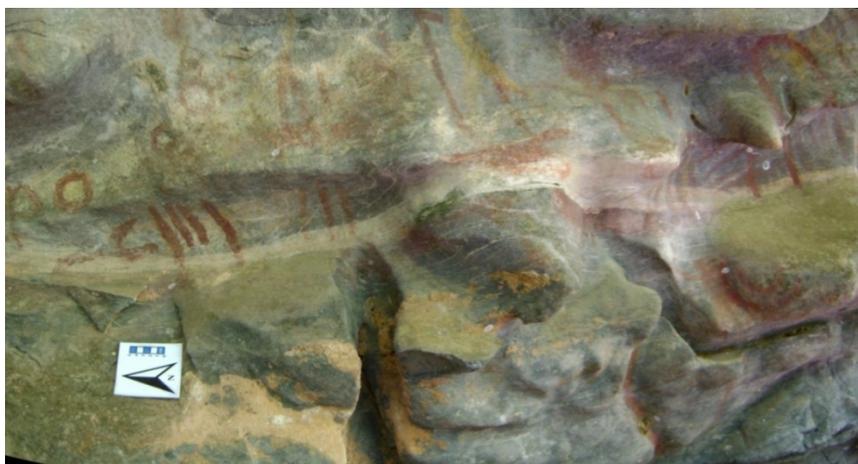
Abrigo WN.



Abrigo da Onça.



Gruta D – detalhe foto anterior (Gruta da Ferradura Rupestre I, II).



Gruta da Ferradura Rupestre I, II.

TRECHO PERCORRIDO NA BAHIA, ENTRE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E A SERRA DO RAMALHO

MUNICÍPIO DE BARREIRAS

Museu Barreiras (23L 499260 8637647) – esse museu mantém um acervo com algumas urnas e sepultamentos (o material é proveniente de Brejolândia, Barreiras, São Desidério, Chapada e Central) e também fotografias de pinturas rupestres da região e de Central (BA), além de recortes de jornal falando do trabalho da Arqueóloga Maria Beltrão.



MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE

Em 1999, a equipe esteve na cidade, a serviço do MAE/UFBA, para a retirada de urnas funerárias que se encontravam em um terreno dentro da cidade, pois

estavam sendo feitas as fundações de algumas casas. Atualmente não se tem notícias de outras ocorrências, e as pessoas consultadas nada sabiam.

MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO

A ida às comunidades ficou impossibilitada, devido ao rio estar alagado e às estradas estarem intransitáveis.

TRECHO PERCORRIDO NA BAHIA, ENTRE SÃO FRANCISCO E BRUMADO

Cabe destacar que alguns entrevistados informaram que, no vale do Rio das Rãs, conhecido na região como Campos de Baixo, está localizado um sítio paleontológico. Eles indicaram que foram construídas “cacimbas” de pedra (onde existem fósseis), para servir como reservatórios de água na época da seca, ocasionando a destruição do material paleontológico.

MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO

Cidade com um patrimônio arqueológico bem preservado. Apresenta local com painéis de pinturas rupestres que pode ser enquadrado na Tradição São Francisco ou na **Tradição Nordeste**, pelo seu estilo¹¹. Há ainda muitos locais que preservam urnas funerárias intactas, e talvez outras evidências. Existem igualmente alguns sítios históricos dentro do município.



Ruínas de uma antiga igreja de Palmas de Monte Alto.



Casa de Pedra - Localizada no alto da serra. Junto a ela, existe um grande muro de pedra.

¹¹ Uma definição fundamentada do estilo requer um estudo específico e detalhado.

Alinhamento de Blocos Calcários (23L 708922 8412816) – Segundo a Arqueóloga Maria Beltrão, esse alinhamento é um Sítio arqueoastronômico e está cadastrado, no SGPA/IPHAN, com nome de Monte Alto.

Sr. Osório “Neco” Nogueira, 55 anos, fez referência à existência de diversas pinturas rupestres em grutas e abrigos na região, e próximas ao morro do “Tuquinha”, no vale do Rio das Rãs, assim como muitos ossos de animais “gigantes”.



Prefeitura Municipal de Palmas de Monte Alto (23L 698570 8421866) – Sr. Plínio Moura, secretário de Agricultura de Palmas de Monte Alto, confirmou a existência de muitos locais com pinturas rupestres e também de uma casa de pedra da época dos “Bandeirantes”.

Residência do Sr. Nilton (23L 697766 8422374) – Prof. Nilton Flávio Azevedo dos Santos, 30 anos, professor de História e conhecedor de quase todos os locais com inscrições rupestres, tem sob sua guarda alguns objetos arqueológicos, expostos abaixo.



Lascas e “Machadão” – Toca dos Tapuios.



Ponta de Lança – Lagoa do arroz.



Duas Machadinhas – Lameirão.



Machado “vermelho” – Fazenda Malhada Grande.





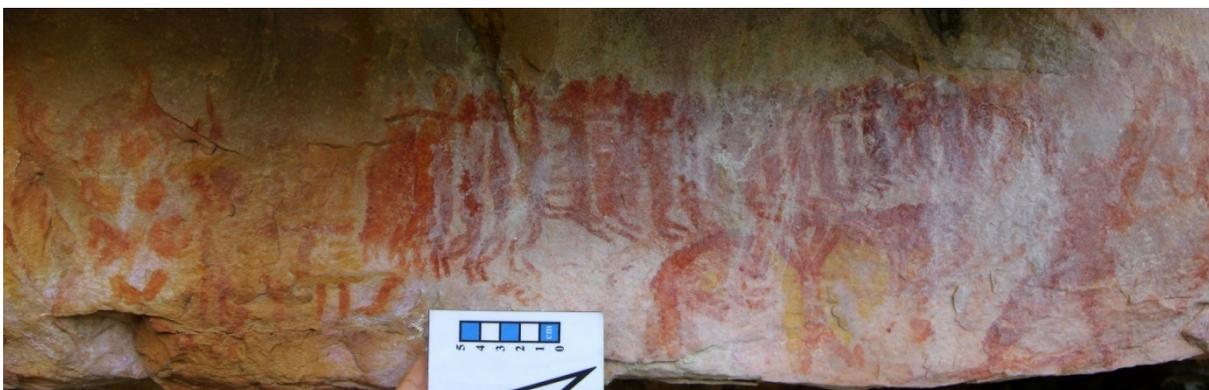
Machados "Pretos" – Fazenda Tocaia.



Fragmentos de fósseis provenientes do vale do Rio das Rãs (Campos de Baixo), retirados próximos ao Morro dos Três Irmãos.



Painéis de Pintura Rupestre encontrados na Serra de Palmas de Monte Alto – Painel I.



Detalhe do painel anterior.



Painéis de Pintura Rupestre encontrados na Serra de Palmas de Monte Alto – Painel com guano.

Os painéis acima foram visitados e localizados uma dezena de outros grandes painéis, além de alguns desenhos menores, isolados. O guia de campo informou que existiam muitos outros, porém estava no início da temporada de chuva, e os acessos eram precários.

MUNICÍPIO DE GUANAMBI

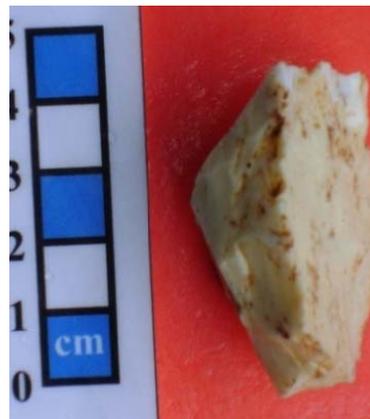
Residência do Sr. Eujácio (23L 711196 8418588) – Sr. Eujácio da Silva, 50 anos, cuida de uma roça na propriedade da Sra. Maria Joana Ferreira Mendes, de onde já foram retiradas duas urnas funerárias (por Joaquim Perfeito da Silva, da UESB). Há informação de que ainda existe uma urna no local para ser estudada, suspeitando-se da existência de outras. No terreno, também foram encontradas diversas machadinhas de pedra e vários fragmentos de cerâmica.



Urna enterrada (23L 711578 8416909).



Fragmentos de cerâmica e uma pré-forma encontrados na superfície.



Fragmentos de cerâmica e uma pré-forma encontrados na superfície.



Toca dos Tapuios (23L 719576 8441039) – Vista geral.

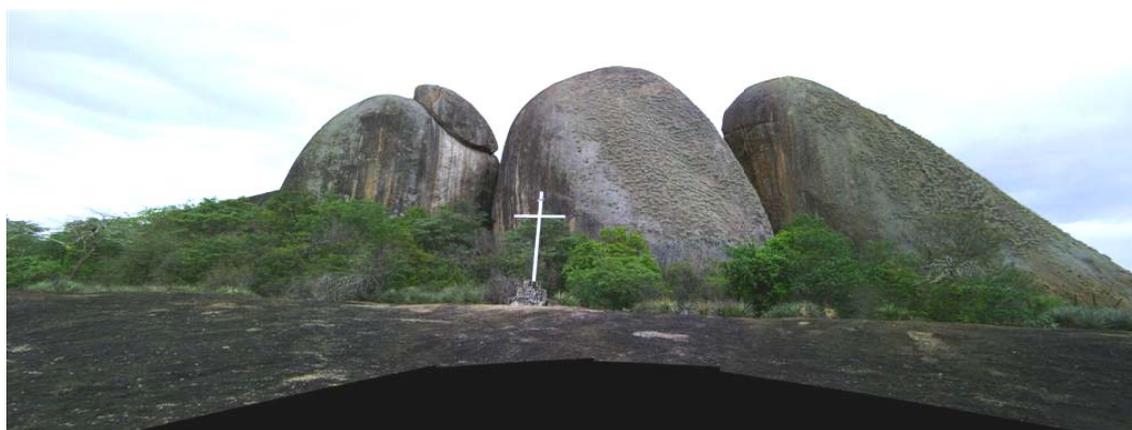


Toca dos Tapuios - Detalhes das pinturas rupestres.

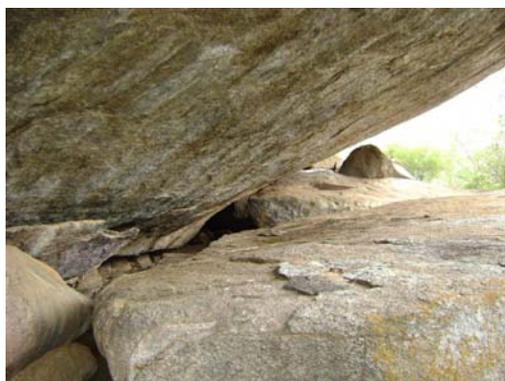
Batedor.

Cacimba do Morro – Residência da Sra. Onélia (23L 738382 8435035) – Sra. Onélia Fiúza da Silva, 46 anos, e Sra. Roseli Fiúza Nascimento (irmãs) falaram de *"quando tinha água abundante, não faltava, tinha muita mata e madeira nobre e também caça"*.

Morro Três Irmãos (23 L 706798 8432008) – Localizado nos "Campos de Baixo", o Morro dos Três Irmãos é um sítio arqueológico e também um depósito Fossilífero da megafauna pleistocênica. No dia da visita, foram encontrados fragmentos de cerâmica e material ósseo em subsuperfície, além das pinturas rupestres.



Morro Três Irmãos.



Detalhes das pinturas rupestres.



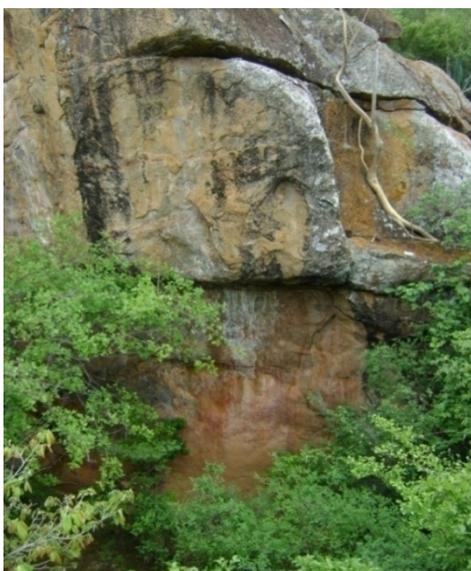
Vestígios encontrados no local.

Morro do Cangulo – Residência da Sra. Julieta (23L 741662 8432113) – Sra. Julieta Lopes dos Santos, 45 anos, está ali faz pouco tempo, mas falou que a vizinha já encontrou “pedra de raio” na plantação, ela conhecia do lugar que ela veio, em Minas Gerais.

Residência do Sr. Isaias – Sr. Isaias Predrosso Lari, 62 anos, falou que, quando criança, brincava junto ao painel da Fazenda Piripiri, e até escavou na sua base “pra saber o que tinha”. Disse, ainda, que encontrou um “pote de cerâmica e ossos” e muitas coisas “sem valor”. Não cavou muito, segundo conta, “só um buraco”, nem quis entrar em mais detalhes.

Residência do Sr. Wladimir (23L 757839 8413616) – Sr. Wladimir Cruz Pinto, 82 anos (62 no local), falou que ainda hoje acha pedaços de cerâmica na terra (uma parte que não entra trator). Antes tinha mais, até machadinhas de pedra achava “por tudo que é lugar”.

Brejinho das Ametistas / Pindaí – Fazenda Piripiri (23L 757615 8413722)



Painel principal Fazenda Piripiri.



Pintura em Painel lateral.



Detalhes do Painel principal.

MUNICÍPIO DE ITAQUARAI

Fazenda Bernardo José – Residência do Sra. Maria (24 L 210129 8447639) – Sra. Maria Amorim dos Santos, 78 anos, falou que, no “Cercado do Areão” (um local próximo), ainda acha cerâmica, e também na comunidade Correia.

Comunidade Correia – Igreja de São João de Correia – Quando a comunidade foi visitada, os moradores estavam ausentes.

Sussuarana – Residência do Sr. Edvaldo (24L 261627 8433509) – Sr. Edvaldo Almeida Oliveira, 75 anos, dono de um ferro-velho, anda muito por todos os locais, já viu machados de pedra e cerâmica na comunidade.

TRECHO PERCORRIDO NA BAHIA, ENTRE TANHAÇU E ILHÉUS

Esse trecho foi pouco produtivo em relação à localização de sítios arqueológicos, pois quase não foram encontradas pessoas antigas nos locais percorridos. As poucas pessoas entrevistadas, porém, deram informações relevantes.

UHE PEDRA (24L 366973 8466293) – A usina foi construída antes da legislação ambiental. Os funcionários informaram que não havia sido realizado qualquer trabalho relacionado à arqueologia no local.

Residência da Sr. Juvêncio (24L 365908 8466168) – Sr. Isidro Silva, 78 anos e Sr. Juvêncio Rodrigues da Silva, 90 anos, são cunhados, lembraram de que, há muito tempo, eles viram machados de pedra, próximo à comunidade.

Ipiaú – Residência do Sr. Antônio (24L 415168 8443706) – Sr. Antônio Nunes dos Santos, 87 anos, viu “muita cerâmica, machadinhas de pedra e até cachimbo de barro” quando trabalhava na roça de cacau. Afirma que ainda hoje há objetos no local chamado “Taraçanga”, próximo à sua residência.

Comunidade Banco Central – Residência do Sr. Emetério (24L 456731 8402370)
– Sr. Emetério José dos Santos, 78 anos, quando era mais jovem, viu tirarem uma urna inteira, pois estava no local em que iria ser construída a sede da fazenda. Depois de retirada, ela foi toda quebrada, porque achavam que havia ouro dentro. Na verdade, havia um sepultamento inteiro com ferramentas de pedra e um machado. Narrou também que acharam outras “coisas de índio” em vários locais na comunidade.

FIGURA 5.3.49 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

▪ **ÁREAS DE VALOR HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO**

De acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. O patrimônio cultural se divide em dois grandes conjuntos: o Patrimônio Material e o Imaterial.

Segundo a UNESCO, por Patrimônio Cultural Imaterial, entendem-se "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Por sua vez, o patrimônio material é composto pelo conjunto de bens culturais, que são classificados segundo sua natureza e, com base nessa, registrados em Livros específicos, que, no conjunto, formam os Livros do Tombo, sejam eles: i) Livro Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; ii) Livro Histórico; iii) Livro das Belas Artes; iv) Livro das Artes Aplicadas. Esses bens são divididos em bens imóveis (como, por exemplo, os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e bens móveis (como, por exemplo, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

A identificação e mapeamento do Patrimônio Histórico Cultural presente na All foram feitos com base no levantamento dos registros do Arquivo Noronha Santos, no qual está disponível a base de dados dos bens inscritos nos Livros do Tombo, do IPHAN¹².

Foram levantadas, também, as listas dos bens registrados: i) no Censo Cultural da Bahia, realizado entre o período de 2002 a 2006, em 417 municípios do estado, e disponibilizado pela Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia¹³; ii) pela Fundação Cultural Tocantins¹⁴; iii) pela Associação Goiana de Municípios¹⁵.

A pesquisa contou, ademais, com entrevistas com a população local durante a pesquisa de campo, durante a qual foi possível identificar evidências de bens imateriais do patrimônio histórico cultural dos municípios que compõem a All, muito embora a maioria desses não esteja registrada e tombada.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NA AII – MUNICÍPIOS DO TOCANTINS E GOIÁS

Nos municípios da Área de Influência dos estados do Tocantins e de Goiás, não constam bens históricos e culturais nos Livros do Tombo do Arquivo Noronha

¹² Disponível em: <www.iphan.gov.br>

¹³ Disponível em: <www.censocultural.ba.gov.br>

¹⁴ Disponível em: <www.cultura.to.gov.br>

¹⁵ Disponível em: <www.agm-go.org.br>

Santos do IPHAN. Dentre os municípios da AII no Tocantins, apenas os de Arraias e Paranã são citados pela Fundação Cultural Tocantins como possuidores de patrimônio cultural. A seguir, são apresentados esses e ainda os do município de Campos Belos, em Goiás.

Arraias

No município de Arraias, a Fundação Cultural de Tocantins registra o “Entrudo”, a dança de São Gonçalo e a Sússia. No “Entrudo”, durante o Carnaval, a tradição é chamar para a folia batendo de porta em porta, entrando nas casas e, ao mesmo tempo, molhando com água as pessoas convidadas.

Na dança de São Gonçalo, manifestação de caráter religioso, ocorre o agradecimento a uma graça alcançada. A música tem a presença de violeiros e, nos passos de dança, são típicos as palmas e sapateados.

A Sússia, também conhecida como Suça, é uma dança folclórica, na qual homens e mulheres, acompanhados de música tocada em tambores e em cuícas, bailam em círculos. Uma manifestação de origem africana, a Sússia está presente não só em Arraias, mas também em outros três municípios da Área de Influência do Tocantins: Conceição do Tocantins, Peixe e Paranã.

Paraná

No município de Paranã, além do patrimônio cultural imaterial descrito na dança Sússia, a Fundação Cultural de Tocantins lista, entre o patrimônio cultural material, dois casarões datados da segunda metade do século XIX e a antiga cadeia, datada do início do século XX.

Campos Belos

No município de Campos Belos, a Associação Goiana de Municípios lista bens culturais imateriais, destacando o Carnaval e a Festa da Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NA AII – MUNICÍPIOS DA BAHIA

O estado da Bahia tem uma posição de destaque, no que se refere ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. O início do povoamento do que mais tarde se tornaria o estado da Bahia data do ano de 1534, e por aproximadamente dois séculos, Salvador, capital do Estado, foi também a capital do País. Paralelamente à importância histórica, é um Estado rico em tradições, festas populares, sejam essas de natureza profana ou religiosa, e em manifestações artísticas e socioculturais.

A importância histórica do estado se reflete no patrimônio material protegido pelo IPHAN, em que estão registrados 173 bens tombados, número superado somente pelos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, de, respectivamente, 217 e 204 bens tombados. No que tange ao patrimônio imaterial, vale registrar a votação, em 15 de julho de 2008, da capoeira, forma de expressão fortemente associada à Bahia, como patrimônio cultural brasileiro.

Especificamente nos municípios da All no estado da Bahia, existem dois bens materiais tombados pelo IPHAN, ambos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: i) a Capela de Nossa Senhora de Santana, localizada no município de Ilhéus; ii) a Gruta de Mangabeira, localizada no município de Ituaçu.

A Capela de Nossa Senhora de Santana é o monumento mais antigo subsistente em Ilhéus, tendo sido construída no século XVII. A capela pertenceu à família de Mem de Sá e trata-se de um importante imóvel, tanto no que diz respeito ao valor histórico, quanto às suas características arquitetônicas. É uma capela rural, construída em alvenaria de pedra e cal, com sua planta formada por nave única, capela-mor e pequena sacristia, além do alpendre que dá acesso à capela. Seu interior é pobre, sem forro ou decoração. Existem, na sacristia, nichos e uma janela com conversadeira.

O outro bem tombado pelo IPHAN, localizado na All e pertencente ao município de Ituaçu, a Gruta da Mangabeira, está situado na Serra do Sincorá. A gruta possui aproximadamente cinco quilômetros e meio de galerias de alturas variáveis, e estalactites e estalagmites em grande quantidade e diversidade de formas. A gruta apresenta também enorme potencial paleontológico, conforme estudos realizados pelo Museu Nacional. Encontra-se, ainda, na entrada para a gruta, um santuário que é motivo de grande e permanente afluência deromeiros, e que pertence à Diocese de Caetité.

Em adição aos dois bens materiais tombados pelo IPHAN e pertencentes aos municípios na All, o Censo Cultural da Bahia identifica diversos bens materiais representativos da história e da cultura dessas cidades. Os bens representativos incluem, entre outros: igrejas, praças, sobrados, casarões, fazendas, prefeituras, câmaras municipais e avenidas.

Dos setenta e um municípios da All no estado, em mais da metade desses, o Censo Cultural da Bahia registra bens históricos datados do século XIX ou anteriores a esse período (Tabela 5.3.104). Dentre os municípios com bens históricos anteriores ao século XX, Caetité e Livramento de Nossa Senhora possuem a amostra mais representativa, cada município com doze bens datadas do século XIX.

O Censo Cultural da Bahia também registra na All, além dos bens listados pelo IPHAN, doze bens representativos protegidos por tombamento. Esse tombamento, diferentemente dos realizados pelo IPHAN, pode ocorrer em esfera estadual ou municipal. Esses doze bens tombados identificados no censo estão distribuídos em quatro municípios da All, a saber: Aurelino Leal, Caetité, Ibiassucê e Ilhéus. Caetité, com oito sítios registrados, é a cidade com maior número de bens tombados.

TABELA 5.3.104 – BENS REPRESENTATIVOS DA CULTURA E DA HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	TOTAL	TOMBADOS	PERÍODO (SÉCULO)		
			XX	XIX	anterior
Aiquara	3	0	1	2	0
Aracatu	1	0	0	0	1
Aurelino Leal	17	2	16	1	0
Barra da Estiva	5	0	4	1	0
Barra do Rocha	4	0	4	0	0
Barro Preto	5	0	5	0	0
Barreiras	23	0	14	8	1
Bom Jesus da Lapa	4	0	2	2	0
Brumado	8	0	2	6	0
Caetité	16	8	2	12	2
Carinhanha	3	0	2	1	0
Contendas do Sincorá	0	0	0	0	0
Coribe	0	0	0	0	0
Caculé	0	0	0	0	0
Correntina	2	0	1	1	0
Dom Basílio	4	0	2	2	0
Gongogi	2	0	2	0	0
Guanambi	7	0	4	3	0
Ibassucê	2	1	0	2	0
Ibirapitanga	1	0	1	0	0
Ilhéus	12	2	4	4	4
Ipiaú	0	0	0	0	0
Igaporã	0	0	0	0	0
Iramaia	17	0	15	2	0
Itabuna	15	0	12	3	0
Itacaré	1	0	0	0	1
Itagi	1	0	1	0	0
Itagibá	8	0	8	0	0
Itajuípe	12	0	12	0	0
Ituaçu	6	0	3	3	0
Jaborandi	0	0	0	0	0
Jequié	5	0	3	2	0
Jitaúna	1	0	1	0	0
Lagoa Real	1	0	1	0	0
Livramento de Nossa Senhora	13	0	0	12	1
Luis Eduardo Magalhães	1	0	1	0	0
Malhada	3	0	0	3	0
Manoel Vitorino	0	0	0	0	0
Maracás	4	0	2	1	1
Maraú	19	0	17	0	2
Matina	0	0	0	0	0
Mirante	5	0	0	4	1
Palmas de Monte Alto	8	0	0	7	1
Pindaí	2	0	1	0	1

MUNICÍPIO	TOTAL	TOMBADOS	PERÍODO (SÉCULO)		
			XX	XIX	anterior
Riacho de Santana	7	0	5	2	0
Rio do Antônio	2	0	1	1	0
Santa Maria da Vitória	8	0	3	4	1
Santana	2	0	2	0	0
Serra do Ramalho	2	0	2	0	0
São Desidério	5	0	5	0	0
São Félix do Coribe	2	0	1	1	0
Tanhaçu	1	0	1	0	0
Ubatuba	10	0	10	0	0
Ubatã	6	0	5	1	0
Uruçuca	3	0	3	0	0
TOTAL	289	13	181	91	17

Fonte: Elaboração Oikos, a partir do Censo Cultural da Bahia (2002-2006).

Diferentemente do patrimônio cultural material, imóvel descrito acima e presente em localidades específicas da All, o patrimônio cultural imaterial inclui práticas, representações e expressões presentes em diversos municípios e regiões. Os bens imateriais representativos abrangendo a All incluem a capoeira, o Carnaval, reisado, benzedeiros e rezadeiras, quadrilha e romarias. Abaixo, segue uma descrição dessas manifestações e sua significância no âmbito dos municípios da All situados no estado da Bahia.

Capoeira

A capoeira é uma expressão cultural nacional que mistura luta, dança e música. Sua origem está fortemente associada à Bahia, posto que a origem das duas principais escolas, a capoeira regional e a capoeira angola, remontam, respectivamente, ao Mestre Bimba e ao Mestre Pastinha, ambos naturais de Salvador. A capoeira foi tombada pelo IPHAN, em 15 de julho de 2008, como patrimônio cultural brasileiro, sendo registrados a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira.

A presença de grupos de capoeira nos municípios da All mensurada pelo Censo Cultural da Bahia é significativa. O total de grupos distribuídos pelos municípios é de 58 unidades e, dos 50 municípios, apenas 15 não possuem grupos listados (Tabela 5.3.105).

Carnaval

O Carnaval, maior festa popular do país e caracterizado na Bahia pela participação dos foliões nas ruas, ocorre anualmente, nos meses de fevereiro ou março. Especificamente em Salvador, a origem do trio elétrico, na década de 1950, impulsionou a festa popular, transformando o carnaval em um evento do qual participam milhares de pessoas. O surgimento do trio elétrico também impulsionou

os carnavais fora de época, tradicionais em diversas cidades do interior do estado da Bahia.

Durante os dias de Carnaval, usualmente em fevereiro, o carnaval na Bahia fica fortemente concentrado em Salvador. No interior, nos municípios da All do estado, merecem destaque Barreiras, Brumado e Ilhéus. Os carnavais fora de época têm tradição em Itabuna, Guanambi e também em Ilhéus. No total dos municípios da All, o Censo Cultural da Bahia registra 17 cidades com grupos carnavalescos organizados.

Festa de São João

A Festa de São João, tradição trazida ao Brasil pelos portugueses e caracterizada por músicas, danças e comidas típicas, tem grande presença no interior do estado da Bahia. Diferentemente do Carnaval, em que a grande referência é a capital, Salvador, as festas de São João são típicas do interior.

Praticamente a totalidade dos municípios da All celebra a Festa de São João, em datas distribuídas ao longo do mês de junho. Em Jequié, a comemoração do São João é bastante tradicional, recebendo, em média, 40 mil visitantes a cada ano.

Reisado

O Reisado, de origem portuguesa, celebra o nascimento do Menino Jesus e o Dia de Reis. Atualmente ocorre tanto entre o período de 25 de dezembro a 6 de janeiro, como também em outras épocas do ano. Um grupo formado por músicos, cantores e dançarinos, todos trajando muitos adereços, anunciam pela cidade a chegada do Menino Jesus. É uma manifestação folclórica presente em muitos estados, como, por exemplo, Minas Gerais e São Paulo, e de grande tradição nos estados do Norte e do Nordeste.

A presença de grupos de Reisado é bastante expressiva nos municípios da All do estado da Bahia. O Censo Cultural registra a presença de 59 grupos distribuídos em 26 municípios, dentre os quais, a cidade de Guanambi, com 20 grupos registrados, é a mais relevante. Em Guanambi, realiza-se anualmente o Festival de Reisado de Morrinhos, festival de referência na região e que tem a participação de grupos do próprio município e de municípios vizinhos.

Além do reisado, embora em menor frequência, estão presentes diversas outras formas de manifestação folclórica nos municípios da All. Algumas dessas manifestações, listadas no Censo Cultural da Bahia, são: Bumba-meu-boi, Marujada e Dança de São Gonçalo.

Benedeiras e Rezadeiras

Benedeiras e rezadeiras são indivíduos, mais comumente do sexo feminino, que praticam a cura por meio de rezas, bênçãos e, por vezes, da utilização de ervas com propriedades medicinais. O Censo Cultural da Bahia registra sua presença em diversos municípios, como, por exemplo, Guanambi, Iramaia, Itagi, Itagibá, Malhada e Ubaitaba.

Romarias

A romaria é uma jornada religiosa empreendida por fiéis a uma igreja ou a um determinado local, para a realização de agradecimentos, confissões, orações e cumprimento de promessas.

O município de Bom Jesus da Lapa, situado na AII, é local da segunda maior festa religiosa do país, atraindo anualmente 350 mil fiéis para a romaria do Bom Jesus, que ocorre em agosto de cada ano. Outro município importante é o de Ituaçu, palco da tradicional romaria à Gruta da Mangabeira, que reúne aproximadamente 60 mil fiéis a cada ano.

TABELA 5.1.105 – MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ARTÍSTICAS NA AII

MUNICÍPIO	GRUPO CAPOEIRA	GRUPO CARNAVAL	GRUPO FOLCLÓRICO		BENZEDEIRAS REZADEIRAS
			Reisado	Outros	
Aiquara	-	-	1	-	1
Aracatu	-	-	2	-	2
Aurelino Leal	1	-	-	-	-
Barra da Estiva	-	1	-	-	5
Barra do Rocha	2	1	-	1	-
Barro Preto	1	-	-	-	-
Barreiras	2	5	2	3	4
Bom Jesus da Lapa	1	-	-	2	-
Brumado	3	2	1	-	2
Caetité	1	2	3	-	2
Caculé	2	2	2	-	-
Carinhanha	2	2	1	1	-
Contendas do Sincorá	1	-	-	-	-
Coribe	-	-	-	-	-
Correntina	2	1	1	-	4
Dom Basílio	1	-	1	-	5
Gongogi	1	-	-	-	3
Guanambi	2	3	20	1	9
Ibiassucê	1	-	2	-	3
Ibirapitanga	1	-	-	-	-

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334

VOLUME 2M – MEIO SOCIOECONÔMICO

MUNICÍPIO	GRUPO CAPOEIRA	GRUPO CARNAVAL	GRUPO FOLCLÓRICO		BENZEDEIRAS REZADEIRAS
			Reisado	Outros	
Ilhéus	2	4	-	1	-
Ipiaú	4	-	-	-	-
Iramaia	-	-	-	-	9
Itabuna	3	4	-	-	1
Itacaré	2	1	-	-	-
Itagi	1	-	2	2	6
Itagibá	2	-	-	3	8
Itajuípe	2	2	-	-	4
Ituaçu	-	-	-	-	-
Jaborandi	-	-	-	-	3
Jequié	4	3	2	6	-
Jitaúna	1	-	-	-	-
Lagoa Real	1	-	-	-	-
Livramento de N. Senhora	2	-	1	-	2
Luis Eduardo Magalhães	2	-	-	1	3
Malhada	1	1	3	1	6
Manoel Vitorino	1	-	1	1	-
Maracás	2	-	1	-	1
Maraú	-	-	-	-	-
Mirante	-	-	1	-	3
Palmas de Monte Alto	-	-	1	-	4
Pindaí	1	-	1	-	-
Riacho de Santana	-	-	-	-	-
Rio do Antônio	-	-	5	2	1
Santa Maria da Vitória	1	2	2	-	2
Santana	1	-	-	-	1
Serra do Ramalho	-	2	1	2	3
São Desidério	1	-	1	-	1
São Félix do Coribe	-	-	1	1	-
Tanhaçu	-	-	-	-	-
Ubatiba	3	-	1	-	-
Ubatã	-	1	-	-	6
Uruçuca	3	-	-	-	-
TOTAL	64	39	60	28	104

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir do Censo Cultural da Bahia (2002-2006).

▪ **TURISMO**

No Tocantins, a Área de Influência está incluída (segundo a ADTUR) na região das Serras Gerais. O segmento de maior expressão é o “turismo cultural”, polarizado pela cidade de Taguatinga. As cavalhadas, uma reprodução de batalhas medievais entre mouros e cristãos, acontece durante a Festa de Nossa Senhora d’Abadia, padroeira da cidade.

Ocorre, ainda, o segmento “sol e praia” em Peixe, na Praia da Tartaruga, às margens do Rio Tocantins. A Praia da Tartaruga é uma ilha que se forma quando as águas do Rio Tocantins baixam e aparece um imenso tapete de areia fina, com aproximadamente dois quilômetros quadrados de extensão.

O último segmento expressivo é o de “turismo de negócios”, representado pela Exposição Agropecuária de Gurupi, organizada pelo Sindicato Rural, que ocorre anualmente no Parque Agropecuário Antônio Lisboa da Cruz. A exposição dura duas semanas e, além de atrações como vaquejadas, rodeios e shows artísticos, conta com estandes com amostra de produtos fabricados e comercializados na região e equipamentos.

Na Alil baiana, os principais segmentos são o “ecoturismo e o turismo de aventura”; o turismo “de negócios”; o turismo “cultural e religioso”; o turismo de “sol e praia”.

O segmento do “ecoturismo e o turismo de aventura” está presente no oeste baiano, onde existem grutas, cachoeiras e rios nos municípios de Barreiras, Correntina e São Desidério. Em Correntina, banhada pelo Rio Corrente, além de rios e cachoeiras, existe a opção por atividades de trekking na caatinga. Na região Serra do Espinhaço, o município de Livramento de Nossa Senhora, localizado ao sul da Chapada Diamantina, também se destaca pelo ecoturismo e a presença de cachoeiras.

No campo de turismo de negócios, o município de Luís Eduardo Magalhães é um dos cinco municípios do país que recebem o Agrishow, um dos maiores eventos de equipamentos de alta tecnologia, destinado ao agronegócio no país.

Na região Bacia do São Francisco está localizado o município de Bom Jesus da Lapa, conhecido por sediar um dos maiores eventos religiosos do país. O período de maior visitação é entre julho e setembro, período no qual o município recebe até 700 mil turistas para a peregrinação religiosa no Morro da Lapa. A romaria de Bom Jesus é o maior evento, congregando milhares de fiéis a cada ano, durante o mês de julho.

Na região Mata Atlântica, os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca apresentam opções de ecoturismo e fazem parte do destino “Costa do Cacau”, onde se incluem nas opções de turismo o ambiente natural, assim como as referências históricas (casarões, igrejas e fazendas) e as áreas produtoras de cacau. Dentre os três municípios, Itacaré é o município no qual o turismo tem a maior relevância econômica.

O traçado da Ferrovia não interfere nos locais de turismo e lazer da Área de Influência.

5.3.10 – SÍNTESE

▪ O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A **Área de Influência da Ferrovia Leste Oeste**, definida, a oeste, pelo município de Figueirópolis (TO) e, a leste, pelo município de Ilhéus (BA), estende-se por 1.483 km e **caracteriza-se pela acentuada diversidade entre as seis regiões que a compõe**: Sul Tocantinense, Oeste Baiano, Bacia do São Francisco, Serra do Espinhaço, Médio Rio de Contas e Mata Atlântica.

A evolução e a diversidade socioeconômica entre as regiões estão relacionadas a um conjunto de fatores que, dependendo do caso, apresentam diferentes graus de importância. Entre esses fatores, pode-se destacar: i) o processo de ocupação; ii) a evolução e amplitude da rede de transportes; iii) as aptidões e atividades econômicas centrais; iv) a efetividade e o caráter das políticas públicas.

O processo de ocupação da Área de Influência teve origem no litoral do estado da Bahia. De fato, na região da Mata Atlântica, é onde se encontra a maior densidade populacional e é onde se localizam os municípios mais antigos da Área de Influência, como, por exemplo, Ilhéus, fundado em 1534. Economicamente, a região da Mata Atlântica teve um expressivo crescimento com o cultivo do cacau, implantado em meados do século XVIII e expandido durante os séculos XIX e XX.

Nas regiões do Médio Rio de Contas, Serra do Espinhaço e Bacia do São Francisco, a transição para uma vegetação de Caatinga e um regime hídrico de menor volume limitaram historicamente o desenvolvimento agrícola, ficando esse, em geral, limitado à pecuária de baixa produtividade. Além da agricultura, a mineração teve importância na Serra do Espinhaço, com a exploração de diamantes e ametista a partir do século XVIII.

A região do Oeste Baiano, a oeste do Rio São Francisco e conhecida por “Gerais”, teve no próprio rio uma linha divisória intrarregional, a qual, somada à distância aos grandes centros do Brasil colonial, limitou a ocupação humana até recentemente. No final do século XX, a expansão da fronteira agrícola e a introdução da cultura de grãos, sobretudo a soja, redefiniram a dinâmica econômica local.

A região Sul Tocantinense, caracterizada historicamente por atividades agropastoris, com limitada ocupação humana, e, em determinado momento, por atividades de mineração, foi, em meados do século XX, fortemente impactada pelas políticas nacionais de integração do interior e, sobretudo, pela transferência da capital do país para o centro do Brasil.

▪ ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A região Sul Tocantinense não apresenta grandes obstáculos demográficos. Além do traçado não interceptar áreas urbanas, transcorre em uma área rural de baixa densidade populacional. No oeste baiano, a densidade demográfica rural também é baixa, favorecendo a implantação da Ferrovia. Nos cinco municípios incluídos na All, no oeste baiano, prevalece a ocupação por grandes fazendas, onde são produzidos, principalmente, soja, milho e algodão, com pouco emprego de mão de obra, o que explica os baixos valores de densidade rural todos próximos a 1,0 hab./km².

Na Bacia do São Francisco, a implantação da Ferrovia encontra os maiores obstáculos demográficos. Com o término do planalto das “Gerais”, além do relevo relativamente mais acidentado que conduz ao Vale do Rio São Francisco, o traçado intercepta a periferia de áreas urbanas em Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, e cruza áreas rurais mais densamente povoadas.

Na Serra do Espinhaço e na região de Médio Rio de Contas o relevo condiciona a presença da pecuária e da agricultura praticada em propriedades menores.

Na Mata Atlântica, observa-se a maior densidade total, 92,6 hab./km², e também a maior densidade rural, 21,8 hab./km². Contribui, nesse sentido, o histórico de ocupação e as atividades econômicas ali desenvolvidas

O crescimento demográfico anual da All, entre 2000 e 2007, foi abaixo da média nacional, 0,8% ao ano (a.a.) contra 1,2% a.a., e inferior às médias para os estados da Bahia (1,1%) e Tocantins (1,0%). Taxas de crescimento abaixo das médias estaduais apontam para uma dinâmica populacional centrada no crescimento vegetativo da população. Apenas no oeste baiano a tendência é diferente. Com acentuada expansão da atividade econômica e capacidade de atração de migrantes, atingiu um crescimento demográfico anual de 3,2% no período 2000/2007.

Não há, portanto, pressão demográfica e fluxos migratórios significativos que possam atuar, de forma sinérgica, à implantação da Ferrovia. E também o aumento provocado pelo afluxo de trabalhadores não será suficiente para desestabilizar a demanda por serviços e infraestrutura.

▪ AS PRESSÕES PRODUTIVAS

Além de apresentar um nível de produção médio relativamente baixo, em consistência com a diversidade observada na ocupação e na demografia da Área de Influência, a produção e a estrutura produtiva também são distribuídas de forma heterogênea. As regiões com o PIB *per capita* mais baixo, a Bacia do São Francisco (R\$ 2,0 mil) e a Serra do Espinhaço (R\$ 1,9 mil), têm um PIB *per capita* aproximadamente 4,5 vezes menor do que o da região Oeste Baiano (R\$ 9,2 mil). As

principais características produtivas de cada região da Área de Influência estão indicadas a seguir.

A região Sul Tocantinense apresenta o segundo maior PIB *per capita* da Área de Influência (R\$ 5,4 mil) e tem a maior parte de suas atividades econômicas concentradas no município de Gurupi, o qual corresponde a 46,3% do PIB da região. Em termos relativos, o maior destaque da região Sul Tocantinense é a produção industrial, responsável por 33,0% do PIB da região. Além da importância da indústria em Gurupi, a qual é fortemente concentrada em unidades de abate e corte de carnes e em beneficiamento de grãos, a presença da usina hidrelétrica de Peixe Angical, no município de Peixe, contribui na participação significativa da indústria no PIB da região. O outro setor relevante do sul tocantinense, e uma constante na maior parte da Área de Influência, é o setor agropecuário. No setor agropecuário do sul tocantinense, se observa a pecuária bovina e, em menor escala, a soja.

O oeste baiano é a região com o maior PIB *per capita* da Área de Influência (R\$ 9,2 mil). A região apresenta elevada geração de riqueza e detém a maior taxa de crescimento econômico, consequência direta da intensa expansão das lavouras de soja, algodão e milho. O desenvolvimento de variedades adaptadas às baixas latitudes, as condições geográficas propícias de relevo e regime hídrico, e um crescimento contínuo do preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional permitiram que o oeste baiano se tornasse um centro produtor de importância no cenário nacional do agronegócio. Em termos setoriais, a produção agropecuária responde pela maior parcela do PIB da região (41,0%), sendo a base produtiva e de renda dos seus municípios. Nos outros setores da economia, em Barreiras, o maior município da região, se destaca o setor de serviços; enquanto, em Luís Eduardo Magalhães, o segundo maior município de região, se destaca o setor da indústria. Em ambos os municípios, esses setores estão fortemente atrelados à cadeia do agronegócio.

A Bacia do São Francisco apresenta o menor PIB *per capita* da Área de Influência (R\$ 2,0 mil). Na região, não só os municípios pequenos têm um PIB *per capita* reduzido, mas os municípios mais populosos, Guanambi e Bom Jesus da Lapa, também apresentam PIB *per capita* baixos (R\$ 2,6 mil e R\$ 2,2 mil, respectivamente). Em termos setoriais, a participação do setor agropecuário na produção total da região (15,0%) só é inferior à do oeste baiano (41,0%). A participação do setor agropecuário é três vezes maior do que a média do país, e a região possui o segundo maior rebanho bovino da Área de Influência. Outro setor importante, a administração pública, corresponde a 22,0% do PIB, maior do que a média da Área de Influência (14,0%) e maior do que a média nacional (13,0%). A grande participação relativa do setor da administração pública corresponde, em parte, à ausência de um setor produtivo privado mais desenvolvido.

A Serra do Espinhaço, juntamente com a Bacia do São Francisco, apresenta um PIB *per capita* baixo, o segundo menor da Área de Influência (R\$ 1,9 mil). Na região, o município de Brumado corresponde a 39,6% da produção e se destaca

por apresentar o PIB per capita mais elevado (R\$ 3,3 mil). Em Brumado, a participação da indústria corresponde a 30,0% do PIB do município, uma participação maior do que a média da Área de Influência (17,0%), do estado da Bahia (28,0%) e do país (25,0%). A maior participação da indústria se deve à presença de empresas na área de mineração e cerâmica, uma característica do município e da região. A participação do setor agropecuário corresponde a 11,0% do PIB regional, devido principalmente aos municípios de Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real e Livramento de Nossa Senhora. Nesses municípios, a participação do setor agropecuário varia entre 19,0% (Lagoa Real) e 26,0% (Dom Basílio) do PIB municipal. Dom Basílio é um importante produtor de frutos em nível nacional.

O Médio Rio de Contas apresenta PIB per capita maior que as duas últimas regiões (R\$ 3,3 mil) e uma forte concentração das atividades econômicas no município de Jequié, o qual detém uma participação de 76,8% do PIB regional. Jequié é um importante centro de comércio e de serviços, setores que contribuem com 72,0% do PIB do município, participação maior do que a média do setor de serviços da região (64,0%), da Área de Influência (51,0%) e do país (57,0%). Além da forte presença do setor terciário, Jequié também é sede de um distrito industrial relevante, com fábricas de alimentos, calçados e confecções, exercendo a função de pólo sub-regional. No setor agropecuário da região, o município de Barra de Estiva tem uma forte atuação no cultivo de café. Localizado a cerca de 1.000 metros de altitude, o município é o sexto maior produtor de café do estado da Bahia, sendo o setor agropecuário responsável por 40,0% do PIB do município.

A região Mata Atlântica possui o maior PIB (R\$ 2,4 bilhões) e o terceiro maior PIB per capita (R\$ 3,6 mil) da Área de Influência. Apesar do histórico de produção cacauera, a região é a que apresenta a menor participação do setor agropecuário (4,0%) da Área de Influência, sendo a participação dos setores no valor adicionado da produção bastante semelhante ao que se observa em nível nacional. Isto é, o setor de serviços tem a maior participação no PIB regional, seguido da indústria, da administração pública e, por último, do setor agropecuário. Os dois maiores municípios da região, Ilhéus e Itabuna, são também os que apresentam os maiores PIB per capita (R\$ 4,7mil e R\$ 4,6 mil, respectivamente), os maiores PIB municipais (R\$ 1,0 bilhão e R\$ 972,7 milhões, respectivamente) e, juntos, concentram 82,7% do PIB da região. No município de Ilhéus, em termos relativos, destaca-se o setor da indústria, com 32,0% de participação no PIB do município, onde existe forte presença das indústrias processadoras do cacau. E em Itabuna, mesmo com a indústria sendo o segundo setor de maior participação no PIB municipal (16,0%), a grande referência é o setor de serviços, o qual contribui com 70,0% do valor adicionado à produção no município.

▪ EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE

Como consequência, no que diz respeito aos grupos sociais e às suas expectativas com relação ao Empreendimento, avaliaram-se:

- No caso dos grupos sociais formados pelos empresários ou grupos empresariais que conduzem atividades produtivas em grande escala e com maior intensidade de capital, bem como do grupo de pequenos e médios empresários, as expectativas são muito positivas. Isso porque se julga que o Empreendimento poderá, por um lado, facilitar o escoamento da produção, em especial seu deslocamento para os locais de exportação, e, por outro, trazer maior dinamismo econômico à região como um todo, favorecendo, de tal modo, seus negócios e estimulando, inclusive, a efetivação de projetos de ampliação e diversificação de suas atividades de maneira a aproveitar economias de escala e escopo.
- As expectativas dos demais grupos sociais não são consensuais, mais especificamente: das populações empregadas nas atividades produtivas e residentes nos centros urbanos ou em pequenos povoados rurais próximos às grandes plantações e fábricas; daqueles grupos cujos rendimentos são provenientes, em grande medida, das transferências governamentais; e dos pequenos proprietários de terra residentes em áreas rurais próximas aos centros urbanos. No caso, as expectativas variam entre: i) a noção de que o empreendimento pode trazer dinamismo econômico à região e, portanto, melhorar as condições socioeconômicas em geral daquelas populações; ii) a noção de que o empreendimento não trará impactos às suas formas de sobrevivência ou à sua estrutura social; iii) expectativas negativas de que o empreendimento possa, ao estimular o avanço e o desenvolvimento do agronegócio, desarticular seu modo de vida e prejudicar suas atividades econômicas.

Como resultado, as expectativas de todas essas comunidades com relação ao Empreendimento são positivas. No caso dos dois grupos sociais primeiramente identificados, aquele envolvido em atividades produtivas em grande escala e o de pequenos e médios empresários, essas expectativas tornam-se ainda mais positivas, na medida em que julgam que o Empreendimento: i) poderá facilitar o escoamento da produção, em especial seu deslocamento para os locais de exportação; ii) poderá trazer maior dinamismo econômico em geral para a região, favorecendo, com isso, seus negócios.

A expectativa da dinamização, em curto prazo, da região será contemplada durante o período de construção, na medida em que o empreendimento provocará um discreto incremento, no curto prazo, sobre a economia, devido à geração de empregos e ao aumento da demanda e a oferta de serviços e produtos. Essas alterações nas comunidades, porém, deverão se limitar à fase de implantação, visto que, em longo prazo, durante a operação da Ferrovia, não se prevê nenhum atrativo que justifique o fluxo migratório para essa região, esperando-se que ocorra um retorno às condições atuais no que se refere à dinâmica populacional, nível de vida e aspectos econômicos dessa população.

Conclui-se, assim, que não há expectativa de alterações na dinâmica populacional, no curso do desenvolvimento econômico, ou mesmo na estrutura fundiária, em função da entrada em operação do empreendimento, exceto a maior apropriação da riqueza proporcionada pela redução dos custos de transporte.

Portanto, sob o ponto de vista exclusivamente socioeconômico, a expectativa é a de que os impactos da Ferrovia serão francamente positivos, capazes de compensar e superar plenamente algumas perdas pontuais antevistas, tais como aquelas relacionadas com desapropriações, ou com o desconforto durante a fase de construção.

▪ PROGRAMAS COLOCALIZADOS

As políticas públicas para a região são de caráter social, econômico, ambiental e de infraestrutura, e buscam a dinamização econômica, a proteção ambiental e a melhoria das condições de vida da população. Fazem parte dessas: o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Territórios da Cidadania.

Para o Tocantins, o PAC prevê um total de recursos de R\$ 23,5 bilhões. Dentre os três eixos de infraestrutura definidos por Logística, Energética e Social e Urbana, serão destinados R\$ 1,3 milhões, R\$ 945 milhões e R\$ 1,2 milhões, respectivamente. O foco principal para o Eixo de infraestrutura Logística é garantir a ampliação da **infraestrutura ferroviária**, estruturando, assim, um corredor exportador, propiciando o aumento da competitividade regional.

Para a Bahia, os recursos previstos são da ordem de R\$ 27,7 bilhões, sendo a estratégia a de ampliar o Eixo de Infraestrutura Logística existente para: escoar a produção regional para consumo interno e externo.

O Programa Territórios da Cidadania (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) se encontra em sua segunda etapa, atendendo 120 Territórios em todo o País, com investimentos de R\$ 23,5 bilhões. Na All sul tocaninense, o Programa está em implantação (Arraias, Aurora do Tocantins,, Combinado, Conceição do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga e Taipas do Tocantins) e, na All baiana, engloba os territórios do Litoral Sul (Aurelino Leal, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Ubaitaba e Uruçuca) e Velho Chico (Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Igaporã, Malhada, Matina, Riacho de Santana e Serra do Ramalho).

Outros programas de desenvolvimento, em nível estadual, são:

Projetos de Irrigação Rio Tocantins: para a utilização das águas do Rio Tocantins e seus afluentes para a produção de frutas e culturas intermediárias especialmente no sul/sudeste do Tocantins.

Projeto de Irrigação de Curral Novo/Fazenda Velha: na região de Jequié – BA, a partir da utilização do Rio de Contas por meio da captação na Barragem da Pedra. A área irrigável do projeto é de 525,14 hectares, distribuídos em áreas particulares e lotes parcelares. As principais culturas implantadas no projeto são:

coco, caju, maracujá, banana, manga, cacau, pastagens, tomate, pimentão, milho, feijão e quiabo.

Programa São Francisco: esse programa tem como objetivo promover a produção agrícola nos territórios do Velho Chico, Irecê, Itaparica e Sertão do São Francisco, a partir de uma interrelação com o Plano de Recuperação da Bacia do Rio São Francisco.

Programa Mata Verde: para promover a recuperação do cacau e o incremento da produção de hortigranjeiros, por meio da oferta sistemática de sementes e mudas, assistência técnica, implantação de agroindústrias, e acesso dinâmico ao crédito para os agricultores familiares e interrelação com o turismo rural. Atua nos territórios de identidade: Baixo Sul, Litoral Sul, Vale do Jequiriçá, Extremo Sul, Médio Rio de Contas, Recôncavo e Itapetinga.

A implantação do empreendimento é compatível com esses programas e políticas, não havendo interferências que impeçam sua viabilidade.

▪ **IMPACTOS SOBRE AS POPULAÇÕES FRÁGEIS**

A Área de Influência apresenta comunidades remanescentes de quilombos, populações ribeirinhas e extrativistas e áreas indígenas.

A Área de Influência apresenta 60 comunidades quilombolas, das quais apenas duas apresentam titulação de seu território: a comunidade de Rio das Rãs e a de Parateca e Pau d'Arco. Interferências históricas se fizeram presentes sob a forma de disputas com fazendeiros, de forma que a titulação de seu território representa uma conquista para a preservação e a continuidade da identidade e da existência dessas comunidades.

A construção da Ferrovia e o seu potencial efeito multiplicador na economia da região representam um impacto pouco significativo nas pressões em curso sobre essas comunidades quilombolas.

A Área de Influência apresenta dois grupos de populações ribeirinhas. Um grupo está localizado junto aos municípios de Ilhéus e Itacaré, no litoral do estado da Bahia, e tem na pesca, marinha ou fluvial, sua principal atividade produtiva. **A implementação e a operação da Ferrovia não implicarão em alterações dos cursos d'água e, portanto, não trarão impactos negativos às atividades dessas populações.** O traçado também está fora da Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada, situada no município de Ilhéus, onde parte da população ribeirinha complementa sua renda com atividades ligadas à agricultura cacauzeira, caça e agricultura de subsistência.

O outro grupo de populações ribeirinhas está situado ao longo do Rio São Francisco, no município de Serra do Ramalho, onde está situada a Reserva Extrativista São Francisco. Os ribeirinhos localizados na reserva atuam na pesca, assim como desenvolvem cultivos e criações tradicionais de pequeno porte.

O traçado da Ferrovia secciona a Reserva Extrativista São Francisco e um impacto significativo é a possibilidade de comprometimento de parcelas de áreas produtivas dessas comunidades. **Essas interferências devem ser consideradas na elaboração do Projeto Básico de Engenharia, para que sejam minimizadas e os impactos reduzidos.**

Os grupos indígenas localizados na Área de Influência Indireta são os Pankaru e os Tupinambá. Enquanto os Pankaru têm sua área demarcada homologada, os Tupinambá não têm áreas demarcadas. Ambos os grupos indígenas sofrem interferência das atividades produtivas em seu entorno, e as condições precárias fazem com que parte da população tenha que buscar empregos nas fazendas vizinhas, nas quais recebem baixas remunerações.

As atividades produtivas e de caráter desenvolvimentista significam, em grande parte, uma descontinuidade e interferência no modo de vida e na estrutura dessas populações indígenas. *Entretanto, os processos de interferência ocorrem, e terão continuidade, independentemente da construção ou não da Ferrovia. O nível de interferência sofrido pelos grupos indígenas dependerá menos dos impactos econômicos potenciais da Ferrovia do que da aplicação de políticas públicas mitigadoras e direcionadas para as necessidades específicas desses grupos. Em complemento, é importante ressaltar que a Diretriz não intercepta nenhuma Terra Indígena.*

▪ IMPACTOS SOBRE AS ÁREAS DE ASSENTAMENTO

A Área de Influência do Empreendimento é marcada pela presença de assentamentos de trabalhadores rurais. O traçado da Ferrovia intercepta o Projeto de Assentamento Cruzeiro do Sul (Ubaitaba - BA) e também parte do conjunto de agrovilas no município de Serra do Ramalho, construídas na década de 1970, para abrigar a população desalojada na região do Médio do São Francisco, quando houve a construção da represa de Sobradinho. As agrovilas são parte do Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho, no qual muitas famílias de origem ribeirinha não se adaptaram e retornaram às margens do Lago de Sobradinho, sendo os lotes oferecidos a outras famílias que se adaptassem às condições do Projeto.

De forma semelhante às comunidades ribeirinhas, um impacto negativo significativo é a possibilidade de seccionamento e comprometimento de parcelas de áreas produtivas nessas áreas. As interferências, nesses casos, devem ser consideradas na elaboração do Projeto Básico de Engenharia, para que essas sejam minimizadas e os impactos reduzidos. Entretanto, do ponto de vista de dinamização da economia, o impacto da Ferrovia é positivo, uma vez que uma maior atividade econômica significa uma maior demanda para os produtos agrícolas produzidos nos projetos.

▪ IMPACTOS SOBRE AS PROPRIEDADES

Neste caso, observam-se impactos diretos sobre a propriedade (rural e urbana) e os impactos indiretos sobre o meio ambiente humano (visual, ruídos e vibrações, poluições do ar e da água, etc.).

No meio rural, as desapropriações ou seccionamentos afetarão propriedades e atividades produtivas. Entretanto, esses são individualizáveis e minimizáveis normalmente, por meio de negociações entre as equipes da VALEC e os proprietários afetados, tal como já é feito em outros trechos de Ferrovias, como é o caso da Ferrovia Norte-Sul, hoje em obras.

Segundo o método utilizado pela VALEC nesses casos, levando em conta que as propriedades rurais de pequeno porte normalmente são exploradas pela mão de obra familiar, é necessário que, ao atingir essas pequenas propriedades, em cada uma delas, o Detalhamento do Projeto de Desapropriação e Indenização envolva:

- ✓ estudo do modelo agrícola conduzido pelo proprietário ou ocupante do estabelecimento rural visado, incluindo a renda líquida estimada;
- ✓ avaliação das condições de exploração e de geração de renda da propriedade após as desapropriações e indenizações previstas, usando o mesmo modelo agrícola encontrado;
- ✓ estudo, caso a caso, das soluções de desapropriação, detalhando um projeto que deve buscar:
 - melhor aproveitamento possível dos estabelecimentos após as desapropriações (ou seja, a menor perda possível de áreas de uso agropastoril), como forma de evitar a pressão sobre as áreas ainda florestadas;
 - manutenção dos empregos e da renda gerada nos estabelecimentos rurais, antes e após as desapropriações.

Já no meio urbano (sedes municipais e aglomerados rurais), o traçado da Ferrovia Leste Oeste intercepta ou localiza-se a distâncias inferiores a três quilômetros de núcleos urbanos ou povoados, em diversos municípios. **Para todos esses pontos de interferência, deverão ser seguidos os procedimentos de indenização e relocação previstos nas Normas Ambientais da VALEC, de forma a compensar os impactos aos residentes das propriedades e áreas em questão. Em complemento, procedimentos para a minimização de impactos incluem possíveis passagens em obra de arte, como túneis ou viadutos.**

▪ IMPACTOS SOBRE OS BENS CULTURAIS

Nos municípios da Área de Influência do Empreendimento, existem dois bens materiais tombados pelo IPHAN, ambos inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico

e Paisagístico e localizados no estado da Bahia: i) a Capela de Nossa Senhora de Santana, localizada no município de Ilhéus; ii) a Gruta de Mangabeira, localizada no município de Ituaçu.

O Censo Cultural da Bahia também registra, na Área de Influência, além dos bens listados pelo IPHAN, doze bens representativos protegidos por tombamentos, os quais, diferentemente dos tombamentos realizados pelo IPHAN, são de natureza municipal ou estadual. Os doze bens tombados identificados no censo estão distribuídos em quatro municípios da AI, a saber: Aurelino Leal, Caetité, Ibiassucê e Ilhéus. Caetité, com oito sítios registrados, é a cidade com maior número de bens tombados.

Na medida em que o traçado da Ferrovia Leste Oeste não intercepta nenhum dos bens tombados presentes nos municípios descritos acima, a implantação e a operação da Ferrovia não implicam impactos negativos na preservação e na conservação física desses bens. No que se refere ao valor cultural destes bens materiais, uma vez preservado o patrimônio físico, não há como estabelecer qualquer relação de impacto – positivo ou negativo – sobre o seu valor cultural.

O patrimônio imaterial da Área de Influência é bastante rico e diversificado. Diferentemente do patrimônio cultural material imóvel, descrito acima e presente em localidades específicas, o patrimônio cultural imaterial inclui práticas, representações e expressões presentes em diversos municípios e regiões. Os bens imateriais representativos abrangendo a Área de Influência incluem a capoeira, o Carnaval, festas juninas, reisado, benzedeiros e rezadeiras, quadrilha e romarias.

Na medida em que a implantação da Ferrovia Leste Oeste não atinge locais tradicionais de celebração de eventos religiosos, não há como estabelecer qualquer relação de impacto – positivo ou negativo – sobre o patrimônio imaterial existente na Área de Influência.

Ao contrário do que ocorre com o Patrimônio Imaterial, os potenciais impactos sobre o Patrimônio Arqueológico são importantes e devem ser tratados à parte. O conceito de patrimônio arqueológico se aplica aos testemunhos materiais tanto dos grupos pretéritos, assim como das populações relacionados ao processo histórico de ocupação do Brasil. Os testemunhos dos grupos humanos pretéritos podem ser identificados por meio das evidências arqueológicas (materializadas por meio de objetos líticos, cerâmicos, ósseos, etc.), encontradas em sítios arqueológicos. Esses testemunhos podem ocorrer tanto em campo aberto, mata fechada, cavernas, abrigos, quanto em qualquer lugar onde existiram construções, estradas, monumentos, reduções indígenas, quilombos, vilas - ou seja, em qualquer local onde a presença humana foi preservada.

Os levantamentos efetuados para o reconhecimento local demonstraram a existência de sítios na Área de Influência, o que faz prever que, potencialmente, existirão sítios na faixa de construção da futura Ferrovia, que merecerão levantamentos detalhados e, possivelmente, salvamentos. Para tanto, na fase de implantação do empreendimento, a atividade de detalhamento do Projeto de

Engenharia deverá ser seguida imediatamente pela pesquisa arqueológica, seguindo as picadas abertas para locação do eixo pelas equipes de topografia. A limpeza do terreno (desmatamentos e remoção do solo superficial), que precede as obras propriamente ditas, só poderá ter início após a liberação de cada trecho estudado pela equipe responsável pela pesquisa e salvamento arqueológico, obedecendo ao Plano que for aprovado pelo IPHAN.